

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FE**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGE**  
**MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

**(RE)CONHECIMENTOS *GERAIS*: A ESCOLA RURAL E OS MÚLTIPLOS  
SABERES DE UM POVO *GERALISTA*, POSSIBILIDADES E LIMITAÇÕES DE  
DIÁLOGO**

**Bruno Otávio Teodoro**

**Brasília-DF, abril de 2010.**

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FE**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGE**  
**MESTARDO EM EDUCAÇÃO**

**(RE)CONHECIMENTOS *GERAIS*: A ESCOLA RURAL E OS MÚLTIPLOS  
SABERES DE UM POVO *GERALISTA*, POSSIBILIDADES E LIMITAÇÕES DE  
DIÁLOGO**

**Bruno Otávio Teodoro**

Dissertação apresentada à Faculdade de Educação da  
Universidade de Brasília como parte das exigências do curso de  
Mestrado Acadêmico em Educação e Ecologia Humana.

Orientadora: Prof. Dr. Leila Chalub Martins

**Brasília-DF, abril de 2010.**

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

**(RE)CONHECIMENTOS *GERAIS*: A ESCOLA RURAL E OS MÚLTIPLOS  
SABERES DE UM POVO *GERALISTA*, POSSIBILIDADES E LIMITAÇÕES DE  
DIÁLOGO**

Bruno Otávio Teodoro

Dissertação de Mestrado submetida à Faculdade de Educação da Universidade de Brasília como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Mestre em Educação do Campo, área de concentração em Educação e Ecologia Humana.

Aprovado por:

---

Prof. Dr. Leila Chalub Martins

---

Prof. Dr. Sandra Maria Faleiros Lima

---

Prof. Dr. Vera Margarida Lessa Catalão

---

Prof. Dr. Laís Maria Borges de Mourão Sá

**Brasília-DF, abril de 2010**

## AGRADECIMENTOS

A todos os colegas do Núcleo de Pesquisa e Apoio à Agricultura Familiar Padre Justino – PPJ principalmente aos Professores Eduardo Ribeiro e Flávia Galizoni que possibilitaram contato direto com o vale do São Francisco e “o Gerais” e que a partir de suas experiências como pesquisadores facilitaram o acesso às informações aqui apresentadas.

A Cáritas Diocesana de Januária que disponibilizou as informações, os contatos e o prestígio da instituição para possibilitar meu acesso às comunidades rurais e lideranças comunitárias, em especial agradeço a Gené, Wellington, Nei e Terezinha.

A Wellington e seus pais Seu Valfredo e Dona Alzira que me acolheram como filho em sua casa durante minhas várias passagens pelo solo de Januária.

Aos meus interlocutores de campo, principalmente os que participaram das ações planejadas e cederam seus valiosos depoimentos nas entrevistas: Welington Figueiredo coordenador do Projeto de Revitalização do rio dos Cochos; Francisca diretora da escola de Bom Jantar; Suely diretora da escola de Sambaíba; Toninho, Geraldinho, Adailton e Jaci lideranças da Associação dos Usuários da Sub-Bacia do rio dos Cochos; D. Lurdinha, Dona Nenzinha, Seu Geraldo e Seu Ari moradores das comunidades; Ione, Emerson e Lícia professores nas escolas; e todos os estudantes das escolas pesquisadas.

Ao CNPq por ter disponibilizado bolsa de estudos possibilitando a execução deste trabalho.

A Marina pela companhia, carinho e atenção durante esse minha jornada.

Aos colegas de mestrado e professores que contribuíram de alguma forma para o aperfeiçoamento da pesquisa, em especial à professora Leila Chalub que mesmo diante de notáveis dificuldades se dispôs a orientar o trabalho com a maestria e a objetividade que o momento exigia.

A minha mãe pela força e perseverança de sempre.

## RESUMO

A história dos processos de espoliação e expropriação dos recursos naturais no vale norte mineiro do São Francisco e “no Gerais” servem de parâmetros para entendermos como os habitantes históricos desta região têm sido freqüentemente submetidos a projetos e políticas nacionais que incorporam idéias alheias às demandas das comunidades. Entre estas idéias destacam-se as que fundamentam políticas agrícolas, ambientais e educacionais e que compreendem os territórios “do Gerais” como um território de governança desconsiderando toda e qualquer especificidade local, esteja ela no campo do saber, da técnica ou das relações econômicas. O reconhecimento do fenômeno desenraizador que perdura na região há séculos e que vem se intensificando nas últimas décadas têm levado os povos geralistas a se organizarem em associações e buscarem parcerias com ONGs, sindicatos rurais e universidades, objetivando dar maior visibilidade às iniciativas locais de reafirmação/re-elaboração identitária e de tratamento dos impactos socioambientais negativos emergentes. Destacam-se neste trabalho, os esforços da Associação dos Usuários da Sub-bacia do Rio dos Cochos - ASSUSBARC e de organizações parceiras em unir conhecimentos científicos e conhecimentos tradicionais na construção de uma visão mais ampla sobre as questões produtivas, sociais, ambientais e educacionais nas comunidades camponesas do Rio dos Cochos, município de Januária, norte de Minas Gerais. Diante deste contexto, o presente trabalho buscou interpretar possibilidades e limitações na criação de espaços de interlocução entre os saberes por meio da intervenção das organizações locais na educação formal da sub-bacia. Foi utilizada como metodologia a pesquisa ação aliada à descrição densa, método de registro característico da etnografia. A partir das experiências de planejamento e desenvolvimento de ações coletivas buscou-se interpretar as percepções, sobre questões relevantes no âmbito da pesquisa, das diversas agências pedagógicas que atuam na sub-bacia. O estudo das categorias de análise formadas revela que a contextualização da educação no campo, o diálogo entre os saberes e a compreensão do uso político do saber científico são grandes desafios para a construção de uma proposta de educação que atenda às demandas dos povos do campo. Para tanto tornam-se necessárias a adoção de estratégias de mediação de conflitos que permitam avanços e recuos, evitando o comprometimento de propostas coletivas em benefício de vaidades individuais comuns às relações de poder pré-estabelecidas.

Palavras-chave: Gerais, Territórios, Diálogo de Saberes, Reafirmação/re-elaboração identitária, Educação Rural/Educação do Campo.

## ABSTRACT

The story of the processes of dispossession and expropriation of natural resources in north of São Francisco mineiro valley and “no Gerais” serve as a parameters for we understand how the historical habitants of this region have often been submitted to national project and policies that incorporate ideas of others to communities demands. Among this ideas are highlighted those that are base of the agricultural, environmental and education policies and that understand the “Gerais” territories how a territory of governance disregarding all and any specificity place, be it at field of knowledge, of technical, or of economical relationships. The recognition of the phenomenon uprooted that endures in the region for centuries and which that have been intensifying in the recent decades, have led the peoples “geralista” to organize themselves in associations and seek for partnerships with ONG’s, rural unions and Universities, aiming give more visibility for the local initiatives of reaffirmation/re-elaboration identity and of treatment of emergent negative social-environmental impacts. Are highlight in this study the efforts of “Associação dos Usuários da Sub-bacia do Rio dos Cochos” – ASSUSBARC and of partner organization toward unification scientific knowledge and traditional knowledge in building a broader view about the productive, social, environmental and education issues in Rio dos Cochos Januária municipality, north of Minas Gerais, peasant communities. In face of this context, this study aimed interpreted possibilities and limitations in creating dialogue spaces for the knowledge through of the interventions of locations organizations in formal education of sub-bacia. Was used as methodology the action-research together the dense description that characterize the ethnography method. Based on experiences of planning and development of collective actions aimed interpret the perceptions about important issues to the research, of the various educational agencies that work in sub-bacia. The study of analysis categories shows that the contextualization of field education, the dialogue between the knowledge and the understanding of the political use of scientific knowledge are great challenges to building an education proposal that meets the demands of the peoples of the field. For that are become necessary the adoption of mediation strategies for conflict that enabling advances and retreats, avoiding the commitment of collective proposals for the benefit of individual vanities common in the power relations pre-established.

Keywords: Gerais, Territories, Dialogue of Knowledge, reaffirmation/re-elaboration identity, Rural Education / Field Education.

## SUMÁRIO

<b>Introdução</b>	<b>1</b>
<b>Capítulo I – AS VEIAS ABERTAS “DO GERAIS”</b>	<b>5</b>
1.1 – São Francisco e Gerais: fatores ecológicos da formação de um povo	5
1.2 – Conquista do São Francisco: pilhagem dos territórios indígenas	7
1.3 – Januária: entre a nobreza e a imoralidade	16
1.4 – “O Gerais”: Opulência e expropriação	19
1.5 – Educação formal: emancipação ou reprodução da ordem vigente	26
<b>Capítulo II – MEMÓRIAS DE UM RIO SECO</b>	<b>32</b>
2.1 – Rio dos Cochos: memórias	32
2.2 – Rio dos Cochos: um território entre “o Gerais” e o São Francisco	36
2.3 – Rio dos cochos: reafirmação identitária, organização civil e o papel da educação	45
<b>Capítulo III – AS INTERVENÇÕES</b>	<b>55</b>
3.1 – Objetivos e Método	55
3.2 – Curso: “ <i>Ciência e Saber local para uma Educação Contextualizada no Rio dos Cochos</i> ”	58
3.2.1 – Primeiro Dia: 20/11/2008	60
3.2.1.1 – Saber Local: Comunidade de Cabeceira dos Cochos	60
3.2.1.2 – Frutos Nativos: Comunidade de Sambaíba	61
3.2.1.3 – Avaliação do primeiro dia pelos organizadores	65
3.2.2 – Segundo Dia: 21/11/2008	66
3.2.2.1 – Recursos Hídricos: Comunidade de Roda D’água	66
3.2.2.2 – Políticas Públicas Para o Semi-Árido: São Bento	73
3.2.2.3 – Avaliação Geral do Curso	76
3.3 – Um Passo à frente: Semana da água e atividades combinadas	78
3.3.1 – Agendamento das Atividades	79
3.3.2 – Reunião com professores e diretoria da Escola de Sambaíba	81
3.3.3 – Semana da água: atividades nas escolas urbanas	83
3.3.4 – Semana da Água: Escola do Sumidouro	84
3.3.5 – Semana da Água: Escola de Sambaíba	87
3.3.6 – Semana da Água: São Bento	88
3.3.7 – Semana da Água: Bom Jantar	91

3.3.8 – Uma avaliação geral da Semana da água nas escolas rurais	94
3.4 – Reunião de Planejamento dia 13 de abril	94
3.4.1 – Minas em Destaque	98
3.4.2 – Avaliação da atividade na Gruta do Curral de pedras – Minas em destaque	101
3.5 – Atividade do dia das mães teve que ser cancelada	102
3.6 – Semana do Meio Ambiente	103
3.6.1 – Semana do meio ambiente – Comunidade de Sumidouro	104
3.6.2 – Semana do Meio Ambiente – Comunidade de Sambaíba	107
3.6.3 – Avaliação das oficinas – Comunidade de Sambaíba	109
3.6.4 – Semana do Meio Ambiente – Comunidade de Bom Jantar	111
3.7 – Festival de Convivência com o Semi-Árido – Comunidade Sambaíba	118
<b>Capítulo IV – RECONHECIMENTOS GERAIS</b>	<b>123</b>
4.1 – Análises das entrevistas	123
4.2 – O Rio	123
4.3 – As comunidades	127
4.4 – O conhecimento	129
4.5 – As parcerias	133
4.6 – A repercussão	137
4.7 – O futuro	142
<b>Considerações finais</b>	<b>145</b>
<b>Bibliografia</b>	<b>149</b>
<b>Anexos</b>	<b>152</b>



## LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Norte de Minas Gerais	5
Mapa 2 – Atual divisão política na região da antiga Januária	17
Mapa 3 – Sub-bacia do rio dos Cochos em destaque no círculo verde.	32

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Fitofisionomia dos campos gerais	21
---	----

## LISTA DE FOTOS

Foto 1: Folia de reis na comunidade de Sambaíba, década de 80.	23
Foto 2 – Inauguração da escola de Sambaíba	28
Foto 3: Reunião da comunidade na escola de Sambaíba (sem data)	30
Foto 4: Rio dos Cochos na comunidade de Roda D'água	35
Foto 5: Região das nascentes do rio dos Cochos na comunidade de Cabeceira dos Cochos. Explicação do mapa da sub-bacia por Toninho.	61
Foto 6: Visita à nascente, Toninho fala sobre conservação de nascentes.	62
Foto 7: Unidade de Beneficiamento de Frutos do Cerrado.	64
Foto 8: Geraldinho explica o funcionamento das barraginhas.	68
Foto 9: Dinâmica de animação com os professores.	70
Foto 10: Apresentação dos grupos.	72
Foto 11: Jaci fala aos professores sobre o funcionamento da cisterna de placa.	74
Foto 12: escolas, Assusbac e Cáritas expõem suas expectativas quanto à parceria.	75
Foto 13: Reunião com os professores na escola de Sambaíba.	82
Foto 14: Escola de Sumidouro	85
Foto 15: Seu Geraldo fala sobre o rio dos Cochos para os estudantes.	86
Foto 16: Dona Lurdinha fala sobre frutos nativos para os estudantes.	88
Foto 17: Adailton conversa sobre o rio com os estudantes da escola de São Bento.	90
Foto 18: Gené conta sua experiência aos estudantes.	92
Foto 19: Reunião de planejamento das atividades na escola de Bom Jantar.	97

Foto 20: Seu Ari narra a história da gruta.	101
Foto 21: Dona Helena (à esquerda) seu produto da oficina de artesanato em PET.	106
Foto 22: Construção de pífanos.	108
Foto 23: Tocando Pífano.	109
Foto 24: Janaína elogia a oficina de informática.	111
Foto 25: Apresentação teatral – escola de Bom Jantar.	113
Foto 26: Oficina de Pífano.	115
Foto 27: Encerramento da semana do meio ambiente em Bom Jantar.	117
Foto 28: Barracas cobertas de palhas de buriti.	119
Foto 29: Capoeira estudantes do Tijuco.	120
Foto 30: Terno das Ciganas.	121

### **LISTA DE SIGLAS**

- APP** – Área de Preservação Permanente
- ASA** – Articulação do Semi-árido
- ASSUSBARC** – Associação dos Usuários da Sub-Bacia do rio dos Cochos
- CBC's** – Conteúdo Básico Comum
- CEB** – Câmara de Educação Básica
- CEIVA** - Centro de Educação Integrado do Vale do São Francisco
- CNE** – Conselho Nacional de Educação
- CNPq** – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- CONAMA** – Conselho Nacional de Meio Ambiente
- EJA** – Educação de Jovens e Adultos
- EMATER** – Empresa e Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas
- FAPEMIG** – Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais
- GEFEN** – Grupo de Estudo em Frutíferas Exóticas e Nativas
- ICA-UFGM** – Instituto de Ciências Agrárias da universidade de Minas Gerais
- IEF** – Instituto Estadual de Florestas
- IFET** – Instituto Federal de Educação Tecnológica
- IGAM** – Instituto Mineiro de Gestão das Águas
- LACES/J** – Liceu de Artes, Cultura, Esporte e Saúde de Januária/MG
- LDB** – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira
- PCN's** – Parâmetros Curriculares Nacionais

**PPJ** – Núcleo de Apoio e pesquisa à Agricultura Familiar Padre Justino Obers

**PPM** – Programa Pesquisador Mineiro

Gerais

**P1MC** – Programa um Milhão de Cisternas

**P1+2** – Programa uma terra e duas águas

**PET** - Politereftalato de etileno

**SESC-MG** – Serviço Social do Comércio de Minas Gerais

**UFLA** – Universidade Federal de Lavras

**UNIMONTES** – Universidade Estadual de Montes Claros-MG

**UNB** – Universidade de Brasília

## INTRODUÇÃO

As indagações sobre a construção de uma proposta de educação dos povos do campo vêm se construindo ao longo das últimas décadas e ainda provocam “apimentados” debates entre os estudiosos do assunto. A incorporação da dimensão ambiental nas práticas pedagógicas parece ter dado ainda mais força a esses questionamentos. Como abordar a temática ambiental em comunidades rurais tradicionais? Qual o papel do conhecimento científico, urbanocêntrico e carregado de limitações – ainda assim hegemônico - em face do êxito do conhecimento tradicional dos povos na gestão sustentável dos recursos da natureza?

Diante do desafio de desenvolver propostas político pedagógicas para a educação no campo, que assegurem identidade cultural, sustentabilidade e formação intercultural, várias experiências pedagógicas alternativas têm sido implementadas no meio rural. Trata-se de iniciativas sociais, que buscam reverter uma situação crítica e melhorar as condições de vida dos camponeses, por meio de processos educacionais alternativos que além de valorizarem o conhecimento local e a formação intercultural podem contribuir para o conhecimento e entendimento de abordagens alternativas que vem sendo trabalhadas na Educação do Campo.

Destacam-se neste trabalho, os esforços da Associação dos Usuários da Sub-bacia do Rio dos Cochos - ASSUSBARC e de organizações parceiras em unir conhecimentos científicos e conhecimentos tradicionais na construção de uma visão mais ampla sobre as questões produtivas, sociais e ambientais nas comunidades camponesas do Rio dos Cochos, município de Januária, norte de Minas Gerais.

De acordo com relatos de camponeses das comunidades do Rio dos Cochos, a partir da década de 1970, as condições de baixa fertilidade dos solos da região passaram a ser exploradas, com capitalização intensiva, por empresas de reflorestamento de eucalipto, o que trouxe conseqüências danosas que foram aparecendo com o tempo. Primeiro, ocorreu uma brutal eliminação da ocupação de pessoal, pois as atividades intensivas em capital e extensivas na ocupação de terras passaram a criar menos ocupações que aquelas que existiam antes da implantação da atividade. Segundo, promoveu uma brutal concentração da terra e da renda na região. Terceiro, e neste caso específico, mais relevante, causou uma verdadeira catástrofe no uso e na oferta de recursos hídricos, acarretando no secamento sazonal de parte do Rio dos Cochos.

Na tentativa de recuperar o conhecimento tradicional e estimular um processo de construção de conhecimento localizado, valorizando as práticas e experiências dos camponeses(as) e apontando para uma convivência sustentável com o semi-árido, a partir do ano 2000, agricultores da região, apoiados pela Cáritas Diocesana de Januária – organização com um histórico de atuação na região – se organizaram formando a Associação dos Usuários da Sub-bacia do Rio dos Cochós, a ASSUSBARC. Esta organização é formada por lideranças das comunidades da sub-bacia, que atuam como monitores para a execução de propostas definidas em assembleias, além de serem os interlocutores das comunidades na cobrança por políticas públicas.

As experiências locais de convívio sustentável com o semi-árido, que vem sendo desenvolvidas pelos camponeses da sub-bacia, representam estratégias construídas sob forte identidade cultural, sujeitas às normas dos valores culturais locais e que se expressam dentro do estilo de uma formação social específica, compondo assim um rico material pedagógico capaz de interrelacionar as diversas esferas do conhecimento que permeiam “o Gerais”<sup>1</sup>, contribuindo para a re-elaboração identitária do povo *geralista*.

O Núcleo de Pesquisa e Apoio à Agricultura Familiar da Universidade Federal de Lavras – MG, Núcleo PPJ, é um dos mais importantes grupos de pesquisa que atuam na região de Januária e foi através deste grupo que tive conhecimento da realidade vivenciada pelos camponeses da sub-bacia do Rio dos Cochós. Em 2007, quando ainda fazia parte da equipe de estudantes do Núcleo, realizamos uma pesquisa de campo nas comunidades do rio dos cochós e a partir do relato dos próprios camponeses da região, ficou explícito o distanciamento entre os jovens das comunidades e as questões socioambientais discutidas pela associação de agricultores, a ASSUSBAC. Como encaminhamento do encontro realizado com os agricultores, foi sugerido que uma das formas de tentar despertar o interesse dos jovens, para o debate sobre os problemas enfrentados nas comunidades, envolvia necessariamente a educação formal na sub-bacia, ou seja, as escolas das Comunidades de Sambaíba, Sumidouro, São Bento e Bom Jantar que representam os pólos da Educação Básica das comunidades em questão.

---

<sup>1</sup> Na elaboração deste trabalho escolheu-se o termo “Gerais” para designar as paisagens interioranas que compreendem os sertões do norte de Minas Gerais, centro-sudoeste da Bahia, norte de Goiás até a bacia do Tocantins nas proximidades da bacia Amazônica. O uso do termo “o Gerais” embora sugira certa incorreção gramatical torna-se propício quando pretende-se evidenciar as noções de totalidade e multiterritorialidade expressa simultaneamente na fala dos seus moradores históricos os chamados *geralistas* ou *geraizeiros*. Guimarães Rosa faz uma referência à pluralidade de nomes utilizados para designar esse sertão: “O sertão aceita todos os nomes: aqui é o Gerais, lá é o Chapadão, acolá é a catinga...”

Uma mescla de demanda social e identificação pessoal com o caso – a última devido principalmente à minha origem camponesa – me levou a encarar a problemática da educação no Rio dos Cochos como tema para minha pesquisa de mestrado. Aproveitando a parceria com o Núcleo PPJ iniciei meus trabalhos de pesquisa de campo nos dias 20 e 21 de novembro de 2008, quando se realizou o curso “*Ciência e Saber Local para uma Educação Contextualizada no Rio dos Cochos*”. Este curso, destinado a professores e diretores que atuam nas escolas rurais das comunidades de Sumidouro, Sambaíba e São Bento e Bom Jantar, foi fruto de um longo trabalho de planejamento realizado pelos parceiros: Núcleo de Apoio e Pesquisa à Agricultura Familiar Padre Justino – PPJ, da Universidade Federal de Lavras - UFLA; Grupo de Estudo em Frutíferas Exóticas e Nativas – GEFEN, da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG; Cáritas Diocesana de Januária e Associação dos Usuários da Sub-Bacia do Rio dos Cochos – ASSUSBAC e serviu como projeto piloto para a elaboração de atividades posteriores, sempre visando à criação de espaços de interlocução entre os saberes na sub-bacia.

Considerando que, a consolidação e o fortalecimento destes espaços de troca de conhecimentos e de encaminhamentos de ações, são fatores importantes, uma vez que, a partir daí tem-se um fluxo mais intenso de informações entre as organizações e maior garantia de sustentabilidade do processo de construção do que se chamou, dentro do curso, de educação contextualizada, iniciou-se um trabalho de aproximação entre as escolas rurais e associação de agricultores.

Embora o Projeto de Revitalização do Rio dos Cochos – parceria entre Cáritas e Assusbac – tenha como um dos objetivos realizar atividades educativas junto às escolas, a organização tem enfrentado dificuldades na efetivação dessas propostas devido à sobrecarga de trabalho que compõe sua agenda. Diante deste contexto, as atividades, quando realizadas, acabam sendo desenvolvidas de forma isolada, não permitindo que os temas discutidos no projeto sejam incorporados efetivamente na prática pedagógica das escolas. Esse fato manifesta o distanciamento entre a associação de agricultores, e de seus parceiros, das escolas rurais o que dificulta uma maior compreensão, por parte dos docentes, dos problemas reais vivenciados pelas comunidades. A adequação e contextualização do processo educativo formal na sub-bacia dependem necessariamente da articulação entre a organização dos agricultores e as escolas rurais, para que as temáticas a serem trabalhadas na prática pedagógica possam ser constantemente

atualizadas a partir do diálogo entre os sujeitos, garantindo a sustentabilidade do processo de contextualização da educação nas escolas da sub-bacia.

Diante deste contexto, o presente trabalho traz como objetivo: Acompanhar ativamente a criação de espaços de interlocução entre as escolas rurais, a associação de agricultores e as organizações parceiras que atuam na sub-bacia, a fim de identificar as possibilidades e limitações de diálogo entre os múltiplos saberes, referentes à gestão dos recursos naturais locais, que permeiam os processos de formação nestas comunidades.

Esta dissertação encontra-se dividida em quatro capítulos: O Capítulo I faz um resgate histórico da região, desde a sua ocupação pelas bandeiras paulistas e baianas até a recente chegada das reflorestadoras com conseqüentes impactos socioambientais negativos. O Capítulo II estabelece uma abordagem de território baseada no pensamento de Milton Santos e a partir desse conceito gera uma reflexão sobre os mecanismos de espoliação e desenraizamento a que são submetidos historicamente os habitantes da região incluindo neste contexto as políticas educacionais. O Capítulo III expõe a metodologia utilizada e posteriormente revela uma descrição pormenorizada das ações desenvolvidas ao longo da pesquisa. O último Capítulo se ocupa da análise crítica das entrevistas realizadas com os participantes e agrupa as reflexões por categorias de análise. No fechamento do último capítulo busca-se uma reflexão condensada nas considerações finais.

A abordagem adotada neste trabalho, busca aproximar a academia de sua função social, ao tornar a pesquisa acadêmica parceira de iniciativas sociais em andamento, que visam reverter uma situação crítica e melhorar as condições de re-elaboração identitária dos camponeses, por meio de processos educacionais alternativos que valorizam o conhecimento local, a formação intercultural e que visam contribuir para a re-elaboração identitária destes povos, a partir da recuperação do rio.

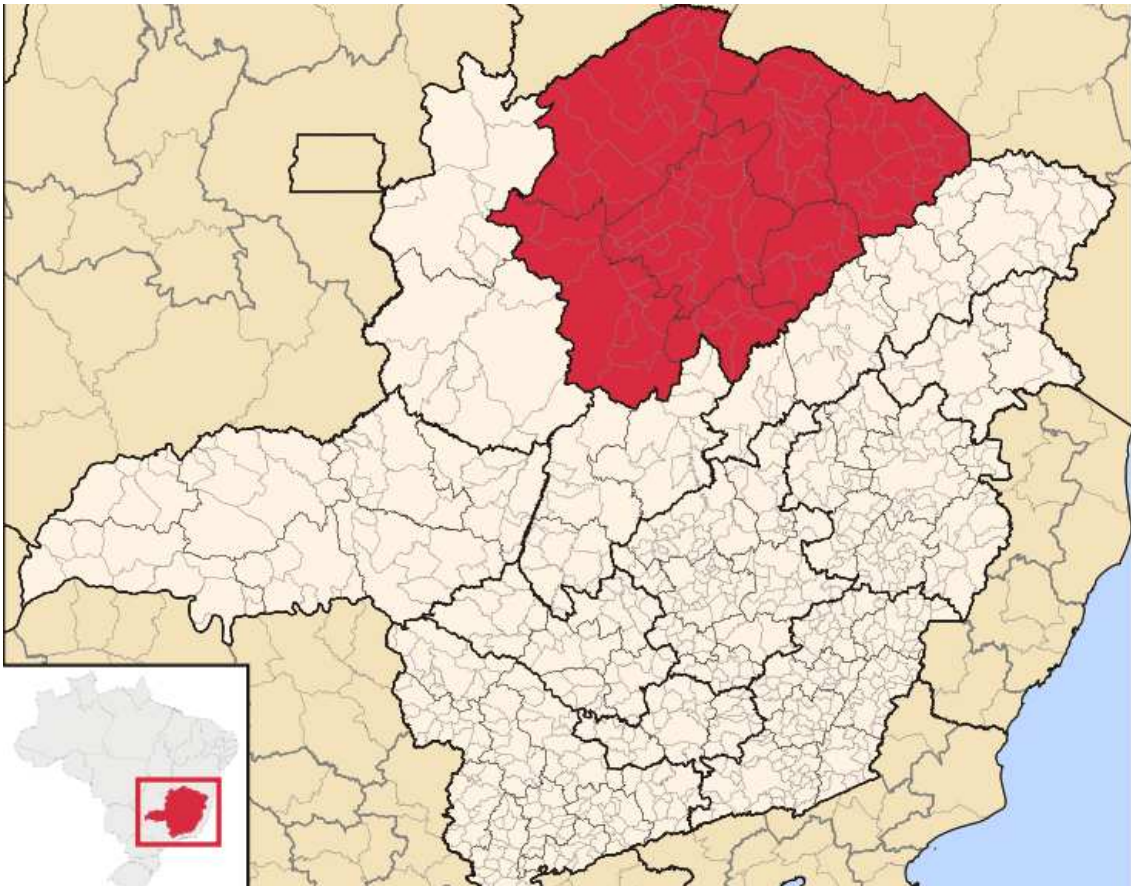
## Capítulo I

### AS VEIAS ABERTAS “DO GERAIS”

#### 1.1 São Francisco e Gerais: fatores ecológicos da formação de um povo

A emergência dos agrupamentos humanos do Alto Norte Mineiro foi marcada de forma expressiva pelo rio São Francisco e “o Gerais”, os quais representam fatores ecológicos que contribuíram para a formação de especificidades culturais que dão visibilidade ao surgimento da identidade assim como da afirmação e reafirmação identitária que caracterizam os recentes processos de autorreconhecimento dos povos dessa região.

Os municípios de Januária e Cônego Marinho, onde se localiza a sub-bacia do rio dos Cochos, ficam no Alto Norte Mineiro e sofrem influência tanto dos desdobramentos da ocupação do Vale do São Francisco como dos Gerais, o que confere a essa região grande riqueza de elementos formadores da identidade de seus habitantes históricos.



Mapa 1: Norte de Minas Gerais



A contextualização histórica do agregado social que se formou durante o processo de conquista e imigração no médio São Francisco e “no Gerais” do norte mineiro, da Bahia e de Goiás merece atenção especial quando se pretende entender os mecanismos históricos de desenraizamento dos geralistas, iniciado a partir da expropriação das terras comunais “do Gerais” – com conseqüente impacto socioambiental – e a emergência de movimentos organizados de autorreconhecimento e valorização cultural que visam impedir que esse fenômeno se perpetue por meio de processos educativos formais descontextualizados. Isso porque, se considerarmos a complexa teia de novas relações que se estabelecem no mundo rural da atualidade, em que a educação se configura como elemento fundamental para o desenvolvimento local, devemos encarar os processos educativos também como uma dimensão passível de espoliação, principalmente quando submetida a projetos nacionais que desconsideram as especificidades territoriais dos povos do campo.

A alusão ao livro “*As Veias Abertas da América Latina*” no título desse capítulo torna-se pertinente, uma vez que, inspirado pelo texto de Eduardo Galeano, buscarei descrever como se desenvolveram os violentos processos de ocupação do vale norte mineiro do São Francisco e dos Gerais, levantando elementos para estabelecer conexões entre a pilhagem das terras indígenas, a expropriação das terras comunais nos Gerais e os sucessivos mecanismos de espoliação que contribuem para obscurecer o sentimento de pertencimento dos geraizeiros, dentre eles o modelo de educação formal no campo. Ao adotar tal referencia não busco estabelecer relações íntimas entre meu texto e a consagrada obra do autor, no entanto, sinto-me à vontade em citá-lo como fonte inspiradora para o desenvolvimento do capítulo que se segue.

À primeira vista essa abordagem pode parecer uma tentativa de unificar ou de propor continuidade cultural entre os povos que habitaram essa região em diferentes épocas, mas não é esse o propósito do relato histórico. Sabendo da complexidade dos processos de difusão cultural e das imensas lacunas dos registros históricos, não tenho a menor pretensão em estabelecer exatamente os padrões culturais indígenas emprestados aos geraizeiros, embora não possa negar que isso ocorreu ou ocorre. A escolha pelo relato histórico se justifica mais pela necessidade de compreender a reprodução dos mecanismos de desenraizamento dos povos geralistas. Afinal, como afirma o próprio Eduardo Galeano: “A história é um profeta com o olhar voltado para trás: pelo que foi e contra o que foi, anuncia o que será.” (Galeano, 1996 , p.19 )”

## 1.2 Conquista do São Francisco: pilhagem dos territórios indígenas

Segundo Vasconcelos (1974), a primeira expedição com destino ao interior do Brasil se deu em Março de 1554, partindo de Porto Seguro – BA motivada pelas notícias trazidas pelos indígenas da existência de “grandes riquezas minerais”, ouro e esmeraldas. Comandada por Francisco Bruzza Espinosa a expedição que contava com o capelão Padre João de Aspilcueta Navarro além de 13 europeus de confiança e um grupo de índios, dirigiu-se ao rio Jequitinhonha desviou-se a noroeste para a Serra Geral de onde seguiu a oeste até encontrar os índios Tapuias relatados na carta do Padre Aspilcueta como “...uma nação de gentios que chama catinguçu...” (CARTAS DO PADRE NAVARRO *apud* PEREIRA, 2004, p.35). Esses índios levaram a expedição a um rio caudaloso chamado por eles de “Pará” e providenciaram canoas para que os membros da expedição se deslocassem pelo rio. Navegaram no rio São Francisco até um afluente denominado pelos índios de “Monayl”<sup>2</sup> onde a expedição ficou assentada em uma aldeia. Vasconcelos (1974) sugere que a chegada da expedição ao São Francisco se deu entre o trecho da Barra do rio hoje chamado de Mangaí e a Barra do rio Pandeiros. Atualmente o rio Mangaí representa o marco que limita os municípios de Brasília de Minas, São Francisco e Januária, com a nova divisão política da região a Barra do Mangaí pertence ao município de Pedras de Maria da Cruz (PEREIRA, 2004)

A expedição de Espinosa e Navarro não se sustentou no interior em função, principalmente, do reduzido número de integrantes e 136 anos separaram essa primeira expedição, da chegada de Matias Cardoso, bandeirante paulista considerado pelos historiadores Diogo Vasconcelos (1974) e Antônio Emílio Pereira (2004), como o norteador da conquista da região de Januária. No entanto, antes da chegada de Matias Cardoso, uma série de poderosas bandeiras vindas principalmente de São Paulo e Bahia, motivadas pela descoberta de ouro e pedras preciosas, abriram caminhos para a conquista do São Francisco. Algumas bandeiras contam com maior prestígio nos registros históricos onde são exaltados os feitos de bandeirantes que se aventuraram nessas regiões, dentre elas destacam-se as bandeiras baianas que, partindo de Porto Seguro – seguindo o roteiro de Espinosa e Navarro – motivados pelo famoso mito da Serra Resplandecente, atingiram regiões nas adjacências da região de Januária. A essa mitológica serra muito brilhante e com amostras de prata e pedras verdes, chamavam os

---

<sup>2</sup> Segundo Pereira, 2004 citando a obra de Salvador Pires Pontes, *Nomes Indígenas na Geografia de Minas*, Monayl ou Mangaí se refere à árvore de mangaba, a mangaíba, de onde se tira um látex para fazer-se bolas e visco.

índios de Itabarab-oçu – Ita, pedra; barab, brilho; Açú, grande – denominação que foi se transformando, no falar dos bandeirantes, em sabarabuçu (PEREIRA, 2004). Alguns historiadores atribuem sabarabuçu à lendária Serra Itapiraçaba, perto de Januária onde Belchior Dias Moreira, seguido de seu filho Robério, encontraram jazidas de prata jamais reveladas por Robério. Tal mistério inspirou o romance “As Minas De Prata” de José de Alencar. Atualmente, jazidas de prata são exploradas na região e são encontradas inscrições nas grutas que são atribuídas a Belchior Dias e Robério Dias.

“A essa mesma hora do crepúsculo, guiado pelos sinais, aproximou-se Robério do rio e penetrou na gruta; os raios da lua, coados pelas fendas do rochedo, iluminavam o maravilhoso espetáculo. Foi presa da mesma ilusão do pai; desdobrava-se ante seus olhos uma cidade mourisca vazada em fina prata resplandecente.” (José de Alencar, 1962?, p.280)

O lendário tesouro de Robério Dias faz parte do imaginário dos arraiais na área rural do município de Januária, onde se estende um complexo sistema orográfico formando centenas de cavernas calcárias. Do “Pico de Itapiraçaba”, seguindo-se para as serras do Mamede, São Bento e Tabua que acompanham o rio dos Cochos e as serras do Barreiro e Brejo do Amparo nas proximidades do rio São Francisco, narram os moradores a existência de desenhos pintados no interior das cavernas por bandeirantes, tais desenhos indicariam os tesouros lá depositados e os nomes das pessoas mortas cujos espíritos estão presentes, tomando conta das riquezas (MARTINS, 1969). Salomão de Vasconcelos (1944) escreve que a Serra Itapiraçaba poderia ser a lendária Serra Resplandecente, antigamente denominada sabarabuçu, embora também sugira que a Serra Itamarandiba, a nordeste, possui indicadores da presença de prata. Em Itapiraçaba, exploradores anônimos e pesquisadores do assunto, comprovaram a existência de prata nas grutas abertas na serra, chegando estes a afirmarem que ali se encontravam as Minas de prata de Robério Dias (VASCONCELOS, 1944; PEREIRA, 2004).

Martins (1969) narra que na Serra do Capão do Porco, no arraial de Tejuco, à sete léguas de Januária, conta-se o caso de um lavrador que após o almoço descansa nas proximidades de uma gruta e ao pegar no sono, tem o pesadelo de que a caverna é a boca de uma grande cobra. Ao acordar assustado com o pesadelo, toma a enxada e adentra a gruta pressentindo encontrar algo nas galerias. Encontrando pedras com um

brilho incomum ele seleciona algumas e as coloca na forja obtendo quatorze quilos de um metal branco que uma análise revelou ser prata da mais alta qualidade, sendo o material vendido posteriormente em uma joalheria em Diamantina pela quantia de cento e quarenta reis o grama. Os moradores do local afirmam ser o tesouro de Robério Dias, no entanto, tal achado também é relatado em outras regiões do entorno.

Dentre as bandeiras paulistas de importância significativa na conquista do São Francisco, destaca-se a mais famosa delas, que chefiada por Fernão Dias trazia entre seus acompanhantes Matias Cardoso de Almeida, personagem importante na conquista da região do médio São Francisco, onde se localiza Januária.

Um mito semelhante ao da Serra Resplandecente motivara a bandeira de Fernão Dias a se embrenhar pelo sertão sem fim. Trata-se da misteriosa e lendária Vaparuçu, ou lagoa encantada, localizada entre as cidades de Itacambira e Itamarandiba, onde Fernão Dias colheira amostras de pedras verdes e encaminhara à corte supondo serem esmeraldas. No entanto, não passara de turmalinas de pouco valor.

Os mitos da Serra Resplandecente e da Lagoa Encantada alimentaram a ambição dos bandeirantes e aventureiros que se arriscaram na conquista do áspero sertão. Se jamais encontrados, não quer dizer que não existam, simplesmente entraram no imaginário fantástico e ganancioso dos conquistadores, nublando a realidade percebida pelos primeiros informantes indígenas, em acordo com o que afirma Eliade (2000): “o mito é considerado como uma história sagrada e, portanto, uma história verdadeira, porque se refere sempre a realidades. (p.13)”

Com a volta de Fernão Dias a São Paulo para prestar contas de sua viagem, Dom Rodrigo Castelo Branco foi nomeado novo Governador e Administrador das Esmeraldas. Matias Cardoso, dissidente da bandeira de Fernão Dias, foi convocado juntamente com seu filho Januário Cardoso a formar a poderosa bandeira de Dom Rodrigo. Com o falecimento de Fernão Dias, Borba Gato assume o roteiro das Minas recusando a aceitar Dom Rodrigo como chefe, este por sua vez veio a ser assassinado por parentes de Borba Gato. Com a morte de Dom Rodrigo, seu grupo se divide, vindo muitos a estabelecer-se nas margens do São Francisco. Entre estes dissidentes estavam os conquistadores da região de Januária (PEREIRA, 2004).

Antes mesmo da conquista do rio São Francisco, as disputas pelas jazidas de ouro descobertas em Minas Gerais tornaram-se intensas nas regiões de Sabará, Caeté, Raposos, Ouro Preto, Itabirito e Congonhas do Campo. De um lado, Bandeirantes paulistas se diziam os verdadeiros descobridores da fortuna e de outro a avalanche de

forasteiros chamados de Emboabas que se deslocavam para a região, em busca das riquezas minerais, se aliavam com os portugueses na disputa. O confronto, um dos mais sangrentos do período colonial, ficou conhecido como Guerra dos Emboabas e teve como desfecho a batalha no Capão da Traição nas proximidades do rio das Mortes, onde cerca de 300 paulistas foram massacrados pelas tropas emboabas (BARREIROS, 1984).

É importante lembrar que a conquista da região de Januária não se deu de forma isolada e sim por meio de uma complexa rede de acontecimentos (PEREIRA, 2004). Precedendo à chegada dos dissidentes das bandeiras paulistas e baianas, (ex-participantes da Guerra dos Emboabas) muitos brancos foragidos da justiça, ciganos, mestiços, negros foragidos do convívio escravizante dos brancos e levas de índios que haviam perdido o litoral, chegavam e se misturavam às tribos ribeirinhas ora combatendo entre si e ora sendo aceitos a ponto de assumirem liderança na resistência contra a conquista de suas terras. Formavam-se assim os elementos necessários para o que Vasconcelos (1974) chamou de “... viveiro de povos, teatro de lutas e guerras incessantes” (p.16).

“A noite dos tempos ter-se ia fechado por completo, se a tradição, esta mesmo aluída pela incerteza, não fizesse perambular nos sertões um ou outro vulto sem nome, como de fantasmas errantes, quais os traidores expulsos por Fernão Dias da Quinta do Sumidouro, ou dos soldados dispersos após o assassinio de D. Rodrigo Castelo Branco. Entretanto o rio S. Francisco deslizando em meio das terras, revigando florestas e campos, cercando ilhas, absorvendo tributários imensos e derramando alagadiços enormes, debaixo de um céu luminoso e quente, foi sempre o viveiro propício de povos, teatro de lutas e guerras incessantes.” (VASCONCELOS, 1974, p.16)

Do período em que se intensificam os conflitos na região do médio São Francisco tem-se poucos detalhes, a ponto de não ser possível dimensionar por completo a barbárie que se instalou nas margens do rio e de suas adjacências, os Gerais. Sabe-se que desta convergência de povos, emergiram bandos que matavam e pilhavam povoados, arraiais e fazendas ao longo do São Francisco em direção ao sertão baiano (VASCONCELOS, 1974). Esse fato pode ser considerado como o estopim de onde emergiram as batalhas mais sangrentas já ocorridas na história da região, e que dão

início ao que se vive até os dias de hoje: disputa por territórios e afirmação de identidades.

Tendo o Governador Geral se sensibilizado com o “bandidismo” que se instalara na região, este pôs a exercer o seu dever principal, reprimir os “selvagens” que faziam resistência e lutavam pelo domínio do rio São Francisco. Não demorou a chegar à região o Mestre-de-campo, Matias Cardoso de Almeida, que combinando interesse pela terra e poder de autoridade, recebia munições e armas do governo e levantava forças no sertão para combater a resistência à conquista (VASCONCELOS, 1974). Matias Cardoso fundou um arraial às margens do São Francisco marcando assim a era da conquista. O arraial de Matias Cardoso, como veio a chamar-se posteriormente, serviu de quartel general para seu filho, o Coronel Januário Cardoso, e outros descendentes da família Cardoso que conquistariam as localidades de Pedras de Cima (atual município de São Francisco), Pedras de Baixo (município de Pedras de Maria da Cruz), São Romão, Manga, Formigas (município de Montes Claros), Barra do Rio das Velhas (atualmente denominado Guaicuí), Urucuia e Brejo do Amparo, atual Januária (PEREIRA, 2004).

O arraial de Brejo do Amparo foi fundado por Manuel Pires Maciel após violentas guerras com os índios Caiapós, episódio referido por Vasconcelos (1974) como “Tragédia de Tapiraçaba” (p.41). Os Caiapós que habitavam a serra de Tapiraçaba eram considerados índios mais avançados por conhecerem técnicas de trabalhar o algodão, cozer os alimentos, plantar legumes e grãos além de criarem animais domésticos. Pelo fato de acolherem aventureiros e fugitivos do sertão baiano, tinham a arte de combater e reger forças nas batalhas. Ciente da sabedoria dos Caiapós, Manuel Pires planejou estrategicamente um ataque noturno à aldeia, o qual resultou no incêndio das tabas e assassinato de muitos indígenas incluindo o cacique da tribo. Após minar as forças da tribo, o bando de Manuel Pires conseguiu resistir aos seguidos levantes dos indígenas, estes não tendo êxito em suas investidas se debandaram para outras paragens. Manuel Pires usando do escudo católico de Nossa Senhora do Amparo, construiu uma capela no arraial, onde casou-se com a filha do cacique assassinado durante a batalha. A índia que depois de catequizada passou a se chamar Catarina, concebeu Domingos Alves Ferreira Maciel, herdeiro de Manuel Pires que teve participação importante nos episódios que serão relatados mais a frente e que ficaram conhecidos como “Motins do Sertão” (VASCONCELOS, 1974).

Embora não fosse parente dos Cardosos, Manuel Pires tinha plena confiança do Coronel Januário pelo seu êxito em conquistas passadas. Desenvolveu plantio de cana e engenho de madeira para açúcar, movido por água além de criação de gado bovino, eqüino, suíno e caprino, atividade comum nas proximidades do São Francisco, sendo por este motivo também chamado de rio dos Currais (REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1906 *apud* PEREIRA, 2004). Assim se formou o arraial que veio a originar a cidade de Januária, uma das mais prósperas povoações do vale do São Francisco.

A localidade foi considerada o maior pólo comercial da região do alto médio São Francisco no século XVIII em função das grandes boiadas que partiam em direção ao rio das Velhas. Após o falecimento de Manuel Pires, seu filho Domingos Pires que era mameluco, não se submeteu aos mandos dos Cardosos e sendo pressionado, fora obrigado a estabelecer-se nas margens do rio Acari, um afluente do São Francisco. Com a saída dos Macieis, veio a se alocar no arraial o Padre Antônio Mendes Santiago, personagem importante no episódio que se segue, a Inconfidência Brejina.

Em meados do século XVIII o território dos sertões estava em grande progresso, gozando assim de certa independência da metrópole, uma vez que, por não se constituir como área de mineração estava isento do quinto e demais impostos. Criar gado era uma atividade mais estável que trabalhar nas minas e naquela região representava sinal de poder e status. Além das riquezas acumuladas os poderosos da região contavam com um contingente armado orgulhoso e experiente, composto por vitoriosos ex-participantes da Guerra dos Emboabas. Desenvolviam-se estradas interligando Bahia, Minas e Goiás, rotas de todo tipo de contrabando e ouro. Segundo Vasconcelos (1974):

“A Riqueza ali era muita. Distrito em que se criava o gado par o consumo das Minas, e onde se engordava o que vinha dos sertões do Ceará e do Piauí, como dos mais distantes, e em que se cultivavam gêneros de consumo alimentício, toda essa massa comercial, que entrava para as Gerais em espécie voltava em ouro.” (p.106)

As reformas tributárias implementadas pelo governador Gomes Freire, com o objetivo de reprimir o contrabando e as constantes sonegações por parte dos fundidores, causou grande descontentamento no sertão, isso porque juntamente com a regulamentação criaram-se impostos sobre profissões, indústrias e vendas, levando

açougues e revendedores de gado a forçarem a diminuição do preço do gado. Apesar da insatisfação popular, Gomes Freire não experimentou a revolta dos insatisfeitos com a cobrança e sim seu sucessor, Martinho de Mendonça, que envolvido em boatos de cobranças de impostos não legitimados pelo império, conseguiu desagradar também uma parte do clero que desde então percorria o sertão divulgando opiniões subversivas contra o governador. Tais opiniões, reforçadas por emboabas que se dirigiam à região e somadas à falta de autoridade do governo sobre esse território teve como conseqüências as rebeliões conhecidas como: “Os Motins do Sertão” (VASCONCELOS, 1974; PEREIRA, 2004). Iniciada a cobrança das taxas, como não poderia ser diferente, as autoridades responsáveis pela cobrança foram expulsas dos arraiais e ameaçadas de morte pelos coronéis. O único lugar onde a cobrança de impostos funcionava era em São Romão, centro de legalidade do governador, o que para os coronéis era uma ameaça à autonomia destes na região.

Com o falecimento de Coronel Januário, seus parentes tornaram-se coronéis autônomos, formando alianças nos momentos de ameaça. O estabelecimento do Padre Antônio Mendes Santiago na região de Brejo do Amparo teve aprovação por parte dos moradores do arraial – uma vez que grande parte destes eram ex-combatentes da Guerra dos Emboabas e reprovavam a cobrança das taxas – assim como por parte dos Cardosos. Formaram-se assim, as alianças necessárias para executar o plano de independência que visava primeiramente a conquista de São Romão, centro de legalidade do Governador, rumando posteriormente para Vila Rica (Ouro Preto), as tropas aliadas se adensariam a ponto de promover a deposição do Governador e a declaração da independência da capitania de Minas Gerais. Confirmada as alianças na semana santa em Morrinhos, Padre Santiago voltou ao Brejo do Amparo para aguardar a convocação das tropas até junho, quando se impacientou e convocou seu grupo no dia 6 para marchar até São Romão. Apoderou-se de São Romão sem combate, uma vez que os moradores que não fugiram, se entregaram sem resistências. Depôs as autoridades, elegeu novas e lavrou carta solene comunicando ao governador o feito. No entanto, seu reinado durou poucos dias. Isso porque Domingos Alves Ferreira Maciel, movido pelo rancor contra os Cardosos que lhe tiraram a terra herdada de seu pai, organizou tropa para restaurar as autoridades do governo. Outra motivação de Domingos Alves em prestar serviços ao governo, era a patente negociada, com muito êxito por seu pai, que lhe dava jurisdição sobre as terras de Brejo do Salgado mesmo sendo um mestiço (VASCONCELOS, 1974).



Os Cardosos para vingar a derrota de Padre Santiago e carregados de ódio dos Macieis, organizaram grande força para retomarem o poder em São Romão. Essa marcha fora marcada por roubos, assassinatos e estupros se configurando em grandes atrocidades (VASCONCELOS, 1974). Passaram pelas terras dos Macieis, em Acari, e não encontrando Domingos Alves mataram o gado, incendiaram casas, destruíram tudo (PEREIRA, 2004). Ao chegarem à São Romão não encontraram qualquer resistência. As autoridades locais haviam abandonado a cidade temendo que esta fosse arrasada. Com a chegada de Pedro Cardoso, filho de Dona Maria da Cruz, formou-se um governo provisório que depôs o General de armas por não impedir os atos de vandalismo ocorridos pelo caminho. O novo General de Armas, com o propósito de impor rigor, decidiu enforcar um grupo de negros e índios e fuzilar seu Mestre-de-Campo, os quais cometeram junto com seu bando, desonra a uma família pelo caminho.

A tentativa de disciplinar o bando veio tarde, uma vez que aquela gente desordenada dava mais ouvidos a um grupo de cinco bandidos terríveis protegidos de um famoso coronel da região, que às vezes oficiais. Diante da barbárie instalada, que não respeitava nem as fazendas dos chefes, as esperanças das lideranças de atingirem o rio das Velhas e engrossarem a marcha até Vila Rica minguou a ponto de considerarem como única possibilidade de restabelecer ordens no bando, o encontro com bandos mais disciplinados e armados que planejavam marcha com direção a Vila Rica. No entanto, as notícias da desordem desenfreada que vinha arrasando tudo que via pelos Gerais, desviou os intentos das demais tropas, e estas, faltando com a palavra nem ao menos visitaram o acampamento dos libertadores de São Romão que, esmorecidos com o abandono, deixaram a cidade. Separando-se em bandos, a massa de amotinado criou conflitos violentos entre si, continuando sua tragédia, e por onde passavam eram um banho de sangue seguido de incêndios e violações. Acabava assim o que se chamou de Inconfidência Brejina e de Pedras de Baixo (VASCONCELOS, 1974; PEREIRA, 2004).

A princípio o Governador Martinho Mendonça fez *vista grossa* aos motins, considerando serem os rebelados uma minoria, embora mais tarde fora convencido pelo Secretário de Estado que se tratara do fato mais importante de seu governo. Ciente da expectativa com que os revoltosos de Sabará esperavam o levante do São Francisco, pôs-se o governador a encaminhar tropas para ambas as regiões. Ao chegarem em São Romão encontraram o arraial de portas abertas, sem nenhuma resistência prenderam as autoridades dos amotinados, restaurando as autoridades do governo. Em seguida,

seguiram para Brejo do Amparo, onde cercaram o povoado, prendendo alguns líderes dos motins. Nessa ocasião foi preso e remetido a Vila Rica o General de Armas Simeão Correia, que antes de fugir da prisão entregou os nomes dos líderes dos motins, dentre eles Pedro Cardoso e sua mãe Dona Maria da Cruz. O Padre Santiago escapou da prisão por se refugiar em uma gruta.

Muitos são os relatos históricos que exaltam a liderança de Dona Maria da Cruz no arraial de Pedras de Baixo. Com o falecimento de Salvador Cardoso, seu marido, Maria da Cruz assumiu um vasto latifúndio no arraial de Pedras de Cima, o qual com a nova divisão política da região tornou-se município com o seu nome. Vasconcelos (1974), conta que o arraial de Pedras de Baixo chegou a ser o mais próspero da região, além da grande criação de gado havia produção de couro, tendas de ferreiro e carabinas, escolas de leitura e música, armazéns de fazenda, tecidos de algodão e engenhos de cana e mandioca formando grande centro comercial. Devido à grande prosperidade da Fazenda do Capão, Maria da Cruz exercia grande poder político entre o povo da região. Além de exercer amplo controle de seus escravos e empregados, contava com o reconhecimento e o respeito de todos. É o que nos conta o historiador ao narrar a prisão de Maria da Cruz e seu filho Pedro Cardoso:

“D. Maria era menos senhora que mãe de todo aquele povo. Escravos, camaradas, agregados, um milhar de corações ali batiam nas angústias do terror e da incerteza, naquele momento, um lago de aflição. Ela havia criado quase toda aquela gente.”  
(VASCONCELOS, 1974, p.137).

D. Maria da Cruz e seu filho Pedro Cardoso, após ameaças de fuzilamento, foram levados à Vila Rica onde ficaram presos. Pedro Cardoso foi exilado em Moçambique e Maria da Cruz voltou a Fazenda do Capão em Pedras de Baixo assumindo novamente a direção dos negócios e conseguindo posteriormente a concessão da sesmaria do Capão. Com a repressão por parte do governador aos Cardosos, os Macieis voltam a ter jurisdição sobre o arraial de Brejo do Salgado (Januária), na pessoa de Domingos Alves Ferreira Maciel, como recompensa do governador aos serviços prestados durante os motins na região. A principal liderança da Inconfidência Brejina, embora tenha recebido carta anunciando sua prisão, conseguiu

escapar da pena permanecendo como Vigário de São Romão e Paracatu (VASCONCELOS, 1974; PEREIRA, 2004).

O enfraquecimento do poder da família Cardoso, a destruição nas fazendas ocasionada pelas revoltas, somados à derradeira enchente que assolou a região por volta dos anos 1736-37, propiciou o enfraquecimento dos povoados ribeirinhos. Muitos fugindo da miséria que se instalara nas margens do São Francisco, arriscaram a sorte nas minas de ouro recém descobertas na região de Paracatu.

A reação econômica do Brejo do Amparo se daria no fim do século XVIII com o estabelecimento de relações comerciais principalmente com Goiás e as Minas de Paracatu por meio da abertura de inúmeros caminhos pelo sertão denominados Picadas de Goiás onde passavam produtos manufaturados vindos dos povos ribeirinhos do São Francisco além de grande quantidade de ouro contrabandeado. Descobriu-se que o sertão, descoberto pelas picadas que rumando para Goiás, não era de todo intacto, uma vez que, negros, mulatos, índios, mamelucos, cafuzos, mestiços de toda ordem, além de brancos perseguidos pela justiça, penetraram nas profundezas mais ocultas daquele sertão estabelecendo aldeias, arraiais e, principalmente, famosos quilombos que nesse momento representavam as maiores resistências à expansão da conquista para Goiás e o Oeste de Minas Gerais.

“Só pois em seguida, e depois que se abriu a picada de Goiás, é que entabularam as minas de Paracatu, e animaram-se estes a vir de pouco a pouco penetrando naqueles densos matagais. Desde o princípio do povoamento das Minas Gerais, escravos mais inteligentes, fugindo, entranharam-se naquele sertão e constituíram quilombos famosos, que já se celebravam em contos imaginários, longe e bem longe zombando dos capitães-do-mato” (VASCONCELOS, 1974, p.179).

### **1. 3 Januária: entre a nobreza e a imoralidade**

A recuperação dos povoados, após os motins, assim como da autoridade do governo, permitiram que se estabelecesse, por meio dos normativos legais da época, a criação do município de Januária pela Resolução Régia de 30 – 01 – 1833. Inicialmente o município tinha grande extensão e ladeava o São Francisco pela margem esquerda desde o rio Pardo até o rio Carinhanha e pela direita, do rio Mangay ao rio Doce.

As sucessivas divisões políticas da região resultaram no desmembramento da grande área que compunha o município e a criação dos municípios: Montalvânia, Jaíba, Matias Cardoso, Manga, Bonito de Minas, Cônego Marinho, Pedras de Maria da Cruz, Juvenília, Miravânia e São João das Missões (Mapa 2).

Atualmente o município de Januária é composto pelos seguintes distritos: Levianópolis, São Joaquim, Várzea Bonita, Riacho da Cruz, Pandeiros, Tejuco e Brejo do Amparo. Entre estes destaca-se o Brejo do Amparo com relevante importância histórica relacionada às origens de Januária. Foi nessa região que Manuel Pires Maciel construiu a Igreja de Nossa Senhora do Amparo, fundando a primeira vila por volta de 1701 (PEREIRA, 2004).



Mapa 2 – Atual divisão política na região da antiga Januária

As lideranças políticas no Brejo do Amparo sempre disputaram a hegemonia na cidade, sendo por vezes o distrito designado como sede do município. Com a construção do Porto em Januária e o surgimento do arraial de Porto do Salgado, o Brejo do Amparo perdeu definitivamente a hegemonia sobre as decisões políticas no município. A grandeza que outrora Caiapós, Emboabas, Coronel Manuel Pires e Padre Santiago ergueram nas plagas do Brejo do Amparo não expressa toda sua magnitude na atualidade. Hoje o distrito encontra-se gravemente enfraquecido quanto ao seu poder político. Não sendo considerado nem sede do município, nem Comarca e sua Paróquia faz-se esvaziada (PEREIRA, 2004).

O impasse existente quanto à origem do nome da cidade de Januária é relatado por Martins (1969). Conta o autor que, de frente para as águas do São Francisco, perto das barrancas do rio, existia uma grande casa de palha onde morava uma velha de nome Januária, que “fugira da Corte para encobrir descuidos morais”. O fato de explorar a

venda de cachaça fez com que Januária recebesse a reputação de mulher de “vida irregular” que “favorecia a queda dos bons costumes”, uma vez que, sua casa era local de bebedeiras que tinha quase sempre como desfecho brigas e badernas.

“Quase no barranco, de frente para as águas, erguia-se espaçosa casa de palha, residência de uma velha chamada Januária, cuja origem até agora não foi esclarecida. Sabe-se apenas que fugira da corte para esconder descuidos morais. Efetivamente, Januária tinha vida irregular. Explorando a venda de cachaça, favorecia a queda dos bons costumes” (MARTINS, 1969, p.11).

Embora lhes fossem atribuídos tais comportamentos, Januária mantinha postura e modos aristocráticos, sendo considerada no lugar, como pessoa nobre e afamada. Muitos moradores da região não concordam com a história, talvez por não admitirem que a origem de uma cidade tão nobre venha a ser atrelada a estabelecimento tão corrupto. Para fazer de Januária, cidade nascida nos berços da nobreza, estes afirmam que sua denominação é uma homenagem à Princesa Januária Maria de Bragança, filha da Imperatriz D. Leopoldina e do Imperador D. Pedro I (MARTINS, 1969).

A intensa disputa política entre Brejo do Amparo e Porto do Salgado pelo título de sede do município de Januária pode ter influenciado de forma significativa a dubiedade na origem do nome da cidade. O fato de Januária ter sido mulher de “vida irregular” sujava a imagem de Porto do Salgado ao mesmo tempo em que elevava as qualidades de Brejo do Amparo, uma vez que este nascera sob a égide de Nossa Senhora do Amparo. Não existem relatos históricos que afirmem tal interpretação assim como também não existem elementos capazes de identificar o autor da estratégia laboriosa de relacionar o nome da cidade com a princesinha de Bragança.

O distrito de Brejo do Amparo fica a seis quilômetros da sede de Januária e é formado atualmente pelos povoados: Barreiros, Cruz dos Araújo, Forquilha, Matos, Olhos D'Água, Queimada Grande e Sambaíba, este último localizado na sub-bacia do rio dos Cochós, unidade territorial que representa a área pesquisada pelo presente trabalho.

#### 1.4 “O Gerais”: Opulência e expropriação

O progresso da região de Brejo do Amparo também era compartilhado pelos povoados nas proximidades do distrito. Saul Martins (1969) em seu livro “Os Barraqueiros” inicia seu texto afirmando:

“Em princípios do século passado, era intenso o comércio entre sertanejos dos vales dos rios Pandeiros, Cochos e Peruaçu com barraqueiros do Rio de São Francisco, traficantes de sal, querosene, fazendas, drogas e ferragens (MARTINS, 1969, p.11).”

Saindo de Januária, passando por Brejo do Amparo, existe uma antiga estrada que liga o município à Bonito de Minas, cruzando a sub-bacia do rio dos Cochos na comunidade de Sambaíba. Segundo os moradores mais antigos dessa comunidade que a estrada fazia conexão com as picadas de Goiás, de onde chegavam e para onde saíam as mais diversas mercadorias. O transporte naqueles tempos era realizado por meio de Carros de Bois e Tropas de Burros que levavam sal, querosene, ferramentas, drogas e tecidos para o sertão, dali regressando com produtos da roça tais como: bois, porcos, galináceos, toucinho, couro, algodão, farinha de mandioca, rapadura, mangaba, grãos, cachaça e produtos artesanais.

O carreiro era profundo conhecedor do sertão assim como do seu instrumento de trabalho. As longas viagens e os vários imprevistos exigiam dele a capacidade de repor peças quebradas tendo o cuidado de escolher a madeira específica da peça. Viagens com muitos imprevistos era sinal de “mau olhado”, quebranto ou mandinga. Sendo o carreiro experiente, este era capaz, por meio de rituais sobrenaturais, de desmanchar o feitiço para que a viagem seguisse sem mais embaraços (MARTINS, 1969).

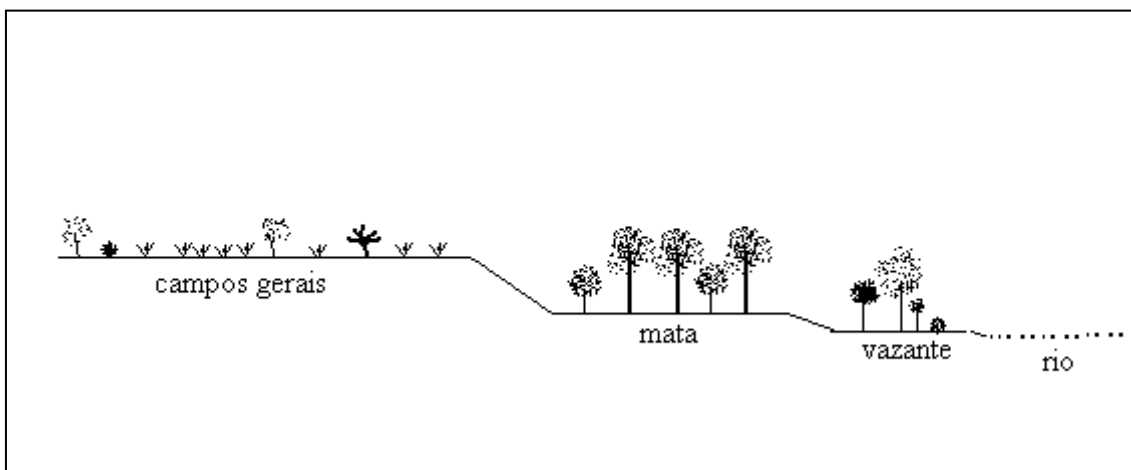
O tropeiro é o mais próximo herdeiro cultural dos bandeirantes que desbravaram o sertão. Visto que não havia mais o que conquistar por aquelas plagas usaram o conhecimento geográfico adquirido por meio das muitas viagens, para fazer comércio com outras regiões. Tornou-se uma mistura de criador de gado, roceiro, negociante e traficante. No contexto das tropas eram definidas as funções de cada grupo de tropeiros. Os cargueiros levavam as mercadorias e os apetrechos de carga; o cargueiro-cozinha levava os mantimentos além de trempe, cabaças, panelas e outros vasilhames; o arrieiro era tropeiro mais experiente, que seguia a cavalo um ou dois dias de atraso ultrapassando a tropa posteriormente para proteger a dianteira até o destino; a madrinha

é geralmente uma mula que dita ritmo à tropa, não deixando que nenhum animal tome a frente (MARTINS, 1969).

Em uma das atividades de pesquisa realizadas ao longo deste trabalho, tive o prazer de estar frente a frente com Antônio Inácio, que fora tropeiro e sindicalista defensor das causas do povo geralista sendo hoje profundo conhecedor da economia dos Gerais no tempo dos tropeiros. Conta Antônio Inácio que naqueles tempos não existia caminhão, caminhonete ou qualquer outro tipo de transporte que adentrasse os Gerais. O transporte das mercadorias era feito somente por meio dos carros de bois, mais demorado, ou nos lombos dos burros, que faziam o trajeto na metade do tempo gasto por um carro de boi. Segundo o tropeiro, os Gerais possuíam muitas veredas e produziam muito arroz, que além de abastecer a região também era transportado por meio das barcas de frete que saíam de Porto do Salgado. Cana de açúcar, feijão e outros alimentos também eram produzidos no que Seu Antônio denomina de “brejos ou banhados”, áreas que eram cultivadas nas épocas de seca. O gado curraleiro, criado na solta, sem necessidade de formação de pastagens, sempre foi elemento importante na economia dos gerais.

O fato dos campos gerais possuírem muitas veredas era motivo para que os moradores das áreas de mata – região de transição entre a vazante dos rios e os campos gerais – mudassem temporariamente para os campos gerais nos anos de seca em que a água ficava escassa na mata. O aumento da disponibilidade de mão de obra nos campos gerais favorecia a produção de uma diversidade de alimentos, gerando fartura aos povos geralistas. Nos períodos chuvosos, os campos gerais eram utilizados para a solta do gado curraleiro enquanto nas terras de matas faziam-se lavouras; nos períodos de seca as matas se transformavam em pastos e os gerais eram usados para lavoura.

O regime de chuvas regulava não só a produção dos povos da região, mas também a utilização das áreas para o cultivo, tornando as diferentes fitofisionomias um todo interconectado que favorecia a permanência desses povos na região, os Gerais. Nas vazantes e nos Gerais, se plantava nas épocas de seca, enquanto as áreas de mata eram usadas como pasto para o gado curraleiro; nos períodos chuvosos plantava-se na mata enquanto os Gerais eram usados para solta do gado e coleta de frutos do cerrado, e as vazantes se encontravam inundadas pelas enchentes. As fitofisionomias dos Gerais podem ser representadas como na figura 1:



**Figura 1 – Fitofisionomias dos campos gerais**

Fonte: Galizoni (2005)

Muitos autores consideram como sendo Gerais apenas as planícies de altitude, áreas também chamadas de campos gerais. No entanto, percebe-se na fala dos agricultores da região, que Gerais pode ser tanto os campos gerais ou planícies de altitude como o conjunto de campos gerais, terras de mata e vazantes. Isso não quer dizer que não existam agricultores de terras de mata ou vazanteiros, nem tão pouco que não haja diferenças entre essas fitofisionomias. O fato é que quando analisamos essas áreas do ponto de vista produtivo, percebe-se o movimento recorrente de exploração e ocupação humana, caracterizando um todo interdependente denominado Gerais. Embora a divisão fitofisionômica seja didática do ponto de vista em que buscamos entender a diversidade de ambientes e o potencial de cada um de acordo com as variações do regime hídrico, é a combinação entre eles que determina a dinâmica de ocupação e uso do solo. Isso explica o fato de Antônio Inácio se referir a Gerais em dois contextos: num contexto mais amplo, como o conjunto dessas três fitofisionomias, que se estende até a Bacia Amazônica e onde se fazia transporte de muitas mercadorias; e num contexto local, como terras localizadas nas planícies de altitude, pouco férteis porém ricas em veredas, frutos e madeiras nobres.

*Eu nasci aqui nos Gerais, me criei aqui nos Gerais. Já viajei muito, mas minha vida foi totalmente aqui nos Gerais. “O Gerais” se estende para o Grande Sertão Veredas, passa o norte de Minas, inclui todo o oeste da Bahia, norte de Goiás e vai até o Tocantins. Esses Gerais eles vão até a Bacia Amazônica até onde eu conheço. Eu fui tropeiro. Transportava mercadorias no lombo do burro. Eu*



*morei no município de Formoso no Grande Sertão Veredas e passava muito por Januária transportando mercadorias... O que diferencia uma terra de Gerais e uma terra de Mata é porque no Gerais predominam as veredas e os buritizais e a mata... a diferença é a terra. A mata é uma terra mais forte só que com menos água. (Antônio Inácio, pesquisa de campo, setembro de 2009).*

Cabe lembrar que as extensões de terras dos gerais eram terras de uso comum para solta de gado, coleta de frutos e plantas medicinais, e caça. O gado era “empastado” em um lugar e ficava ali na engorda. As únicas formas de não deixar o gado se desgarrar era o campeio regular e a ceva do gado com sal que era colocado nos cochos dos currais. Conta Antônio Inácio que era comum avistar durante o campeio, dezenas de animais silvestres pastando juntamente com o gado.

*O gado engordava nos gerais. As terras dos gerais eram chamadas de terras de solta. Não tinha cercas pra dominar o gado. E ali o povo ia pro campo procurar o gado... O gado era “empastado”, construía-se um curral e levava de vez em quando sal grosso pro gado não se esquecer do curral. Mas não tinha separação do meu gado com o seu... E “o Gerais” tinha muita caça, eu mesmo campeava o gado “no Gerais”. Saia de cavalo cedo e chegava de noite. E naquelas quebradas você ia aproximando e contava, dez, vinte veados comendo junto com o gado. (Antônio Inácio, pesquisa de campo, setembro de 2009).*

Além do manejo sistemático desses ambientes, a vida econômica dos Gerais se complementava com as tinguijadas (pesca artesanal e comunitária que o utiliza o tinguí, planta nativa da região, para o entorpecimento dos peixes nas lagoas marginais deixadas pelas enchentes); a desmancha da mandioca para fazer a tapioca e a farinha; a folia de reis; o campeio do gado e a marcação de orelhas, as caçadas reguladas por mitos e lendas que evitavam o desperdício e a matança inútil; o uso da medicina caseira marcada por cirurgias espirituais, benzeduras, garrafadas, mezinhas e outros processos de curar<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> Para melhores detalhamentos sobre estas tradições ler Saul Martins (1969), “Os Barranqueiros”.



**Foto 1: Folia de reis na comunidade de Sambaíba, década de 80.**

Fonte: Arquivo de fotos da escola de Sambaíba.

Mais que elementos complementares da economia geralista, estas tradições também representavam fortes fatores de coerção social em que eram mantidas tradições que faziam das comunidades, organização social com elementos identitários próprios da região. Afinal de contas, esses eventos da vida social dessas comunidades eram realizados por meio de mutirões ou agendamentos que unificavam os valores e crenças das famílias, sendo impossível separar a exploração dos recursos disponíveis das relações sociais estabelecidas.

A abundância de recursos e os fatos sociais que caracterizavam a exploração desses recursos teciam uma intensa rede de relações entre as famílias e o meio que estas dependiam e exploravam, a ponto de estabelecer nos geraizeiros o sentimento de pertencimento àquele território. Não era necessário o deslocamento para outras localidades, a sustentabilidade era garantida com a complementaridade dos recursos distribuídos ao longo das três fitofisionomias que compõem “o Gerais”.

*O Gerais” era o recurso que nós tínhamos. Quando o tempo tava difícil nós corríamos todos para “o Gerais”. Levava o gado, ia plantar arroz, plantar cana, plantar tudo... Quando voltava as chuvas a gente voltava pra mata. E o importante é que o pessoal não*

*precisava sair “dos Gerais” porque tinha muita terra com banhado. A não ser para vender alguma coisa em Januária, e olha que muitos não iam nem em Januária. Januária era o centro comercial da região. Era Januária e Anápolis lá no Goiás. Aqui mesmo, em Sambaíba tinha um comerciante chamado Noratim que comprava mercadorias do povo, esses não iam nem em Januária.* (Antônio Inácio, pesquisa de campo, setembro de 2009).

A dinâmica da vida dos geraizeiros era marcada pelo ritmo das chuvas e durante séculos o manejo combinado de gerais, vazantes e terras de mata, sustentou as famílias rurais e a civilização *geralista* do alto Norte mineiro. As técnicas adaptadas de manejo dos recursos naturais, a baixa densidade demográfica e a pecuária de reduzida intensidade permitiram que esse povo *geralista* conservasse seu bem mais precioso: a água das nascentes, veredas e córregos, que garantiram sua convivência com a intensificação sazonal das adversidades do meio.

A partir da década de 70 a pesquisa agrônômica adaptou plantas e adubos às condições de baixa fertilidade dos solos do cerrado e grande parte da produção científica sobre o assunto passou a ser quase exclusivamente subordinada aos interesses imediatamente produtivos. Acreditava-se, na época, que a região dos cerrados deveria ser explorada com capitalização intensiva e que esta era a única forma possível de fazer agricultura na região.

Os campos gerais entraram no bojo dessa grande mudança da política agrária mundial, como terras de ausentes, terras que não tinham dono sendo ora pilhadas pelas empresas reflorestadoras (por meio dos mais diversos mecanismos de espoliação) que tinham interesse nos incentivos fiscais do governo e ora consideradas como terras devolutas<sup>4</sup>, por parte do Estado, sendo posteriormente arrendadas para as mesmas reflorestadoras.

*Terras de ausentes ou de desconhecidos... realmente não era de desconhecidos. Eram terras que não tinham documentos. Era do meu avô ou meu bisavô e nós não fizemos inventário e aí a firma de*

---

<sup>4</sup> Terras devolutas são terrenos públicos, ou seja, propriedades públicas que nunca pertenceram a um particular mesmo estando ocupadas. Embora a Constituição Brasileira de 1988, no seu artigo 20, II afirme as terras devolutas como sendo bens da União, desde que sejam indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares, das vias federais de comunicação e à preservação ambiental, definidas em lei, nas últimas décadas a ocupação dessas terras também têm sido justificada por um discurso desenvolvimentista que prega a modernização do campo e que favorece o arrendamento dessas terras para empresas vinculadas à indústria do agronegócio, com grande incentivo por parte do Estado.

*reflorestamento chegou e falou: Quem é o dono da terra? Você tem documento? Pois essas terras são minhas. Eu tenho o documento da terra.'*

*Eles iam lá no cartório e forjavam documentos. Às vezes colocava o cabra pra assinar documentos sem saber o que ele estava fazendo. E aí começaram a plantar eucalipto e colocar veneno dentro do eucalipto pro gado morrer... e além do mais das promessas de emprego e desenvolvimento, daí o povo trocava suas terras por preço de banana ou na base da ameaça de pistoleiros. (Antônio Inácio, pesquisa de campo, setembro de 2009)*

Essa modernização dos campos gerais no alto médio São Francisco trouxe conseqüências que foram aparecendo com o tempo, dentre elas se destacam: a eliminação da ocupação de pessoal, pois as atividades intensivas em capital e extensivas na ocupação de terras passaram a criar menos ocupações que aquelas que existiam antes da implantação da atividade; a concentração da terra e da renda na região, uma vez que, grande parte das terras de uso comum foram classificadas como terras devolutas que conseqüentemente foram arrendadas para empresas reflorestadoras; forte impacto negativo no uso e na oferta de recursos hídricos. Tais fatores despertaram o levante dos sindicatos rurais em defesa dos povos geralistas conseguindo reverter em alguns casos as invasões das reflorestadoras, no entanto, como afirma Antônio Inácio, a disputa não era justa.

*Nós do sindicato conseguimos muita resistência refazendo o assentamento do próprio povo que morava na terra, mas no começo a luta era muito desigual. Prevalcia a esperteza, a violência e a 'tapeação' com o povo do lugar. [...] depois abandonaram as terras e não tinha mais progresso, nem emprego e nem terra pro povo viver. (Antônio Inácio, pesquisa de campo, setembro de 2009).*

Os relatos apresentados exemplificam a forma como os geralistas foram e são freqüentemente capturados por uma perspectiva economicista que tenta enquadrá-los, meramente, como manifestação de um modo particular de produção integrante da sociedade nacional, desconsiderando suas especificidades culturais a favor de uma política nacional (NOGUEIRA, 2009).

### **1.5 Educação formal: emancipação ou reprodução da ordem vigente**

A região onde se localiza a comunidade de Sambaíba é referida muitas vezes pelos moradores de Januária como “Comunidades dos Cochós” isso devido à existência de um rio que descia caudaloso da comunidade de Cabeceira nos Gerais e cruzava as comunidades de Sumidouro, Sambaíba, Mamede, Roda D’água, São Bento e Bom Jantar indo desaguar no São Francisco.

A ligação com a antiga estrada onde passavam os tropeiros, com destino às picadas de Goiás, fez de Sambaíba referência entre as comunidades que se distribuem ao longo do rio dos Cochós. É onde se localiza a igreja, alguns pontos de comércio e o centro de beneficiamento de frutos do cerrado. Esta antiga estrada foi pavimentada recentemente e serve de acesso ao município de Bonito de Minas.

Em função da sua centralidade com relação às outras comunidades, os primeiros relatos da ocorrência de práticas de ensino na sub-bacia do rio dos Cochós iniciaram em Sambaíba, com Dona Francisca que ensinava seus filhos e os filhos dos agricultores da região, quando ainda não existia escola na comunidade. Conta Dona Lurdinha, moradora da comunidade de Sambaíba e filha de Francisca, que sua mãe lecionara durante muito tempo em sua própria casa sendo a principal responsável pela existência da escola da comunidade, hoje institucionalizada. Segundo Dona Lurdinha, naquele tempo os estudantes muitas das vezes não tinham materiais escolares porque os pais não podiam comprar e a merenda era fornecida pela própria professora ou por agricultores que doavam mantimentos. Frequentemente a mestra passava de casa em casa colhendo doações para que os alunos não ficassem sem merenda.

Dona Francisca começou a lecionar em sua casa e posteriormente em uma escola na localidade de Curral de Pedras nas proximidades de Sambaíba. A escola era uma sala de sua própria casa, onde ela lecionou até dezembro de 1965. Dona Lurdinha, seguindo os exemplos da mãe também se tornou educadora e em fevereiro de 1965 ela começou a ministrar aulas na mesma sala em que sua mãe trabalhava, mudando no ano seguinte para uma casinha de barro desabitada, onde ensinou até 1969. Devido às más condições do telhado da casinha, a qual tinha muitas goteiras, Dona Lurdinha decidiu continuar lecionando em sua casa, mas como o espaço era pequeno não pode continuar. Diante das dificuldades, o Senhor Valdir, seu marido, a aconselhou a parar de lecionar, uma vez que, não havia espaço na casa para que se realizassem as aulas. Dona Lurdinha, que havia se apegado à profissão, resolveu marcar uma reunião com os pais dos estudantes para debater o que poderia ser feito e para sorte de todos os pais decidiram doar telhas,

madeiras, cimento e mão de obra para a construção, ao lado da casa, de um barracão que serviria de sala de aula.

*Esse barracão do lado daqui de casa foi construído pra ser a escola, porque o Valdir ficava enjoando porque ele queria que eu parasse. Ele não queria que eu continuasse na escola. Aí eu disse: ‘O meu Deus o que que eu faço?’ Eu já tinha tomado amor, já tava gostando da profissão. Porque quando chegava no fim do ano e saia aqueles meninos tudo lendo, eu ia dormir tranqüila demais e ficava toda empolgada. Os pais chegavam e falavam: “Oh! Mais meu menino já está sabendo ler. Ta fazendo isso ta fazendo aquilo! Aí você empolgava, sabe? Aí eu pensei em fazer uma reunião com os pais pra saber como é que a gente vai fazer. Aí eu lembro que eles compraram telhas, madeiras e cimento com dinheiro de cana que mandou moer aqui. Aí comprou o material e os pais reuniram e fizeram. Nós não pagamos pra fazer não. (Dona Lurdinha, pesquisa de campo, setembro de 2009)*

Segundo Dona Lurdinha, por várias vezes ela pensou em desistir pela falta de estrutura pra lecionar, mas sua mãe à apoiava e incentivava que ela continuasse para que os estudantes não ficassem sem aprender. Em 1972 ela lecionava para três turmas no barracão construído pelos pais, chegando a ter 33 estudantes no turno matutino, e duas turmas menores no turno vespertino sendo que, uma delas recebia as aulas em uma casinha de palha, feita também pelos pais, nos fundos do barraco.

No ano de 1977, funcionários da prefeitura visitaram a escola e ao verem a quantidade de alunos e as dificuldades enfrentadas por Dona Lurdinha, se sensibilizaram com o causa e pediram um terreno na comunidade para construírem uma escola. Em agosto de 1979 foi inaugurada a Escola Estadual de Sambaíba.



**Foto 2 – Inauguração da escola de Sambaíba**

Fonte: arquivo fotográfico da escola de Sambaíba

O terreno onde foi construída a Escola Estadual de Sambaíba era uma área de mata que fora cedida por Seu Valdir para que se realizasse a construção da escola. Tanto a derrubada da mata como a construção da escola aconteceram por meio de mutirões realizados pelos pais dos alunos juntamente com funcionários da prefeitura. Analisando as falas de Dona Lurdinha, fica explícita a percepção da escola como patrimônio da comunidade da mesma forma que a igreja que fora construída também por meio de mutirões.

*Os pais reuniram, fizeram mutirão e derrubaram. Quando foi pra construir a prefeitura veio. Foram uns três sábados de mutirão e eu dava despesa deles. Trazia de casa a merenda e o almoço também. Teve dia que tinha vinte e nove pais aí. Era só mandar recado para os pais que eles vinham. Mas tinha que marcar, não podia falar que era pra amanhã. Tinha que falar que ia reunir pra fazer tal dia. A igreja a gente também construiu assim. O pessoal reuniu, tirou pedra, depois tirou cal, reuniu fez os alicerces, os meninos fizeram uma festa, aí comprou vergalhão, tijolo tudo com dinheiro de festa. Aí nós encobrimos, o bispo deu o telhado a madeira foi a diocese que*

*deu. A igreja foi feita depois da escola. Na escola o povo só preparou o local e a igreja foi quase toda feita pelo povo (Dona Lurdinha, pesquisa de campo, setembro de 2009)*

A escola de Curral de Pedras, após a aposentadoria de Dona Francisca, se desestruturou ficando a Escola de Sambaíba responsável por atender os estudantes da localidade. A institucionalização da escola na comunidade de Sambaíba tinha a proposta de melhorar as condições estruturais da escola permitindo ampliar a quantidade de turmas e de estudantes, e a comunidade contribuiu na medida do possível para que isso acontecesse.

Aumentada a estrutura da escola, esta passou a servir à comunidade de forma mais ampla, oferecendo seu espaço para a realização de manifestações culturais, festas, casamentos, noivados, datas comemorativas, missas, eventos folclóricos e reuniões comunitárias. Não havia cercas na escola e a comunidade podia usufruir de toda a sua estrutura sem ter que pedir autorização a ninguém. A escola era do povo da comunidade.

*Ali era assim, se você queria fazer um casamento e você não queria fazer na casa porque não tinha espaço, a escola cedia toda a estrutura. Só que tinha que ter policiamento. Aí usava a cozinha e tudo que era da escola. Minha irmã casou foi aí. As bodas de ouro da minha mãe foi aí também. Ela achou que o espaço era maior. (Dona Lurdinha, pesquisa de campo, setembro de 2009)*

As sucessivas gestões administrativas da escola foram acontecendo e o povo da comunidade foi perdendo aos poucos o acesso à escola a ponto de não se utilizar mais do espaço. Primeiramente ela foi cercada com tela de aço e posteriormente passou-se a depender da boa vontade da direção para utilizar sua estrutura. A grade curricular densa, a rotatividade de professores vindos da cidade e a adoção de manuais com referenciais da escola urbana intensificaram ainda mais o processo de descaracterização da escola construída pelo povo em 1979. Para Dona Lurdinha, atualmente a escola existe muito mais para ela mesma que para a comunidade, os estudantes não organizam mais festas tradicionais na comunidade e os pais não opinam em praticamente nada na escola. Os professores não se esforçam como antigamente, não possuem uma identificação com a



escola, uma vez que, a facilidade de voltar para Januária e lecionar em outras escolas os tornam passageiros nas escolas rurais.



**Foto 3: Reunião da comunidade na escola de Sambaíba (sem data)**

Fonte: Acervo de fotos da escola de Sambaíba

A descontextualização dos conteúdos lecionados, a desmotivação e falta de envolvimento dos professores, a centralização das decisões na direção da escola e o impedimento da manifestação popular no ambiente escolar fazem das escolas no campo esvaziadas da vida que levam os moradores do lugar, sendo assim a escola se revela como mais um mecanismo de desenraizamento dos jovens estudantes “do Gerais”.

A sub-bacia do rio dos Cochos possui, além da escola de Sambaíba, mais dois pólos de educação formal: a escola localizada na comunidade de Sumidouro, com turmas de 1° a 5°, e a escola de Bom Jantar com turmas do Ensino Médio e com uma extensão na comunidade de São Bento e que atende estudantes de 1° a 5° séries. A relação destas escolas com o povo geralista não poderia ser diferente da escola de Sambaíba, afinal estamos falando de um modelo educacional em que as ações governamentais não priorizam como ponto de partida, a realidade dos povos campo. Diante desse contexto, os esforços das organizações locais no sentido de reafirmar a identidade geralista dos povos que vivem na sub-bacia nos Cochos passam

inevitavelmente pela reconquista das escolas e pelo comprometimento e vinculação destas às lutas dos povos do campo.

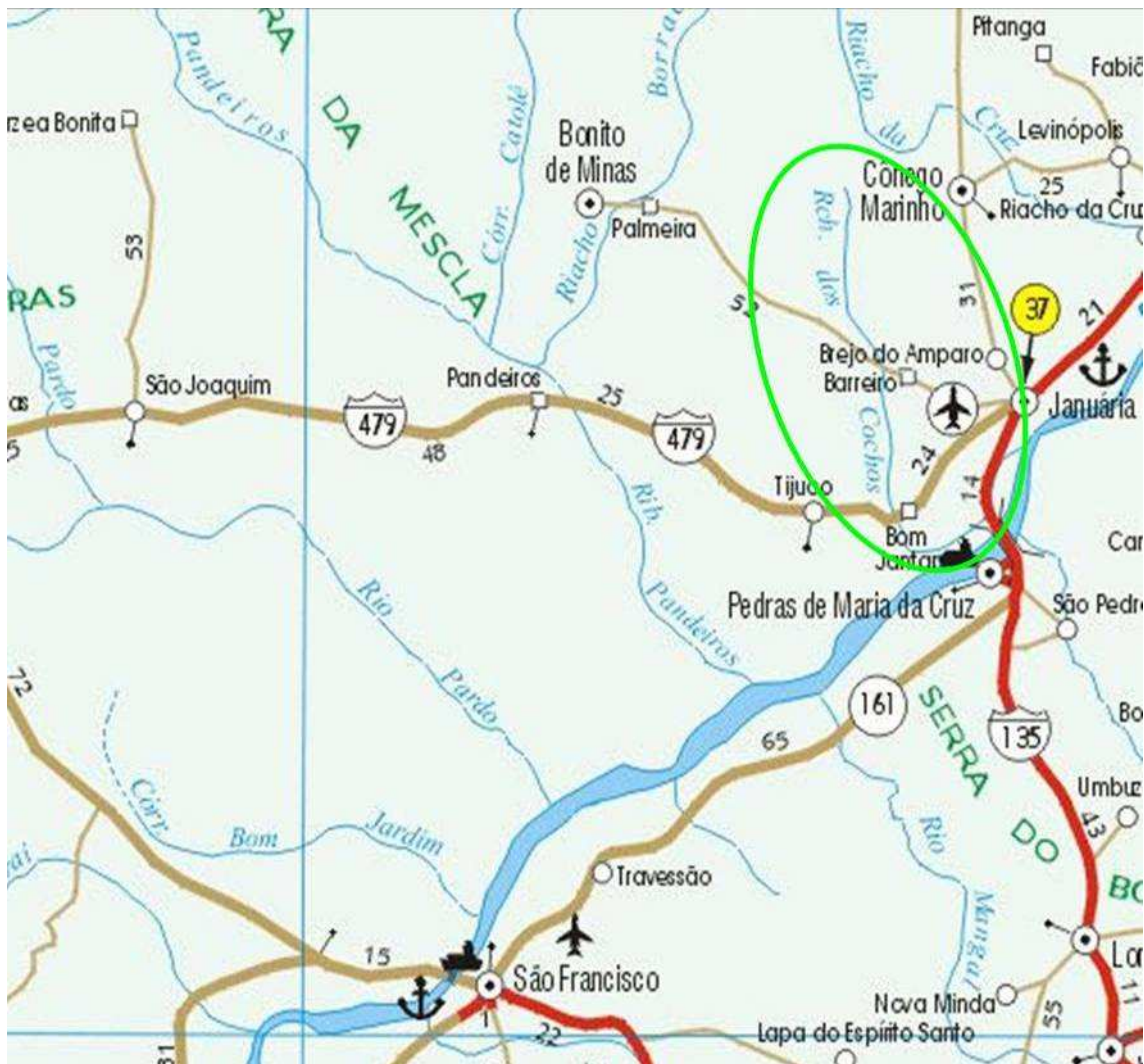
As degradações ocorridas na região, em função da ocupação “do Gerais” por empresas reflorestadoras culminaram na redução da oferta de recursos hídricos na região e este fato foi o estopim que gerou a organização da sociedade local com o objetivo de lutar e resistir aos mecanismos que operam no sentido contrário à sua reafirmação identitária, dentre eles a descontextualização da educação formal na sub-bacia dos rio dos Cochos. O contexto que gerou a mobilização de parte dos moradores destas comunidades, em prol da defesa de um projeto de revitalização do rio, está evidenciado no capítulo que se segue.

## Capítulo II

### MEMÓRIAS DE UM RIO SECO

#### 2.1 Rio dos Cochos: memórias

Na comunidade de Cabeceira dos Cochos localizada nos Gerais do município de Cônego Marinho descia caudaloso rio que costurava o sertão a dentro, fazendo caminho com suas águas, passando pelas comunidades de Sumidouro, Sambaíba, Mamedes, Roda D'água, São Bento, Baruzeiro e Bom Jantar indo desaguar no São Francisco. Ao longo desse trajeto se uniam ao curso do rio dos Cochos dois pequenos rios, rio Tatá e rio Pedras, os quais avolumavam sua corrente conferindo-lhe mais força para atingir seu fatal destino: alimentar as águas do Velho Chico.



Mapa 3: Sub-bacia do rio dos Cochos em destaque no círculo verde.

Segundo Seu Geraldo, agricultor morador da comunidade de Sumidouro e membro da Assusbac, antigamente o rio dos Cochos tinha muita água formando muitos brejos propícios para o cultivo. A fartura de água estava diretamente relacionada à ocorrência de outros recursos como pastagens e frutos do cerrado. O agricultor conta que as passagens de travessia do rio eram poucas e mesmo assim se fazia com água na cintura.

*Antigamente o rio era forte, forte porque tinha muita fartura de água, muita fartura de pasto... tinha muito brejo que podia trabalhar, tinha muita fartura de fruta. [...] Os Cochos tinha água, que a passagem era pouca porque os brejos não deixavam. Não tinha jeito de passar mesmo. Quando tinha jeito, passava com água na cintura.*  
( Seu Geraldo, Pesquisa de Campo, setembro de 2009)

A percepção de Seu Geraldo é compartilhada pelos moradores mais antigos que viveram próximos ao rio. São freqüentes os relatos de agricultores que pescaram ou nadaram no rio e que tiveram dificuldades para atravessá-lo com o carro de boi. Diante da realidade atualmente vivida nas comunidades que se distribuem ao longo do rio dos Cochos, das mudanças que aconteceram no seu leito e das dificuldades de permanência que foram impostas ao povo do lugar, essas memórias são vistas pelos mais jovens ou por alguém de outro lugar que visita a comunidade, quase que como uma lenda. A fala dos antigos é sempre carregada de uma nostalgia que relembra tempos antigos em que havia água, terra e fartura.

Assim como a fartura de água, num tempo remoto, é consenso entre os habitantes históricos do rio, também são constantes os relatos que atribuem as causas da catástrofe à ocupação dos Gerais da sub-bacia do rio dos cochos, na década de 1970, por empresas reflorestadoras de eucalipto.

A ocupação das terras “do Gerais” pelas empresas de reflorestamento teve impactos catastróficos e imediatos. Os agricultores chegam a afirmar que muitas nascentes, córregos e o afluente rio Tatá, desapareceram de um dia para o outro no meio do carreamento de terras que uma chuva intensa provocou, após uma gradagem realizada pela empresa nas terras “do Gerais”. Muitos perderam lavouras inteiras soterradas pelo barro. O agricultor Toninho, membro da Assusbac, narrando sua história com o rio, conta como foi a ocupação das terras pelas empresas de reflorestamento:

*A minha história com o Rio dos Cochos começa desde criança. Porém com uma outra história... a gente trabalhava... eu nasci aqui, fui criado aqui, estudei aqui até a oitava série na escola de Sambaíba com o rio dos Cochos com muita água. Mas aí veio as reflorestadoras naquela época que o governo incentivava as grandes empresas a reflorestar, veio um desmatamento muito forte e aí veio um processo de assoreamento muito intenso. O plantio de eucalipto aconteceu aqui nas Cabeceiras dos Cochos e aqui mesmo na Sambaíba que tinha algumas nascentes, o rio Pedra e o rio Tatá que foi todo assoreado com o desmatamento das reflorestadoras pra plantio de eucalipto... eram afluentes do rio dos Cochos que alimentavam o rio e entorno de 1980/81, começou aí o desmatamento a gradagem e com isso o assoreamento. As empresas, alguns anos depois elas foram embora. Abandonaram aí e foram embora. (Toninho, Pesquisa de Campo, setembro de 2009)*

Uma das empresas era italiana e tinha no nome “Pittione”, sobrenome da família do proprietário. Estes trabalharam na região durante aproximadamente 12 anos, até meados de 1990. Posteriormente a siderúrgica Interlagos utilizou as terras para a fabricação de carvão a partir da extração da mata nativa. Conta Toninho que, onde o eucalipto havia sido plantado o cerrado estava se regenerando, mas virou tudo carvão novamente.

As conseqüências do impacto gerado pela exploração insustentável dos Gerais causaram forte impacto na oferta de recursos hídricos na sub-bacia do rio dos Cochos. Atualmente o rio dos Cochos é um rio intermitente, ou seja, um rio que se encontra seccionado quanto à disponibilidade de água superficial, secando em vários trechos nos períodos de seca. Na comunidade de Cabeceira, conta seu Geraldo que, as águas ainda resistiram durante um tempo, mas atualmente dá sinais de esgotamento sendo que a saída tem sido a construção de cisternas. Na comunidade de sumidouro, diz o agricultor que, quando as águas começaram a faltar, as pessoas construíam cisternas para se abastecerem, um tempo depois a mata de galeria que acompanhava o rio foi secando até secar todo o trecho do rio.





**Foto 4: Rio dos Cochos na comunidade de Roda D'água**

Fonte: Pesquisa de campo abril de 2009

Segundo Toninho, existem quatro nascentes que fazem o rio correr até Mamedes onde ele se torna seco. Saindo de Mamedes existem mais algumas nascentes que dão fluxo para abastecer a comunidade de Roda D'água até São Bento onde o rio torna a secar. O rio percorre toda a comunidade de São Bento seco e renasce na comunidade de Baruzeiro fluindo até Bom Jantar onde contribui para encher uma represa que abastece a comunidade. Algumas pessoas consideram que o rio dos Cochos não chega à represa, no entanto Toninho afirma que isso só acontece nos últimos quatro meses de seca.

Embora ainda existam pontos onde o rio dos Cochos se encontra vivo, uma triste e profética verdade nos salta aos olhos: desde que as nascentes que alimentavam suas águas foram soterradas pelo assoreamento, este passou a jogar suas águas no rio São Francisco apenas nos anos de alta incidência de chuvas. Nos anos de seca o rio dos Cochos não consegue formar sua foz nas margens do Velho Chico servindo assim como uma prova de que também o São Francisco está adoecendo. Nada de surpreendente quando sabemos que um rio começa a morrer pelos seus afluentes.

Quando busquei traçar um panorama “do Gerais”, no capítulo I, incluindo o manejo de suas fitofisionomias assim como o processo de expropriação que se deu posteriormente, esbocei uma breve análise do território denominado Gerais, tentando dar a noção da indissociabilidade dos sistemas de ações e sistemas de objetos assim

como da totalidade multidimensional que “o Gerais” representa para seus habitantes históricos. Pretendo no próximo tópico, retomar essa reflexão com o propósito de subsidiar o debate sobre reafirmação de identidades que será abordado no tópico que fecha este capítulo.

## **2.2 Rio dos Cochos: um território entre “o Gerais” e o São Francisco**

A constituição de um território está condicionada tanto às influências dos elementos naturais como das relações sociais que se estabelecem sobre o espaço biofísico. No bojo dessa interação entre *sistemas de objetos* e *sistemas de ações*, as relações sociais produzem espaços assim como os espaços produzem relações sociais formando um sistema recorrente.

Os sistemas de objetos representam o conjunto e interação das dádivas da natureza (objetos naturais) que quando humanizadas, a partir de um conjunto de intencionalidades sociais, passam a ser reconhecidos e interrelacionados, na paisagem e no espaço, respondendo ao processo de produção de mercadorias e de produção simbólica (objetos sociais). Nesse contexto, um objeto representa toda herança natural associada ao resultado da ação humana que o objetivou. A criação e a reprodução de objetos estão subordinadas às condições sociais e técnicas presentes em um momento histórico (SANTOS, 1996; FERNANDES, 2008).

Os sistemas de ações resultam das necessidades naturais ou criadas, sejam elas materiais, imateriais, econômicas, sociais, culturais, afetivas ou religiosas. As ações buscam alterar uma realidade, configurando-se assim como um processo dotado de propósito e intenções, entretanto, os meios de ação são realizados através de formas sociais que conduzem à criação, à reprodução e ao uso de objetos não necessariamente materializados (SANTOS, 1996). Embora realizadas através de formas sociais e sujeitas aos fatos sociais cristalizados pelo momento histórico, as ações são carregadas de diferentes intencionalidades, que geram constantes conflitos, indissociáveis aos sistemas de objetos e sistemas de ações, em uma lógica contraditória e solidária.

A abordagem que busca compreender o território como a interação indissolúvel entre sistemas de objetos e sistemas de ações reunidos numa lógica que, ao mesmo tempo é, a lógica passada e a lógica da atualidade, contraditória e solidária, contribui para analisarmos a reafirmação de identidades do povo geralista.

Se refletirmos sobre os objetos naturais ou fatores ecológicos que contribuem para a formação dos territórios geralistas, incluiremos invariavelmente o São Francisco

e “o Gerais” como objetos de expressiva importância. Os objetos sociais produzidos a partir da ocupação humana ou humanização da natureza, na região sob influência “do Gerais” e do São Francisco, estabeleceram relações sociais que perpetuam ainda hoje, logicamente adaptadas às condições sociais e técnicas da atualidade.

A ocupação das terras indígenas do vale do São Francisco, pelas bandeiras paulistas e baianas, se deu a partir dos sistemas de ações fundamentados na necessidade de obter ouro e esmeraldas, de descobrir a “Serra Resplandecente” ou a “Lagoa Encantada”. A diversidade de intencionalidades presentes no emaranhado de povos dispersos pelo sertão favoreceu tanto o estabelecimento de alianças nunca vistas, entre índios, bandeirantes, negros e mestiços, em várias combinações, como também contribuiu para que essas mesmas alianças alimentassem sangrentos conflitos entre si, marcados pela disputa do ouro, da terra e das águas.

Os registros históricos que dispomos na atualidade foram na maioria das vezes realizados sob a intencionalidade das formas sociais que dominavam a técnica da escrita e adotam conceitos que exaltam os feitos dos bandeirantes considerando-os como heróis em detrimento dos indígenas, dos negros e mestiços ou de seus aliados que são referidos geralmente como selvagens, criminosos, ladrões ou demônios. A plasticidade histórica da transmissão oral se coloca como grande obstáculo para sugerirmos qualquer análise das intencionalidades dos povos que não deixaram registros escritos, no entanto, os estudos arqueológicos e a análise crítica dos textos históricos não deixam dúvida de que o território que compreende o vale norte mineiro do São Francisco e “o Gerais”, sempre foi um viveiro de povos com grande diversidade de intencionalidades. Estas quando confrontadas geravam alianças e ao mesmo tempo sangrentos conflitos, formando territórios a partir de uma lógica contraditória e solidária.

A intencionalidade, como afirma Fernandes (2008), “é compreendida como propriedade do pensamento e da ideologia em que o sujeito delibera, planeja, projeta, dirige e propõe a significação e, por conseguinte, a interpretação se realiza através das relações sociais no processo de produção do território e na compreensão desse processo (p.277).” O poder de significar as ações e os objetos expressa as intenções que se pretende com a significação. As intencionalidades são usadas pelas diferentes organizações sociais para produzir significações e explicações da realidade formando territórios materiais e imateriais em acordo com interesses específicos.

O que acontece atualmente com os territórios do rio dos Cochos, e “no Gerais” de forma mais ampla, possui semelhanças com os acontecimentos históricos que



caracterizaram a ocupação dos territórios indígenas, no entanto, a maior bagagem de informações que possuímos permite uma análise mais aprofundada a ponto de evidenciar as especificidades que caracterizam o momento histórico e político atual. Sabe-se, por exemplo, que “o Gerais” não é um território contínuo, sendo por vezes interrompido por depressões e vales dos grandes rios onde predominam os latifúndios e o agronegócio.

A abordagem que entende o território como a interação indissolúvel entre sistemas de objetos e sistemas de ações, reunidos numa lógica que, ao mesmo tempo é a lógica passada e a lógica da atualidade, contraditória e solidária, permite percebermos a multidimensionalidade, a multiescalaridade, a descontinuidade e a diversidade dos territórios existentes dentro de um mesmo território. Nos entanto as diferentes intencionalidades tendem a explorar apenas algumas das dimensões na elaboração do conceito de território, moldando assim um instrumento conceitual para atender interesses específicos nas relações de poder.

O caso da ocupação das terras na região do rio dos Cochos, na década de 1970, serve como um bom exemplo para analisarmos os conflitos emergentes do confronto de diferentes intencionalidades e territórios. Embora a região fosse ocupada por um forte agregado social com manejos e técnicas adaptados às condições ecológicas da região o que permitia sólidas relações econômicas com o porto de Januária, essas dimensões não foram consideradas dentro do conceito de território elaborado para justificar as políticas agrícolas posteriormente implementadas na região. A abordagem territorial nas políticas de desenvolvimento agrário geralmente entende o território como unidade e espaço de governança. Sendo assim, “o Gerais” foi considerado como unidade territorial, inabitada, dentro do bioma cerrado, que fazia parte de uma política nacional determinada e financiada por agências multilaterais. Essa política tinha como objetivos alterar as condições de baixa fertilidade dos solos do cerrado, subordinando-as aos interesses imediatamente produtivos do capital em detrimento das relações familiares e comunitárias.

As políticas agrícolas que marcaram o que se chamou de Revolução Verde chegaram à sub-bacia dos Cochos, ornamentadas por estratégias que iam desde as promessas de desenvolvimento e geração de empregos até a expropriação de terras por meio dos mais diversos mecanismos de espoliação. È evidente que as comunidades rurais localizadas na região, por terem menor poder político, tiveram pouco ou quase nenhum poder de decisão no desenvolvimento dessas políticas, fato comum nos

processos de expansão neoliberal onde a socialização das tomadas de decisões pode comprometer a expansão do agronegócio.

A abordagem simplista do conceito de território adotada pelas políticas agrárias na região teve impacto inevitável em outras dimensões do território. Por ser o território uma totalidade, é impossível abordar alguns aspectos sem interagir com outros. A implementação das políticas agrárias em questão impactou negativamente as comunidades locais. A eliminação da ocupação de pessoal, a concentração da terra e da renda na região e o forte impacto negativo no uso e na oferta de recursos hídricos compreendem alguns dos fatores centrais questionados pelas organizações locais com relação à política agrária que perpetua na região. Como observa Fernandes (2008), “[...] nesse contexto que o conceito de território é usado como instrumento de controle social para subordinar comunidades rurais aos modelos de desenvolvimento apresentados pelas transnacionais do agronegócio (p.279)”. Sendo assim, as ações se tornaram cada vez mais estranhas aos fins próprios dos habitantes históricos do rio dos Cochos, transformando-se em produtos de necessidades alheias, numa alienação local ou regional. Giddens (1991) dá nome a esse fenômeno observado nas relações de poder da modernidade de “lugar fantasmagórico” onde governos, empresas multinacionais, grandes agências de comunicação, chefes religiosos ou organizações internacionais geram e decidem políticas das quais apenas as respostas são provenientes do local (SANTOS, 1996).

O drama dos povos que habitam a sub-bacia do rio dos Cochos tem se agravado ainda mais devido à aplicação de políticas ambientais que estabelecem restrições e punições quanto ao uso das áreas de várzea, veredas, vazantes, banhados e nascentes. A Resolução CONAMA N° 302 de 20/03/2002 estabelece que estas áreas úmidas são Áreas de Preservação Permanente – APPs e tem a “função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem estar das populações humanas”, no entanto, as dubiedades e indeterminações da legislação acabam por servir como mais um instrumento de manutenção das hierarquias nas relações de poder, favorecendo o desenvolvimento territorial dentro dos interesses do agronegócio. Encurralados de um lado pela expansão do agronegócio e de outro pelas sanções da legislação ambiental, os agricultores dessas comunidades são vistos pelos órgãos ambientais como os principais responsáveis pela degradação ambiental observada na sub-bacia, afirmação que, se considerarmos o contexto histórico da região, se torna extremamente contraditória.

Com a intensificação dos estudos sobre a exploração de recursos naturais - principalmente a partir dos anos 1990 - alguns autores associaram a pobreza à exploração irracional desses recursos, uma vez que os pobres por representarem maior parcela da população tenderiam a pressionar demasiadamente os seus usos. No entanto, existe a ponderação por parte de outros estudiosos de que nem sempre a população pobre, principalmente a rural, é responsável pelo consumo elevado e excessivo dos recursos, e isso por dois motivos: a) populações adaptam-se ao meio em que vivem; b) populações conservam o meio que usam.

A adaptação de populações rurais se dá a partir do ajustamento de regimes agrários aos ambientes, possibilitando o enfrentamento de fenômenos adversos e ao mesmo tempo garantindo a sobrevivência dessas populações, caracterizando assim uma complexa interação entre oportunidades do meio, relações sociais e, sobretudo, saberes, que, ao mesmo tempo, são produzidos pela rede de relações estabelecidas entre população e natureza. Para Sérgio Buarque de Hollanda (1957) a técnica agrícola destas populações é uma cultura que resulta de acordos entre homens e natureza, exercendo assim forte influência sobre os regimes de apropriação dos recursos e as possibilidades econômicas da extração, e se relaciona com as características particulares do meio que está sendo explorado. No mesmo sentido Moran (1994) observou que as sociedades são relativamente plásticas e a influência do meio sobre elas não pode ser desprezada, embora não seja absolutamente um determinante, o ambiente confere singularidade às sociedades e sistemas produtivos. Assim, homens, natureza e técnicas formam, em muitas situações, um conjunto de relações muito próximas.

A conservação do meio, por determinadas populações rurais, se dá pelo fato de algumas comunidades aprenderem a lidar com as limitações da natureza ao mesmo tempo em que interiorizam a dependência e a importância dos recursos naturais para a reprodução social. Sendo assim, nem sempre lavradores e coletores pobres que vivem em meios com grande biodiversidade tenderão a destruí-los. Diegues (2001), Gomez-Pompa e Kaus (2000), entre outros, reparam que não ocorre necessariamente um consumo destrutivo dos recursos dominados por, ou postos à disposição de populações rurais pobres. Como dependem do meio, adaptam-se a ele; como não são sociedades de consumo afluente, limitam seu dispêndio à produção ou extração de um leque amplo de recursos e a uma quantidade reduzida deles.

Estes grupos têm sido denominados freqüentemente como "populações tradicionais", definindo assim comunidades assentadas em territórios delimitados ou

delimitáveis, que exploram recursos comuns, sempre politicamente subordinados, com forte identidade cultural. Conhecimentos sobre produção de alimentos e bens são constantemente elaborados por estas populações, no entanto, esta forma de conhecimento quase sempre é considerada por cientistas e técnicos como superstições, sistemas de produção ineficientes ou ultrapassados; no entanto persistem enquanto subsistem os regimes específicos de apropriação de recursos e terras (GALIZONI, 2000; RIBEIRO, 2001).

Embora seja o conhecimento científico uma estrutura cognitiva capaz de ordenar o mundo de uma forma relativamente eficaz e confiável, não podemos desconsiderar a existência de outras estruturas cognitivas passíveis de ordenar caminhos alternativos, que viabilizem a previsão da ocorrência de fenômenos. Maturana (2001) se refere ao que estamos chamando de estruturas cognitivas, como domínios cognitivos. Para o autor, um domínio cognitivo é definido por critérios de aceitabilidade aceitos por um observador ou uma comunidade de observadores, e que determinam a validade das explicações que emergem dentro deste domínio. Sendo assim, o conhecimento científico é um domínio cognitivo que tem como critério de aceitabilidade o método científico, e o conhecimento tradicional é um domínio cognitivo que diverge, em parte, do conhecimento científico, no que se refere aos critérios de aceitabilidade. Cada domínio cognitivo elege ou restringe conceitos para formar seus critérios de aceitabilidade e essa eleição/restrrição é totalmente intencional, de modo que é impossível identificar elementos intrínsecos aos domínios capazes de provar que as explicações ou os critérios de aceitabilidade de um são melhores que as de outro. A intencionalidade, sendo a interface entre o sujeito e o objeto, explica a pluralidade e a diversidade epistemológica no mundo, as quais permitem que existam explicações não científicas da realidade. A noção de intencionalidade permite novas abordagens na teoria do conhecimento capazes de conceber os domínios cognitivos, como pontos de vistas ou juízos de valor dotados de forte viés político.

A especificidade dos problemas que o meio natural e social impõe ao camponês é o que determina o tipo de necessidades cognitivas de que ele precisa, para construir um conhecimento, sobre uma base de uma informação hierarquizada e seletiva, obtida, predominantemente pelo aprendizado perceptivo sensorial (ALLUT, 2001). A medida de êxito do conhecimento tradicional se dá a partir da sua capacidade de transitar por contextos difíceis e indecisos ao longo do tempo; e sua persistência ao longo das gerações representa a medida de confiança nele depositado (ALLUT, 2001).

No caso específico das regiões de clima semiárido, as principais limitações impostas pelo meio natural estão relacionadas com a irregularidade das chuvas, ou seja, a má distribuição das chuvas durante o ano, acarretando em um curto período com alta pluviosidade e um longo período de estiagem. Tais fatores ecológicos se apresentam como problema, uma vez que representam obstáculos dificultando o trabalho da família camponesa, em seu objetivo de atingir um aproveitamento dos recursos disponíveis, dentro da necessidade exigida para a sua produção social. Estas adversidades do meio criam necessidades que resultam em um sistema de ações elegidas sob o rigor das intencionalidades sociais locais, gerando um complexo sistema de produção material e simbólica reunido em um conhecimento tradicional localizado.

O conhecimento tradicional se apresenta, nesse contexto, como elemento importante para conviver com tais problemas, e é a partir das ações que o camponês busca experimentar, atualizar e desenvolver novos conhecimentos para “domesticar” o meio em que atua.

Galizoni (2005), pesquisando os processos de gestão da água por populações rurais do médio São Francisco e Vale do Jequitinhonha, relata a existência de um complexo sistema de classificação de águas além de formas específicas de famílias e comunidades usarem a terra e recursos naturais nas regiões, em que os camponeses subdividem seu espaço em terras de cultura – destinadas às lavouras e de domínio familiar – e outras terras que não são usadas para lavoura e que mantêm os recursos “*dados pela natureza*”, “*os plantios de Deus*”, geralmente de uso comum. Esse ordenamento comunitário, a partir de uma lógica territorial específica, normalmente está acompanhado de normas e valores morais que regimentam uso, manejo, regulação, distribuição dos recursos e espaços a serem usados e a forma com que eles são apropriados.

Em um regime agrário em que uma parcela dos recursos naturais é entendida como patrimônios comuns, a articulação entre natural e cultural é mediada por estruturas cognitivas que determinam a tecedura da elaboração cultural sobre uma base natural, se configurando num saber tradicional específico e localizado, numa percepção ambiental e cultural capaz de regular recursos comuns. Para Gomez-Pompa & Kaus (2000), os recursos de uso comum exigem processos de manejo adaptado e que demonstram eficiência na convivência com irregularidades e imprevisibilidades socioambientais; e com a sazonalidade de ocorrência de alguns objetos naturais e sociais. Para esses autores, a privatização pode ter conseqüências desastrosas tanto para

os camponeses como para o ambiente, uma vez que, durante esse processo ocorre o parcelamento do acesso aos recursos e também da responsabilidade da conservação.

As grandes transformações nos processos produtivos da agricultura, a partir da década de 1970, com a chamada “revolução verde” basearam-se na privatização de terras, na homogeneização do espaço e na desestruturação de formas tradicionais de acesso à terra e seu manejo e como conseqüências trouxeram uma série de impactos socioambientais. Os projetos de desenvolvimento consideravam as terras comuns como terras sem gente, sem atividades e sem produção. Assim pode-se dizer que o processo de “modernização” do campo brasileiro foi bastante traumático para essas populações rurais.

Embora os territórios de uso comum tenham reduzido em número e extensão ao longo das últimas décadas, alguns espaços enfrentam atualmente o mesmo processo. Como é o caso de cursos d’água, nascentes e veredas que têm sofrido pressões de grupos privados no sentido de estabelecer a mercantilização da água e a privatização dos serviços de captação, tratamento e distribuição (GALIZONI, 2005).

Com o crescimento das preocupações com as questões que dizem respeito às relações entre os seres humanos e o meio ambiente, um grande embate tem surgido sobre qual o significado deve ser dado à água. Seria ela um bem comum ou um bem econômico? Caso seja um bem comum, como devem ser decididos os critérios e normas de gestão desse recurso essencial à vida?

Dentre os aspectos que podem contribuir para o tratamento de questões socioambientais, podemos dizer que um componente importante nesse processo tem se mantido fora das políticas ambientais. Esse componente representa justamente as percepções dos povos do campo quanto ao conceito de conservação. Na maioria das vezes os programas de educação ambiental refletem percepções urbanas e elitistas do meio ambiente, baseadas no pensamento racional do Ocidente e em análises científicas. Segundo Gomez-Pompa & Kaus (2000), tal abordagem é incompleta e insuficiente para lidarmos com a complexidade das questões socioambientais, uma vez que:

*[...] negligencia as percepções e experiências das populações rurais, pessoas que tem as mais próximas ligações com a terra e encaram o ambiente natural à sua volta como professor e provedor. Negligencia os que são afetados mais diretamente pelas atuais decisões políticas*

*tomadas em cenários urbanos e referentes ao uso dos recursos naturais. (GOMEZ-POMPA & KAUS 2000:126)*

Como se não bastasse, as pressões sobre as comunidades rurais da sub-bacia do rio dos Cochos não se limitam às abordagens unificadoras das políticas agrícolas e ambientais, outra dimensão do território que tem sido questionada pelas organizações locais é a educação formal. Sendo as escolas as instituições responsáveis pela gestão do conhecimento nas comunidades, estas são consideradas como representantes de uma dimensão importante do desenvolvimento territorial. No entanto, as escolas rurais não têm atendido satisfatoriamente às expectativas das comunidades, no que se refere à articulação dos conhecimentos que permeiam os processos de formação na sub-bacia. O distanciamento entre os jovens das comunidades e os problemas socioambientais levantados pelas organizações locais sugeriram a necessidade de uma intervenção na educação formal local a fim de evitar que esta importante dimensão do território continue sendo utilizada como mais um mecanismo de dominação social e manutenção das relações de poder.

A emergência da Associação dos Usuários da Sub-bacia do Rio dos Cochos - ASSUSBAC, como organização civil dedicada à defesa das causas das famílias que povoam as margens do rio, representa a mais expressiva entidade que discute alternativas para lidar com os mecanismos de dominação social instalados na região e responsáveis pelo desenraizamento dos habitantes históricos do lugar. Diante deste contexto, a organização vem definindo uma série de ações e intervenções com o objetivo de reafirmar a identidade dos povos da região por meio da valorização do saber local e cobrança por políticas públicas voltadas para o contexto local.

O reconhecimento das experiências locais assim como das percepções dos povos do campo sobre o ambiente sugere uma postura de cooperação entre pesquisadores, comunidades rurais e demais agentes externos à organização social em questão, visando proporcionar um entendimento mais amplo, por parte da população rural, da situação ambiental enfrentada, e permitir que os próprios sujeitos do campo tomem as decisões sobre, suas águas, suas terras e suas vidas.

### **2.3 Rio dos cochos: reafirmação identitária, organização civil e o papel da educação**

A partir do ano 2000, a exploração das chapadas e vazantes do Rio dos Cochos começou a ser minorada por conta de uma crise: a falência da firma que explorava as chapadas que envolvem a direita da sub-bacia do rio. Aos poucos, os campos gerais foram invadidos pelo retorno da vegetação de chapada e voltaram a ser ocupados pela solta de gado e animais, e depois novamente pela coleta de lenha e de frutos do cerrado. As novas condições que emergiram com a regeneração do cerrado, serviram também como estímulo para as comunidades tradicionais de camponeses resignificarem os manejos comunitários, ancestrais e sustentáveis, transformando-os em elementos fundamentais na luta pela re-elaboração identitária centrada na proposta de recuperação do rio dos cochos.

Na tentativa de recuperar o conhecimento tradicional e estimular um processo de construção de conhecimento localizado, valorizando as práticas e experiências dos camponeses(as) e apontando para uma convivência sustentável com o semi-árido, agricultores da região, apoiados pela Cáritas Diocesana de Januária – organização com um histórico de atuação na região – se organizaram formando a Associação dos Usuários da Sub-bacia do Rio dos Cochos, a ASSUSBAC. Esta organização é formada por lideranças das comunidades da sub-bacia, que atuam como monitores para a execução de propostas definidas em assembléias, além de serem os interlocutores das comunidades na cobrança por políticas públicas.

A metodologia de trabalho utilizada pela Cáritas é baseada na incorporação de agricultores multiplicadores, que sintetizam as diferentes realidades e heterogeneidade das comunidades no Grupo de Articuladores(as). Este Grupo é formado por lideranças das comunidades da sub-bacia do rio dos Cochos, que desempenham um papel de conselho gestor do Programa de Desenvolvimento Sustentável da Sub-bacia e atuam, também, como monitores para a execução das propostas definidas em assembléias, além de serem os interlocutores das comunidades na cobrança por políticas públicas (CÁRITAS, 2005). Os monitores são também chamados de *especialistas* da comunidade, conceito usado por Brandão (1986), que o descreve assim: “O *especialista* exerce na comunidade um trabalho profissional e uma relação de docência, reconhecida como fazendo parte de um domínio comum de trabalho.” (BRANDÃO, 1986:21-22).



O programa desenvolve ações voltadas para o desenvolvimento de técnicas e práticas inovadoras e sustentáveis que se aliam às práticas tradicionais, buscando melhoria na qualidade da oferta de água, na conservação ambiental, na formação e mobilização social. São feitas atividades educativas nas escolas, reflexões sobre manejo de água, criação e cultivo apropriado para o semiárido, aproveitamento de frutos do cerrado, cursos, seminários e encontros.

As experiências locais de convívio sustentável<sup>5</sup> com o semi-árido, que vem sendo desenvolvidas pelos camponeses da sub-bacia, representam estratégias construídas sob forte identidade cultural, sujeitas às normas dos valores culturais locais e que se expressam dentro do estilo de uma formação social específica, compondo assim um rico material pedagógico capaz de inter-relacionar as diversas esferas do conhecimento.

Estudos realizados pelo Núcleo de Pesquisa e Apoio à Agricultura Familiar – PPJ da Universidade Federal de Lavras-MG – UFLA indicaram, a partir do relato dos próprios camponeses da região, a presença de um distanciamento entre os jovens das comunidades e as questões discutidas pela Associação. Como encaminhamento, foi sugerido que uma das formas de tentar despertar o interesse dos jovens, para o debate sobre os problemas enfrentados nas comunidades, envolvia necessariamente a educação formal na sub-bacia, ou seja, as escolas das Comunidades de Sambaíba, Sumidouro e São Bento que representam os pólos da Educação Básica das comunidades em questão.

A percepção dos moradores da sub-bacia do rio dos cochos representa uma questão polêmica que vem sendo discutida há décadas e que se refere à educação dos povos do campo. Pesquisadores reconhecem que a escola rural existente, mesmo limitada e precária, possui a função social fundamental de divulgar o chamado “saber universal” em detrimento de outros saberes. No entanto a educação camponesa se expressa não apenas no espaço escolar; é preciso considerar o conjunto de saberes historicamente produzidos, o saber gerado na prática produtiva e política que, cria variadas visões de mundo, além de um rico tecido educativo permanentemente elaborado (TERRIEN & DAMACENO, 1993).

---

<sup>5</sup> Chamo de “experiências locais de convívio sustentável” as técnicas de manejo de recursos adaptadas ao contexto local, que são difundidas pelo projeto de revitalização do rio, tais como: cercamentos de nascentes e matas ciliares, construção de barraginhas de contenção de enxurradas, estímulo ao extrativismo e beneficiamento de frutos do cerrado, apoio aos artesãos locais, cursos de capacitação dos agricultores, racionalização do uso e gestão compartilhada dos recursos hídricos e valorização do conhecimento local.

No Brasil, não houve políticas públicas de educação efetivas<sup>6</sup> que viessem atender as reais necessidades dos camponeses (LEITE, 1999) isso se deve em parte pelo descaso dos dirigentes quando à educação no campo, mas também por uma herança cultural que vincula o campo muito mais a um regime agrário apoiado no latifúndio e no trabalho escravo, que à agricultura camponesa.

Embora a LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, nº 9.394, promulgada em 20 de dezembro de 1996, conceba, em seu Artigo 1º, a educação como *“aquela que abrange os processos formativos que se desenvolvem na família, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”*, na grande maioria das vezes a escola rural tem-se portado como uma barreira ao desenvolvimento de uma prática pedagógica que busque maior articulação entre esses diversos espaços formativos que permeiam o cotidiano das comunidades rurais.

Segundo Macedo (1998), nos Parâmetros Curriculares Nacionais a seleção de conteúdos das disciplinas e seu tratamento pedagógico são realizados tendo em conta as discussões especificamente desenvolvidas em cada área de ensino tratando-se assim de disciplinas isoladas com especificidades próprias que não são articuladas no documento, a não ser naquilo em que naturalmente se articulam, como é o caso do estudo das Ciências Naturais que utilizam elementos de Língua Portuguesa e Matemática.

O que elege o conteúdo das disciplinas não é a demanda social por aquele conhecimento e sim uma lógica interna e intencional de cada campo de saber. A realidade social fica a mercê de uma possível adaptação à prática pedagógica por meio de uma estratégia curricular chamada Temas Transversais. Estes, não representam disciplinas isoladas, mas sim temas relevantes que devem perpassar os conteúdos de todas as disciplinas em função de sua importância social. Os temas transversais em questão são: ética, pluralidade cultural, meio ambiente, saúde, consumo e orientação sexual. No entanto, sem um treinamento específico para os professores, muitas escolas nem sequer chegaram a tentar introduzi-los em sua prática pedagógica e a falta de definição se eles constituem “parâmetros” ou diretrizes para a educação ainda causa muitas controvérsias na realidade das salas de aula.

Nesse contexto, a escola rural, ao invés de dar continuidade a um processo formativo que se inicia antes mesmo do nascimento do indivíduo e que passa pelo

---

<sup>6</sup>Para melhores esclarecimentos consultar as *Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo* Resolução CNE/CEB Nº 1 – 03 de abril de 2002.

convívio familiar, social, com o meio natural, com o trabalho, com a cultura e com os movimentos sociais, acaba reservando seu espaço para a transmissão de um conhecimento descontextualizado, que vem de um outro lugar – normalmente o meio urbano – e que se expressa nos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN's. É como afirma Reis (2004):

Ao pensarmos a fundamentação da LDB no seu Artigo 1º, no cotidiano das escolas do nosso país, o que se constata é a hipocrisia na prática concreta das mesmas, já que se deixa para o professor poucas possibilidades de extrapolar os conteúdos, as metodologias, etc., uma vez que os Parâmetros Curriculares Nacionais já traçam objetivos, conteúdos e sugerem metodologias, como se a realidade fosse uniforme, invariável. ( REIS, 2004, p. 61-62)

Embora o Conselho Nacional de Educação (CNE) venha classificando os PCNs como uma referência curricular dentre outras referências – organizado em disciplinas fundamentais, contendo a base do saber universal e socialmente construído para a construção da cidadania – que poderia ou não ser utilizado pelo sistema educacional, o que acontece no contexto das comunidades escolares é a interpretação deste documento como de uso obrigatório e inúmeras dúvidas sobre sua utilização têm sido levantadas.

A adoção dos PCNs como referência única na elaboração do currículo tende a dificultar a criação de metodologias que absorvam os temas transversais, com toda a riqueza de sua proposta, uma vez que, a lógica para a eleição do conteúdo de cada área não tem como referência a relação desta área com os temas transversais e sim uma lógica interna de cada área em questão. Diante desta incoerência, o professor fica sendo o principal responsável pelo árduo trabalho de descobrir metodologias que permitam a prática da transversalidade dentro da sala de aula. No entanto, diante da desvalorização do profissional de educação no Brasil, das baixas remunerações, dos densos conteúdos programáticos e do alto índice de rotatividade dos professores nas escolas do campo, não é de se estranhar que muitos desistam e retomem as práticas de ensino convencionais, antigas e descontextualizadas, para as quais foram doutrinados durante anos, sob os princípios do paradigma da ordem, a aplicarem em seu trabalho.

A crise do paradigma da ciência moderna, que atinge hoje as diferentes áreas do conhecimento, perpassa também o discurso e as práticas pedagógicas que constroem e

constituem o cotidiano educacional. Como afirma Prigogine (1996), “*A ciência clássica privilegia a ordem, a estabilidade, ao passo que em todos os níveis de observação reconhecemos agora o papel primordial das flutuações e da instabilidade*” (p. 12). Esse modelo de racionalidade que fundamenta a ciência moderna constituiu-se no século XVI, com o domínio das ciências naturais e ao ser estendido às ciências sociais emergentes, transformou-se num modelo global e único, negando o caráter racional a todas as formas de conhecimento que não fossem pautadas por seus princípios epistemológicos.

A criação do currículo organizado em disciplinas, que valoriza mais as especificidades de suas áreas de origem que a articulação entre os seus conteúdos, é um exemplo claro da influência do paradigma da ciência clássica nos processos educativos. Os princípios epistemológicos que norteiam a ciência clássica privilegiam a ordem, a determinação de conteúdos e currículos, a estabilidade dos métodos de aprendizagem, e percebem o real de forma invariável e uniforme. Se considerarmos que tais princípios também orientam os cursos de formação de professores, torna-se fácil perceber que diante da menor dificuldade em lidar com metodologias que exigem um tratamento mais relacional dos conhecimentos e de suas respectivas áreas, estes abandonam a proposta de articular os saberes e retomam seus antigos e ultrapassados manuais didáticos. É o que acontece no caso dos temas transversais.

Não há dúvidas de que a proposta contida nessa estratégia curricular seja interessante, no entanto, vários fatores dificultam que os seus objetivos sejam alcançados. Além dos obstáculos já citados e que envolvem capacitação dos professores, relação dos temas transversais com os conteúdos das disciplinas, indefinição da obrigatoriedade ou não da adoção dos PCNs, há outro fator que eu gostaria de fazer um comentário especial. Trata-se do que propõe o trecho citado a seguir e presente no volume que contempla os temas transversais:

A educação para a cidadania requer que questões sociais sejam apresentadas para a aprendizagem e a reflexão dos alunos, buscando um tratamento didático que contemple sua complexidade e sua dinâmica, dando-lhes a mesma importância das áreas convencionais. Com isso o currículo ganha em flexibilidade e abertura, uma vez que os temas podem ser priorizados e contextualizados de acordo com as

diferentes realidades locais e regionais e que novos temas sempre podem ser incluídos. (BRASIL, 1997, p.25)

Embora o conteúdo do parágrafo pareça soar como música aos ouvidos dos que defendem uma educação para a cidadania, quando buscamos a materialização das propostas contidas em seu texto, os acordes se silenciam. Isso porque a interpretação dos PCNs, como conteúdos obrigatórios nos currículos, aliada à falta de capacitação dos professores para lidar com a transversalidade, elimina tanto a possibilidade de os temas transversais serem tratados com a mesma importância que a áreas convencionais quanto impede flexibilidade e a abertura do currículo, deixando a contextualização a partir das realidades locais e regionais de fora do processo educativo.

Quando nos referimos à escola rural, as propostas citadas parecem perder ainda mais sua melodia. Isso porque sendo o meio rural um espaço marcado por um processo de modernização, intensificador da desigualdade social, da destruição da agricultura familiar, da devastação e degradação dos empregos rurais, da miséria da população rural e da deterioração do meio ambiente (VENDRAMINI, 2004), os temas transversais deveriam ocupar uma importância ainda maior na prática pedagógica das escolas rurais.

A crise ambiental que tem evidenciado os reducionismos e limitações dos conceitos advindos da ciência moderna exige a todo o momento a interação entre diferentes áreas do saber para o enfrentamento dos problemas atuais. Essa problemática ambiental, na qual confluem processos naturais e sociais, não pode ser compreendida em sua complexidade nem resolvida com eficácia sem a integração de campos muito diversos do saber (LEFF, 2002).

O entendimento de formas de controle e aplicação de técnicas tradicionais, sujeitas às normas dos valores culturais e o estilo étnico de uma formação social, forçam necessariamente a articulação entre as ciências. Segundo Leff (2002), processos culturais bem como as condicionantes que delimitam e caracterizam as relações entre uma população, sua tecnologia e o uso dos seus recursos, não são possíveis de caracterização a partir da observação das práticas visíveis, nem são recuperáveis por meio de uma análise superficial de suas manifestações discursivas. Sendo assim, as atividades estabelecidas no interior dos agrupamentos humanos do campo ocorrem dentro de uma realidade que não obedece à estrutura disciplinar e por isso não podem ser analisadas como fatos isolados entre si. A extração de um recurso ambiental não

pode ser vista simplesmente como a obtenção do recurso em si, caso contrário exclui-se toda a rede relacional envolvida na execução da atividade. Nesse contexto, tanto o grão colhido na lavoura, como o pescado retirado do rio e o pequi extraído do cerrado não podem ser entendidos na sua complexidade, se não considerarmos as relações sociais que tais recursos carregam e os valores morais atribuídos historicamente a estes recursos por meio das interações entre homem-natureza-sociedade no campo.

Este caráter interdisciplinar do conhecimento tradicional tem levantado questionamentos sobre a inserção desses conhecimentos em processos educacionais, em áreas rurais, como suporte para práticas pedagógicas que visam ao resgate cultural e um maior entendimento da problemática ambiental num contexto local. Trata-se de uma resistência ao processo homogeneizador das políticas educacionais, que subestima formas de conhecimento desenvolvidas sob forte identidade cultural, a partir de relações próximas entre grupos sociais e o meio o qual dependem e exploram.

Tais questionamentos não representam a negação do reflexo da ciência moderna sobre as práticas educacionais. Ao contrário, partem do princípio que considera a educação como elemento dinâmico e que proporciona o diálogo intercultural como teoriza Tassinari (2001): espaços de fronteiras, entendidos como espaços de trânsito, articulação e troca de conhecimentos, assim como espaços de incompreensões e de redefinições; espaços que abrem novas possibilidades na busca da sustentabilidade por populações tradicionais.

Para entendermos de forma mais ampla as dificuldades em articular os diversos espaços formativos no campo, com a educação formal, torna-se necessária ainda uma reflexão sobre as formas com que a escola se apropria de determinados conhecimentos científicos para justificar a sua prática. O desafio maior na contextualização da prática pedagógica no campo talvez não seja o diálogo entre conhecimento científico e conhecimento tradicional, mas sim o diálogo desses dois com um pseudoconhecimento científico fragmentado, descontextualizado e distorcido que se tornou quase que dogma da escola. Chamo pseudoconhecimento científico os manuais, as organizações curriculares ultrapassadas e descontextualizadas que se originam de uma determinada fonte que foi legítima em algum momento.

A proposta de uma educação contextualizada – que valorize o conhecimento tradicional – vem com o objetivo de resgatar os saberes negligenciados pela racionalidade dominante e pelo discurso pseudocientífico implantado na escola, a fim de

permitir o surgimento de novas formas de apropriação do mundo e de novas possibilidades no campo do conhecimento.

No contexto dos movimentos sociais *por uma Educação do Campo*, pode-se dizer que existem duas linhas de ação que não são divergentes entre si, mas que se expressam de forma diferenciada de acordo com as suas respectivas realidades. São elas:

- Movimentos sociais de expressão nacional que buscam transformar as experiências educacionais desenvolvidas no âmbito dos movimentos sociais de luta pela terra, em políticas públicas para a educação no campo.
- Movimentos sociais de expressão local – sindicatos rurais, associações de agricultores, quilombolas, ribeirinhos, extrativistas – que buscam uma maior articulação entre os conhecimentos desenvolvidos na prática desses movimentos e os conhecimentos abordados nos espaços de educação formal, as escolas rurais.

Essas duas dimensões de ação têm marcado atualmente a retomada dos povos do campo no sentido de reafirmar as suas identidades e de reconhecer a importância da educação no processo de desenvolvimento territorial, ao mesmo tempo em que têm manifestado as suas contradições. Segundo Roseli Caldart (2008), o foco das lutas e do debate da Educação do Campo sobre políticas públicas tem se centrado na escola ou no acesso aos processos de escolarização. Embora haja razões objetivas históricas para esta focalização, tal posicionamento pode nos colocar numa condição dependente de uma visão escolacentrista, característica marcante de uma concepção moderno-liberal de educação.

Por outro lado, a tensão causada pelo eco de uma teoria pedagógica emancipatória, no discurso dos movimentos sociais, nos remete a refletir que o foco das lutas e do debate da Educação do Campo não está na escola e sim nos processos de formação dos sujeitos coletivos, que envolvem: a produção, as lutas sociais no campo e não excluem a escolarização. Sobre o assunto comenta Caldart (2008):

A Educação do Campo não precisa tirar o foco da escola para não ser escolacentrista. Se tirar, pelo menos no momento histórico atual, pode perder um dos seus sentidos de luta social originária. Basta que a escola seja tratada em perspectiva, inclusive na sua dimensão de política pública. (CALDART, 2008, p.82)

Dentro de um debate teórico, o momento histórico dos povos do campo não pretende buscar um conceito fechado de Educação do Campo e ao mesmo tempo não admite aleatoriedade ou arbitrariedade na sua conceitualização. A base concreta para discutirmos a Educação do Campo deve centrar-se no movimento histórico da realidade dos povos do campo que busca compreender a constituição histórica deste conceito. A dinâmica da realidade que o conceito de Educação do Campo pretende expressar é marcada por contradições sociais muito fortes (CALDART, 2008), o que faz deste conceito um conceito em disputa dentro de um território imaterial formado por relações sociais que confrontam pensamentos, teorias e ideologias (FERNANDES, 2008).

Uma das conquistas mais expressivas ao longo da caminhada do movimento *por uma Educação do Campo* foi a aprovação das *Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo*. No entanto como salienta Fernandes (2002) a luta para fazer a lei não garante o seu cumprimento, é preciso dar continuidade à organização dos povos do campo para que as diretrizes não fiquem apenas no papel.

Diante deste processo, a construção de propostas para a Educação do Campo deve estar focada no contexto das comunidades camponesas, que tentam resistir às investidas do agronegócio, reafirmando suas identidades a partir: da retomada dos conhecimentos tradicionais e da gestão comum dos recursos naturais; da mobilização social para a cobrança por políticas públicas; da construção permanente do conhecimento localizado; e do reconhecimento do papel importante da educação no processo de desenvolvimento do território camponês.

Esse nível de contextualização da educação no meio rural só pode ser obtido a partir da criação de espaços de interlocução entre escolas e as organizações camponesas que buscam uma gestão sustentável dos recursos socioambientais de que dispõem. A ocupação das escolas espalhadas pelo Brasil por associações de quilombolas, ribeirinhos, agricultores familiares, caiçaras, extrativistas, pequenos produtores e trabalhadores sem-terra, assim como a abertura da comunidade escolar para os conhecimentos advindos da prática produtiva e política desses movimentos sociais, é de fundamental importância para a contextualização do ensino na escola rural.

Embora no projeto Rio dos Cochos – parceria entre Cáritas e Assusbac – conste como um dos objetivos a realização de atividades educativas junto às escolas, tais atividades têm sido desenvolvidas de forma isolada, não permitindo que os temas discutidos no projeto sejam incorporados efetivamente na prática pedagógica das escolas. Esse fato manifesta o distanciamento entre a associação de agricultores e as



escolas rurais o que dificulta uma maior compreensão, por parte dos docentes, dos problemas reais vivenciados pelas comunidades. A adequação e contextualização do processo educativo formal na sub-bacia dependem necessariamente da articulação entre a organização dos agricultores e as escolas rurais, para que as temáticas a serem trabalhadas na prática pedagógica possam ser constantemente atualizadas a partir do diálogo entre os atores, garantindo a sustentabilidade do processo de contextualização da educação nas escolas da sub-bacia.

Assim, este projeto se justifica, ao tornar a pesquisa acadêmica parceira de iniciativas sociais em andamento, que buscam reverter uma situação crítica e melhorar as condições de reprodução das famílias de agricultores, por meio de processos educacionais alternativos que valorizam o conhecimento local, a formação intercultural e contribuem para um maior entendimento das propostas de intervenção, na educação formal no campo, elaboradas pelos próprios sujeitos do campo.

## Capítulo III

### AS INTERVENÇÕES

#### 3.1 Objetivos e Método

Diante do contexto apresentado nos capítulos anteriores, o trabalho teve como objetivo geral: Acompanhar ativamente o desenvolvimento de atividades que visam à criação de espaços de interlocução entre as escolas rurais, a associação de agricultores e as organizações parceiras que atuam na sub-bacia do Rio dos Cochos, a fim de identificar as possibilidades e limitações de diálogo entre os múltiplos saberes, referentes à gestão dos recursos naturais locais, que permeiam os processos de formação nestas comunidades.

Os objetivos específicos foram:

- Identificar a elaboração de estratégias de intervenção, no espaço da educação formal, pelos membros da associação comunitária e organizações parceiras.
- Analisar as possíveis emergências de interrelações entre o conhecimento construído na prática produtiva e política da organização comunitária e o conhecimento científico no desenvolvimento de práticas pedagógicas das escolas.
- Levantar as percepções de professores, Cáritas, Assusbac e de membros da comunidade quanto aos problemas socioambientais presentes na sub-bacia.
- Desvendar as percepções das lideranças comunitárias e professores quanto ao desenvolvimento das ações e futuro das parcerias.

Com o objetivo de dar conta das pretensões do presente trabalho, o método de pesquisa utilizado foi a Pesquisa-Ação. Segundo Thiollent (1986) a pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo. O uso de métodos convencionais em contexto educacional, cujos resultados, apesar de sua aparente precisão, estão muito afastados dos problemas urgentes da situação atual da educação do campo, justificou o uso da pesquisa-ação como orientação metodológica. (THIOLLENT, 1986).

Embora o planejamento de uma pesquisa-ação seja muito flexível, alguns pressupostos básicos foram levantados com o propósito de dar visibilidade à dinâmica de desenvolvimento do método em questão.

A pesquisa de campo foi realizada de março a setembro de 2009 e envolveu as seguintes Agências Pedagógicas: Associação dos Usuários da Sub-Bacia do Rio dos Cochos – ASSUSBAC, a Cáritas Diocesana de Januária, professores e estudantes da Escola da Comunidade de Sambaíba e membros da comunidade. Utilizo o termo *agências pedagógicas* mencionado por Brandão (1984) para designar os diferentes domínios do saber que cada instituição atuante no território expressa, porém sem a pretensão de abarcar a totalidade dos agentes pedagógicos responsáveis pelos processos formativos na região, limitando minha amostra aos agentes que se envolveram nas ações do presente trabalho de pesquisa. A escolha das escolas de Sumidouro, Sambaíba e Bom Jantar como instituições de ensino participantes do projeto, também incluiu como critérios de eleição o desejo, a predisposição inicial e a relevância das ações apontadas por professores e diretorias a partir de diagnóstico prévio.

A fase exploratória da pesquisa pretendeu identificar a viabilidade e as expectativas das propostas contidas no projeto inicial de pesquisa. Para tanto foram utilizados espaços cedidos nas reuniões pedagógicas das escolas buscando atingir duas formas de diagnóstico:

1. Diagnóstico de situação: onde se procurou identificar apoios e resistências, posições otimistas e céticas, convergências e divergências.

2. Diagnóstico de participação: onde se buscou evidenciar condições de colaboração entre pesquisadores e grupos envolvidos na situação, potencialidades de participação efetiva e definição dos compromissos entre pesquisadores e os elementos ativos da situação a ser investigada.

Os critérios fundamentais de seleção das pessoas participantes nas reuniões de planejamento e avaliação foram: a predisposição de participação efetiva no processo de discussão dos temas (percebida a partir da participação e envolvimento nas atividades desenvolvidas) e as experiências cotidianas vivenciadas no seio da comunidade. Com o objetivo de obter um grupo representativo nas reuniões agendadas, buscou-se atender a diversidade de posicionamentos e intenções presentes na sub-bacia, convidando membros de todas as organizações envolvidas, a participarem das reuniões.

Os temas debatidos nas reuniões foram embasados nas propostas que emergiram durante o fechamento de cada atividade, priorizando aquelas relacionadas diretamente

às expectativas das escolas, à parceria com ASSUSBAC/Cáritas e vice versa. A partir do debate destes temas, buscou-se a atualização, após cada atividade desenvolvida: do equacionamento participativo dos principais problemas enfrentados; do delineamento de um cenário futuro em função de critérios de desejo, predisposição inicial e relevância das ações, e da definição de diretrizes de ação.

Foram agendadas sete atividades ao longo do período de pesquisa, das quais cinco se realizaram: Curso Ciência e Saber Local para uma Educação Contextualizada no Rio dos Cochos, Semana da Água, Visita à gruta do Cural de Pedras, Semana do Meio Ambiente e Festival de Convivência com o Semi-árido<sup>7</sup>. As duas restantes foram canceladas devido à sobrecarga de trabalho nas agendas de algumas entidades envolvidas no projeto. Na descrição das atividades utilizou-se do método de registro etnográfico onde se buscou fazer uma descrição densa<sup>8</sup> das ações realizadas.

Ao término da última atividade, foram realizadas entrevistas utilizando-se de questionário semi-estruturado. Estas foram gravadas, transcritas e posteriormente analisadas. Também foram coletados depoimentos por meio de instrumento audiovisual para complementar a coleta de dados. Estes também foram transcritos e posteriormente analisados. Procurou-se, identificar temas relevantes, visando estabelecer categorias de análise capazes de gerar questionamentos que atendessem aos objetivos propostos pela pesquisa. Conforme afirma Gil (1999), as respostas fornecidas em métodos qualitativos de pesquisa social tendem a ser muito variadas, exigindo para análise, o agrupamento das mesmas, em certo grupo de categorias. Assim privilegiou-se como categorias de análise, as questões ligadas às percepções das agências pedagógicas pesquisadas referentes aos temas: O rio; as comunidades; o conhecimento; as parcerias; a repercussão das atividades; e o futuro. Com o propósito de gerar reflexões quanto à reafirmação identitária do povo que habita a sub-bacia do rio dos Cochos e as possibilidades e limitações de diálogo com os diferentes saberes que permeiam as comunidades ribeirinhas, buscou-se uma abordagem crítica a partir do cruzamento e confronto das intencionalidades que caracterizam o embate político instalado na região.

---

<sup>7</sup> O Festival de Convivência com o Semi-Árido a princípio não estava agendado, no entanto entrou como atividade de pesquisa posteriormente.

<sup>8</sup> A “descrição densa” é definida por Geertz (1989) como sendo um método intrínseco à prática da etnografia, que supõe uma situação de presença, longe da qual não há possibilidade de percepção fina e relacional de um fenômeno por parte do etnógrafo. Diante dessa situação de presença o etnógrafo deve enfrentar uma multiplicidade de estruturas conceituais complexas, muitas delas sobrepostas ou amarradas umas às outras, que são simultaneamente estranhas, irregulares e implícitas, devendo este de alguma forma apreendê-las para posteriormente interpretá-las e apresentá-las.

Os critérios de seleção dos entrevistados basearam-se na sua participação e envolvimento nas ações realizadas ao longo do primeiro semestre letivo. Diante da heterogeneidade das agências pedagógicas presentes nas comunidades, buscou-se atingir maior representatividade amostral por meio da estratificação. Assim, o método para definir a amostra de entrevistados contemplou: 2 professores e a diretora da escola de Sambaíba, 2 professores e a diretora da escola de Bom Jantar, a professora da escola de Sumidouro, um representante da Cáritas envolvido no Projeto de Revitalização do rio dos Cochos, dois moradores da sub-bacia e dois representantes da Assusbac totalizando 12 entrevistados.

O registro das informações ao longo da pesquisa foi efetuado por meio da caderneta de campo, relatórios de síntese, gravações de áudio e vídeo, fotografias e registros de observações elaborados pelos participantes. As anotações de campo consistiram na descrição por escrito de: manifestações (verbais, ações, atitudes) observadas nos sujeitos pesquisados; circunstâncias físicas relevantes; reflexões que surjam em face da observação dos fenômenos (TRIVIÑOS, 1987).

O desenvolvimento das atividades foi acompanhado pelo levantamento de denso material bibliográfico, o qual subsidiou uma abordagem analítica do território, de um ponto de vista histórico, segundo a compreensão de Milton Santos (1996).

Acredita-se que o uso da pesquisa-ação em consórcio com a pesquisa etnográfica seja um bom aporte metodológico para planejar estudos que não têm como finalidade única o mero levantamento de dados, mas que visam também dar contribuição às iniciativas sociais e ao desenvolvimento local.

### **3.2 Curso: “*Ciência e Saber local para uma Educação Contextualizada no Rio dos Cochos*”**

Nos dias 20 e 21 de novembro de 2008, realizou-se o curso “*Ciência e Saber Local para uma Educação Contextualizada no Rio dos Cochos*” destinado a professores e diretores que atuam nas escolas rurais das comunidades de Sumidouro, Sambaíba e São Bento. Esse curso foi fruto de um longo trabalho de planejamento realizado pelos parceiros: Núcleo de Apoio e Pesquisa à Agricultura Familiar Padre Justino – PPJ, da Universidade Federal de Lavras - UFLA; Grupo de Estudo em Frutíferas Exóticas e Nativas – GEFEN, da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG; Cáritas

Diocesana de Januária e Associação dos Usuários da Sub-Bacia do Rio dos Cochos - ASSUSBAC.

O objetivo do curso era sensibilizar os professores que trabalham na região para um maior conhecimento da realidade local, buscando estreitar as relações entre os docentes, a população local e as organizações que atuam na sub-bacia.

A carga horária do curso foi de 16 horas. As vagas foram disponibilizadas para docentes das escolas das comunidades rurais indicados em acordo por professores das escolas e diretoria, ficando distribuídas: uma vaga para o professor da escola de Sumidouro, 10 vagas para os docentes da escola de Sambaíba e 11 vagas para os docentes da escola de São Bento além de 3 vagas que foram destinadas a membros de outras entidades, totalizando 25 vagas<sup>9</sup>.

O curso foi financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, Ministério de Ciência e Tecnologia / Governo Federal (por meio dos Projetos 555902-06-4; 555901/06-8; 555929/06-0) e Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais – FAPEMIG / Governo de Minas Gerais (Projeto PPM). A Prefeitura Municipal de Januária disponibilizou ônibus escolar e motorista para o transporte dos professores durante os dias de curso.

Sob a coordenação dos professores Áureo Eduardo Ribeiro da UFLA e Paulo Sérgio Lopes da UFMG o curso teve como foco quatro eixos temáticos básicos, são eles: Saber Local, Frutos Nativos, Recursos Hídricos e Políticas Públicas para o Semi-árido. As visitas a campo representavam espaços onde os membros da ASSUSBAC, especialistas nos temas, assumiam a fala e apresentavam para os participantes do curso, algum aspecto prático relacionado com os temas em questão. Os participantes foram divididos em grupos de cinco pessoas. Na formação dos grupos buscou-se atingir a maior heterogeneidade possível para garantir a interação entre os professores de diferentes escolas e organizações. Ao fim das atividades programadas para cada tema, havia um espaço em que eram lançadas perguntas relacionadas com o tema que acabara de ser apresentado, ficando um membro do núcleo PPJ responsável por mediar e estimular o debate dentro dos grupos. Na seqüência do debate nos grupos, era apresentada por um dos professores de cada grupo, uma síntese do que foi discutido, com o objetivo de socializar as reflexões realizadas nos grupos por meio de uma exposição dialogada. A programação do curso encontra-se no anexo 1 deste trabalho.

---

<sup>9</sup> Compareceram ao curso 16 professores das escolas de Sambaíba, São Bento, Bom Jantar e Tijuco além de dois educadores ambientais do Instituto Estadual de Florestas – IEF.

### **3.2.1 PRIMEIRO DIA: 20/11/2008**

#### **3.2.1.1 Saber Local: Comunidade de Cabeceira dos Cochos**

No primeiro dia saímos da comunidade de Sambaíba, onde passamos a noite, e seguimos com sentido à comunidade de Cabeceira dos Cochos onde seriam realizadas a recepção, a apresentação dos participantes e as primeiras atividades do curso. As estradas apresentavam dificuldades para o tráfego em função de uma forte chuva que havia caído na última madrugada. Formaram-se grandes poças de enxurrada ao longo da estrada.

Chegamos à comunidade de Cabeceira por volta das 8 horas e fomos recepcionados por Dona Ana e Seu Joaquim que abriram as portas da Associação Comunitária de Cabeceira dos Cochos onde iniciaria as atividades do curso. Devido à fatores diversos, o ônibus que trazia os professores atrasou comprometendo o cronograma do primeiro dia. A chegada do ônibus ocorreu por volta das 09h20min sendo que o início das atividades estava marcado pra as 08h00min.

Apesar dos contratemplos, após a recepção dos professores, com uma farta mesa de café da manhã na casa de Dona Ana, seguimos para a associação onde foram entregues os crachás. Machado – membro do núcleo PPJ - deu início à apresentação dos da pauta do encontro e fez um breve comentário sobre o tema Saber Local. Logo em seguida, Toninho – membro da ASSUSBAC – assumiu a fala e buscou evidenciar os objetivos da ASSUSBAC, das parcerias, das atividades que estão sendo desenvolvidas e enfatizar a importância do Projeto de revitalização do Rio dos Cochos.

Iniciou-se uma caminhada, guiada por Toninho, que tinha como destino primeiro, a nascente do Rio dos Cochos, mas que acabou sendo encurtada devido ao atraso no tempo para retornarmos à comunidade de Sambaíba onde seria servido um almoço. A caminhada foi interrompida perto de um curso d'água onde Toninho buscou evidenciar a importância do trabalho que tem sido feito para a preservação da nascente e explicou o mapa da sub-bacia a partir de um desenho em folhas de papel.

Embora a fala de Toninho tenha concentrado mais no tema recursos hídricos, e não no saber local em si, o que causou mais frustração aos professores foi o fato de não ter se aproximado mais de outras nascentes o rio. Na volta da caminhada passamos pela casa de Dona Ana onde ela nos apresentou rapidamente as esteiras feitas do reaproveitamento de sacos plásticos. Foi um espaço pouco aproveitado. O debate sobre artesanato e o saber local também ficou seriamente comprometido em função dos

atrasos e praticamente não existiu. A reflexão nos grupos não foi possível e voltamos para Sambaíba onde o almoço nos esperava na escola.



**Foto 5: Região das nascentes do rio dos Cochos na comunidade de Cabeceira dos Cochos. Explicação do mapa da sub-bacia por Toninho.**

Fonte: Pesquisa de campo novembro 2009

### **3.2.1.2 Frutos Nativos: Comunidade de Sambaíba**

Após o almoço, e antes de iniciar a exposição sobre frutos nativos foi realizada uma visita à nascente de Dona Maria que fica a cerca de 300 metros da escola de Sambaíba. É um lugar agradável e bem conservado que possui uma nascente de água límpida, rodeada por uma exuberante mata ciliar, formando um poço onde alguns lambaris nadam. Uma mangueira oferecia frutos maduros. Dois patos que nadavam em um córrego formado pela água que jorrava da nascente, comiam as mangas que estavam no chão. Há também uma Roda d'água que bombeia água para a casa de dona Maria e para um alambique instalado dentro da propriedade.

Alguns professores da escola de Sambaíba afirmavam que já conheciam o local e que alguns estudantes às vezes saíam da aula para se banharem no poço, às escondidas de Dona Maria. Os professores se mostravam dispostos em dar atenção à fala de Toninho durante a visita, embora o sol forte causasse certo desconforto durante a caminhada até a nascente.





**Foto 6: Visita à nascente, Toninho fala sobre conservação de nascentes.**

Fonte: Pesquisa de campo novembro de 2008

Toninho comentou sobre: as atividades que vinham sendo desenvolvidas para a conservação das nascentes, a importância de uma nascente para a produção das famílias e sobre o histórico daquela nascente. O poço límpido que refletia o dossel da mata ciliar, o barulho da água tocando a roda e o ar úmido que se respirava parecia compensar a caminhada ao sol, tornando o lugar um espaço muito agradável para hora do dia. Observava-se no semblante dos professores um tom de admiração quanto ao conhecimento que Toninho manifestava ter daquele ambiente. Um dos professores me perguntou qual era a formação dele. Eu respondi que ele era agricultor.

Terminada a exposição de Toninho sobre a nascente, nos dirigimos para a igreja de Sambaíba onde Paulo e Teddy, professores da UFMG, falariam sobre Frutos do Cerrado e Alimentação e Nutrição respectivamente.

Chegando à igreja, os bancos foram dispostos formando um semicírculo onde se assentaram os participantes, estes ficaram de frente para uma das paredes onde foi projetada a apresentação dos slides.

O professor Paulo iniciou a sua fala chamando a atenção para as potencialidades de produção e comercialização dos frutos do cerrado existentes na região, introduzindo ao debate sobre as iniciativas da ASSUSBAC com relação ao aproveitamento dos

frutos, as quais têm sido desenvolvidas na comunidade. Ao longo da apresentação ele ilustrava e comentava dados de pesquisas anteriores sobre o extrativismo nas comunidades do Rio dos Cochos.

A expressão dos professores que assistiam à apresentação manifestava claramente muita impaciência e certo desconforto. Alguns chegaram a cochilar enquanto Paulo apresentava os slides.

Na seqüência da apresentação de Paulo, o professor Teddy iniciou sua fala sobre Alimentação e Nutrição chamando atenção para o valor nutritivo dos frutos do cerrado. No entanto, o que ficou evidente foi que a forma de apresentação estava sendo pouco participativa e não prendia a atenção dos professores, embora alguns se esforçassem para acompanhar a apresentação.

Ao término da apresentação de Teddy, partimos em direção à Unidade de Beneficiamento de Frutos do Cerrado, denominada de Entreposto, e onde Dona Rosarinha, Dona Lurdinha e Dona Nenzinha seriam as guias. O Entreposto, como é chamado na comunidade, é um estabelecimento relativamente pequeno formado pela junção de dois barracões sendo que um ficou reservado para o despulpamento do pequi e o outro ficou destinado para o processamento do pequi. Este último é todo revestido por cerâmica, equipado com fogão industrial, dois frízeres, uma mesa grande, geladeira e uma série de vasilhames usados no processamento do pequi.

Entre os barracões há um banheiro e em frente ao barraco, onde ocorre o processamento do pequi, há um alpendre com dois tanques. Este é o local onde é descarregado o pequi que vem da coleta, para posteriormente ser lavado. Embora na placa afixada no barraco, onde ocorre o processamento, esteja escrito: *Unidade de Beneficiamento dos Frutos do Cerrado* com o nome das organizações financiadoras abaixo, o único fruto beneficiado atualmente é o pequi.

Dona Nenzinha começou a apresentação do entreposto, falando sobre: como nasceu a proposta de construir o entreposto; as parcerias que permitiram a construção a formação da associação; e a pretensão das comunidades com relação à expansão da atividade de extrativismo. Dona Lurdinha complementou comentando sobre como se deu a expansão do entreposto, uma vez que, num primeiro momento era apenas o barraco de despulpamento e que depois das parcerias vieram projetos que permitiram ampliar o entreposto por meio da construção do barraco onde se dá o processamento e embalagem do produto. Dona Rosarinha acrescentou os dados sobre o balanço produtivo do entreposto que em 2007 teve a sua maior produção 1790 Kg de pequi

processado e embalado vendido a R\$ 7,00/Kg, sendo revendido pelo atravessador por R\$ 12,00 o Kg. Toninho reforçou a fala sobre a importância das parcerias e comentou sobre alguns materiais de construção que se encontravam ao lado do entreposto. Segundo ele aquele material faz parte de outro projeto que visa à ampliação da unidade de processamento.



**Foto 7: Unidade de Beneficiamento de Frutos do Cerrado.**

Fonte: Pesquisa de campo novembro de 2008

Dona Rosarinha convidou todos para adentrarem o espaço onde acontece o processamento do pequi para que ela pudesse explicar como se dava o procedimento. Nesse momento houve grande inquietação dos professores que começaram a se queixar sobre o horário, uma vez que, já eram quase 18h00min, hora que estava marcada para terminar o curso. Alguns justificavam a reclamação dizendo que tinham aula na faculdade e não poderiam se atrasar.

Dona Rosarinha prosseguiu na sua explicação falando sobre as medidas sanitárias que haviam sido tomadas no entreposto para garantir a qualidade dos produtos e ilustrou de forma simplificada os procedimentos que ocorrem durante o processamento do pequi, desde o despulpamento até que a polpa seja embalada. Enquanto isso, alguns professores da comunidade de Sambaíba, ficaram do lado de fora do entreposto, reunidos como que em forma de protesto devido ao não cumprimento do

horário<sup>10</sup>. O professor Paulo perguntou quais seriam os obstáculos que impediriam o entreposto de funcionar durante todo o ano. Toninho salientou que a maior dificuldade era trabalhar a coletividade dentro das comunidades e que embora exista a associação ainda é muito difícil reunir as pessoas das comunidades para trabalharem juntas e isso impede que o entreposto mantenha a produtividade ao longo de todo o ano.

Voltamos para a igreja logo após a visita ao entreposto e fizemos uma rápida avaliação do primeiro dia já que não havia mais tempo para debater as perguntas que estavam no programa do curso. Foi perguntado aos professores o que eles teriam aproveitado neste primeiro dia de curso e se eles tinham alguma sugestão para contribuir com o bom andamento do evento. A professora Hercília enfatizou que a questão da conservação ambiental estava muito presente no discurso dos membros da associação e que isso havia marcado muito ela e que poderia ser utilizado na escola, além dos diversos aspectos das comunidades que mesmo ela lecionando na comunidade há sete anos não tinha conhecimento da existência das ações da Assusbac. Um grupo de professores falou sobre a questão da participação e da coletividade que poderia ser trabalhada na escola, uma vez que, até os professores sentem a dificuldade de trabalharem em grupo. A professora de Ciências, Elisângela, comentou que era uma realidade que ela não conhecia e que a partir destas experiências poderia ser pensada uma metodologia para estar inserindo nos currículos a cultura das comunidades e trabalhar, na sala de aula, o currículo exigido acrescido dos problemas que as comunidades enfrentam. Um grupo de professores representados pela professora Ione sugeriu que fosse feita uma dinâmica de grupo, no dia seguinte, principalmente depois do almoço.

### **3.2.1.3 Avaliação do primeiro dia pelos organizadores**

Após os agradecimentos e despedida dos professores, os organizadores do evento se reuniram para avaliar o primeiro dia de curso e propor possíveis mudanças para o dia seguinte.

Foram relatadas as dificuldades em seguir o cronograma do curso – devido ao atraso – e de despertar maior interesse por parte dos professores, os quais demonstraram grande inquietação durante as exposições dos temas, principalmente nas apresentações

---

<sup>10</sup> Em conversa com o professor Eduardo, foi possível identificar alguns conflitos entre a diretora da escola de Sambaíba e alguns membros da associação que trabalham no entreposto. Esse também pode ter sido um dos motivos do comportamento de alguns professores naquele momento.

de slides. Sugeriu-se que houvesse maior interação dos palestrantes com os professores e que fossem priorizadas as atividades práticas, onde a fala dos membros da associação prevalecesse, buscando assim retomar o objetivo principal do curso, que era estreitar as relações entre os docentes e as organizações que atuam na região, principalmente a ASSUSBAC.

Concluiu-se que, diante dos contratempos que surgiram, o balanço final do primeiro dia foi bom, mas que deveria ser feito um replanejamento do dia seguinte para recuperar parte das atividades que haviam sido comprometidas.

### **3.2.2 SEGUNDO DIA: 21/11/2008**

#### **3.2.2.1 Recursos Hídricos: Comunidade de Roda D'água**

A madrugada que antecedeu o segundo dia de curso foi marca da por fortes chuvas. Às 06h00min quando saímos para o café no entreposto de Sambaíba, ainda chovia bastante. A chuva é muito bem vida na região, o que preocupa são as condições das estradas que em alguns trechos tornam-se quase que intransitáveis.

Saímos de Sambaíba em direção às comunidades de Roda D'água. Como era de se esperar enfrentamos muita lama e crateras formadas pela enxurrada. Mas chegamos bem. Nesse dia não houve atraso do ônibus que transportava os professores e após nos servirmos de uma farta mesa de café da manhã oferecida por Geraldinho e Ilmete, - professora aposentada e esposa de Geraldinho – seguimos para uma escola desativada que ficava a poucos metros da casa.

A escola era uma casinha pequena onde havia uma única sala e uma varandinha que dava acesso a uma cozinha com fogão à lenha. No quintal havia um pé de tamarindo e um umbuzeiro. O estabelecimento tinha sido fechado já há algum tempo. Os estudantes que ali estudavam, foram transferidos para as escolas de Sambaíba e São Bento e o espaço está sendo usado atualmente pela ASSUSBAC e Associação Comunitária de Roda D'água, que realizam reuniões no local.

O curso iniciou-se com a fala de Geraldinho que seria o guia durante as visitas programadas para a comunidade e que envolviam o tema recursos hídricos. Geraldinho é agricultor, morador da comunidade de Roda D'água e atual presidente da ASSUSBAC. Ele iniciou falando sobre a importância do encontro como um espaço de diálogo que permitia repassar aos professores, os conhecimentos acumulados ao longo dos trabalhos na associação, para que estes possam ser repassados para os estudantes que serão multiplicadores e sucessores nos trabalhos por eles iniciaram. Salientou

também a importância de estar buscando trabalhar os conhecimentos desenvolvidos no local, para lidar com as especificidades da região.

Logo em seguida falou Jaci, agricultor, também membro da ASSUSBAC e morador da comunidade de São Bento, que seria visitada no período da tarde. Jaci enfatizou a preocupação dos membros da ASSUSBAC com relação à questão ambiental, fazendo uma referência ao futuro das crianças das comunidades que estarão enfrentando na prática – e em breve – toda essa problemática.

Ao término da apresentação de Geraldinho e Jaci foi realizada uma dinâmica de animação com o grupo, a qual teve grande aprovação por parte dos professores. Seguimos para visita a uma barraginha na propriedade de Geraldinho.

Caminhamos uns 200 metros sob uma leve garoa e lá estava a tão falada barraginha. Era um poço com cerca de 4-5 metros de raio por 3/3,5 de profundidade, conectado a uma curva de nível, construído em uma área usada para o plantio sorgo, destinado à alimentação dos animais, principalmente bovinos e caprinos. Geraldinho subiu no monte de terra que circundava a barraginha e começou a explicar o modo de funcionamento e os benefícios do projeto para a conservação do Rio dos Cochos. De acordo com a explicação de Geraldinho uma barraginha consegue represar cerca de 100 mil litros de água durante o período de chuvas, as quais vão alimentar o lençol freático além de evitar que uma grande quantidade de sedimentos seja carregada, para o rio, pelas enxurradas, evitando assim o processo de assoreamento do mesmo. Geraldinho falou também sobre o plantio em curvas de nível, que embora dificulte o manejo da lavoura, traz uma série de benefícios ambientais que justificam o uso da técnica. Também foi comentado, a partir de uma intervenção de Jaci, a importância das parcerias com a Embrapa de Sete Lagoas e órgãos ambientais que ajudaram nos cálculos necessários para a construção das barraginhas. Geraldinho comentou que haviam construídas 27 barraginhas em seu terreno e que alguns agricultores vizinhos criticaram falando: “*Você é louco? Encheu seu terreno de buracos!*” Mas quando souberam dos benefícios do projeto, o procuraram para saber se havia possibilidade de construir barraginhas em suas propriedades. Foi comentado também, que as barraginhas não foram implantadas sem um estudo prévio. Que primeiro eles conheceram o projeto, “namoraram” o projeto, discutiram dentro da associação e só depois “se casaram” com o projeto. Jaci complementou que a partir da formação da ASSUSBAC, seus membros começaram a viajar para conhecer as experiências de projetos de revitalização de rios e convivência com o semi-árido, e posteriormente foram selecionadas as técnicas mais adaptadas à



realidade que eles estavam vivendo. Para Jaci, o que fazia o papel da barraginha era a mata que havia no local e nos topos de morro – áreas de recarga – mas com o desmatamento para o plantio estas áreas perderam parte desta função ecológica. Até que ocorra a recuperação das matas nas áreas de recarga, a barraginha funciona como uma técnica para minimizar os impactos ambientais já estabelecidos. Ela funcionaria como um “quebra galho”. *“Não é uma vantagem pra gente ter barraginhas no nosso terreno. Ela também é uma agressão ao meio ambiente, uma vez que, é um buraco na terra, mas é uma forma de diminuir os impactos”* (Jaci, pesquisa de campo, novembro de 2008). Geraldinho explicou que as áreas de topo de morro funcionam como uma esponja que retém as águas para alimentar o lençol freático e conseqüentemente os rios.



**Foto 8: Geraldinho explica o funcionamento das barraginhas.**

Fonte: Pesquisa de campo, novembro de 2008

Para complementar a exposição sobre os recursos hídricos saímos da barraginha e nos encaminhamos para uma área onde o Rio dos Cochós tangencia a propriedade de Geraldinho. No caminho Geraldinho comentava sobre as suas preocupações em manter certo equilíbrio ecológico dentro de sua propriedade. E para exemplificar – usando um excremento de vaca que se encontrava no caminho – ele ilustrou a relação entre não usar muitos insumos químicos no plantio para favorecer a proliferação do besouro rola-

bosta, que se alimenta do esterco e dos ovos da mosca-do-chifre, agindo assim como um agente importante no controle biológico da praga que ataca o gado. As professoras ficaram muito curiosas em saber que havia um exemplo tão prático para ilustrar as relações ecológicas.

Chegamos a um lugar onde a mata ciliar contornava o leito do rio, o qual se mostrava entre as árvores. É um rio pequeno, pouco parecido com o Rio dos Cochos que contam os antigos. Segundo Geraldinho e Jaci antigamente o rio tinha um volume de água bem maior e havia muitos peixes, inclusive peixes grandes como dourado e surubim. Hoje, devido à redução na vazão das águas do rio, que chega a secar em algumas épocas do ano, não existem peixes no Rio dos Cochos.

Geraldinho iniciou sua aula sobre mata ciliar falando da importância da mata para evitar o transporte de sedimentos para o rio – permitindo assim sua conservação – e do esforço que ele tem feito para manter e recuperar a mata em sua propriedade. Ele conta que durante o período de estiagem desse ano alguns proprietários que moram acima do rio, retiraram muita água para irrigação e que o rio secou na sua propriedade causando a morte de algumas mudas que ele havia plantado na mata.

Os professores até então se portavam como meros turistas e se interessavam mais pelo passeio que pelo assunto que Geraldinho abordava. Perguntavam pouco e um grupo permanecia distante enquanto Geraldinho falava. A chuva começou a ficar mais forte, então voltamos pra escola onde foi realizada mais uma dinâmica de animação com o grupo e começou uma apresentação do professor Paulo sobre Ciclo Hidrológico, Relação solo/água/planta e Técnicas de conservação de solo e água no semi-árido. Durante sua apresentação Paulo buscava relacionar os temas com o que acabara de ser visto durante as visitas coordenadas por Geraldinho às barraginhas e ao rio.

A apresentação do Prof. Paulo foi bem mais interativa que no dia anterior, havendo assim, concordância com o programa do curso que propunha uma “Exposição Dialogada”. Houve diversos momentos de intervenção e comentários por parte dos professores e dos membros da ASSUSBAC. Foi um momento importante que serviu de introdução à discussão que seria abordada nos grupos logo em seguida. Terminada a apresentação de Paulo, tivemos uma rápida demonstração prática de como ocorre o transporte de sedimentos pela enxurrada, causando erosão, em locais com ausência de cobertura vegetal. Paulo coletou um pouco de capim moído que estava no curral de Geraldinho e cobriu um quadrante do solo deixando outro quadrante sem cobertura. Em seguida, com o auxílio de um regador, ele simulou uma chuva sobre os dois quadrantes



e mostrou como no quadrante onde havia cobertura vegetal o carregamento de sedimentos quase não existiu, enquanto que o quadrante sem cobertura vegetal chegou a formar pequenos sulcos explicitando o processo de erosão.



**Foto 9: Dinâmica de animação com os professores.**

Fonte: Pesquisa de campo novembro de 2008

Partimos para as discussões em grupo, momento muito aguardado e que não foi possível de ser realizado no dia anterior.

A princípio o programa do curso propunha que todos os grupos debatessem os mesmos temas e em seguida apresentassem uma síntese da discussão para todos os presentes. Considerando que, os contratemplos do dia anterior impediram que acontecessem os debates nos grupos, decidimos por mesclar as questões que seriam tratadas no dia anterior com as que estavam programadas para o segundo dia, objetivando recuperar a impressão dos professores sobre os temas Saber Local e Frutos Nativos, os quais não puderam ser colocados em debate em função dos atrasos. Sendo assim, cada grupo ficou com duas questões para serem debatidas durante 15 minutos: uma sobre recursos hídricos e outra sobre Saber Local ou Frutos Nativos.

O grupo que participei como monitor, debateu as questões:

\* Como o conhecimento local é tratado atualmente nas escolas do Rio dos Cochos?

\* Como as escolas podem aproveitar as experiências abordadas, como um recurso para a formação dos estudantes?

Durante o debate percebeu-se que era comum a fuga dos temas propostos. Nesses momentos emergiam temas que iam desde o currículo denso, até as cobranças e fiscalizações que os professores recebiam da Superintendência de Ensino da região. Com muito esforço, conseguimos retirar uma reflexão para ser apresentada para os participantes. Eles chegaram ao consenso de que o conhecimento local era pouco trabalhado nas escolas e que esses conhecimentos, assim como as experiências que eles tinham presenciado durante as visitas, deveriam ser desenvolvidos nas escolas em parceria com os membros da ASSUSBAC.

Voltamos para a sala onde aconteceria a apresentação das reflexões feitas nos grupos. Os dois primeiros grupos a apresentar refletiram sobre as questões:

\* O tema Frutas Nativas está presente no cotidiano das escolas? Se não, por quê? Se sim, como?

O primeiro grupo a apresentar, afirmou que o tema está presente a partir do momento que se inclui os frutos nativos na merenda escolar de acordo com a época de colheita e cultivo. Na escola de Bom Jantar os professores afirmaram que trabalham o tema na Semana da Alimentação. A Prof.<sup>a</sup> Ione falou sobre a falta de tempo de estar trazendo os frutos para a escola e que na maioria das vezes que elas pedem, os estudantes trazem, mas que não é freqüente isso acontecer.

O segundo grupo estava representado por Suely, diretora de uma das escolas. De acordo com as reflexões do grupo o tema está muito presente no cotidiano das escolas principalmente na merenda escolar. No entanto, segundo a diretora, os estudantes reclamam quando estes frutos estão presentes na merenda.

*Eles estão enjoados... são os professores que ganham os primeiros pequis, os primeiros cajús”; “O ano passado ganhamos 300 quilos de carne de bode e 3000 litros de mel e quando passávamos pra eles, eles não queriam”; “ Não é que eles não gostam. È que eles tem em casa... estão enjoados”; “só comeram a carne de bode quando a gente conseguiu tirar o cheiro e não falamos que era de bode. (Suely, pesquisa de campo, novembro de 2008)*

No entanto a própria diretora confessou que detesta carne de bode. Nesse momento, Ilmete, se manifestou contrária à opinião da diretora, dizendo que:

*[...] o fato deles não quererem é falta de incentivo por parte dos professores... de mostrar pra eles, a necessidade da gente aproveitar o que a gente tem aqui... eu também não gostava de carne de bode, hoje eu não dispenso... minha mãe não incentivava, quando eu passei a criar... passei a gostar. O mesmo são os meninos. (Ilmete, pesquisa de campo, novembro de 2008)*



**Foto 10: Apresentação dos grupos.**

Fonte: Pesquisa de campo novembro de 2008

Ficou clara a divergência de percepções entre os grupos, quanto à forma de trabalhar os recursos alimentares nativos nas práticas pedagógicas.

A Prof.<sup>a</sup> Hercília apresentou as reflexões do terceiro grupo sobre a questão abaixo:

\* De que forma os professores podem aproveitar o saber local em suas aulas?

De acordo com o grupo seria necessário um maior conhecimento da realidade para o planejamento de possíveis ações além de material didático que favorecesse trabalhar a temática ambiental. Hercília complementou as reflexões do grupo com um

exemplo prático da disciplina que ela leciona, onde segundo ela existe conversa informal sobre os temas, mas na prática a escola só trabalha quando existem projetos relacionados e que as ações são isoladas e restringidas geralmente às datas comemorativas. Hercília também comentou que muitas vezes o nativo não valoriza tanto os seus recursos porque pra ele aquilo é muito comum e quem vem se fora acaba dando mais valor.

*Eu mesma fui criada no meio dos pequis e pra mim num tem muito valor... talvez pelo próprio convívio, ou como ela (Ilnete) falou: por falta de incentivo”. Outra observação importante foi quanto à falta de material didático: “Tendo material didático pra gente estar trabalhando, eu acho que a gente vai explorar mais. Por exemplo: se nós tivermos uma seleção de fotos... dá pra trabalhar a produção de textos a partir das imagens mas, enquanto a gente não tiver um material concreto, fica um pouco difícil da gente estar trabalhando. (Hercília, pesquisa de campo, novembro de 2008)*

Com relação à questão de como as escolas iriam aproveitar as experiências abordadas, Suely sugeriu que a melhor forma de trabalhar dentro da escola, é por meio de projetos e parcerias. Disse que um projeto que seria interessante trabalhar – que ela já havia comentado com Paulo – era a produção de mudas de pequi dentro da escola, junto com os estudantes. Aproveitando a fala, a diretora, também cobrou dos membros do IEF que estavam presentes, algumas mudas de árvores que outrora eles haviam prometido. No entanto, um dos maiores obstáculos, segundo Suely, para a realização de atividades que fogem do currículo, é a burocracia imposta pela Superintendência de Ensino da região que fiscaliza constantemente o cumprimento do currículo por parte da escola.

Outro grupo enfatizou a importância da parceria com a associação para que os estudantes também conheçam os trabalhos que ela realiza. Para eles o curso estava sendo muito importante nesse sentido, uma vez que, estava favorecendo uma aproximação entre escolas e associação.

Terminado o debate seguimos para a comunidade de São Bento onde seria servido o almoço.

### 3.2.2.2 Políticas Públicas Para o Semi-Árido: São Bento

Na comunidade de São Bento, logo após o almoço realizado na escola, entramos todos no ônibus de transporte escolar e fomos até a sede da associação na comunidade, onde Jaci falaria sobre os projetos de construção de cisternas de placa para a captação de águas da chuva e também sobre a necessidade de armazenar água que a população do semi-árido enfrenta. Chegando ao lugar, Jaci explicou como era o funcionamento da estrutura de captação de água e chamou atenção para as políticas públicas que tem permitido ampliar o número de cisternas nas comunidades.



**Foto 11: Jaci fala aos professores sobre o funcionamento da cisterna de placa.**

Fonte: Pesquisa de Campo novembro de 2008

Voltamos para a escola e nos reunimos em uma capela que fica quase em frente da mesma. Nesse momento o professor Eduardo iniciou um debate bastante interativo, sobre a história de Januária e das comunidades da sub-bacia do Rio dos Cochos, utilizando das informações obtidas nas pesquisas que o Núcleo PPJ vem desenvolvendo, desde 2007, na região. Essa atividade foi caracterizada por grande participação dos professores. Na seqüência, complementando o que Jaci havia falado, aconteceu uma palestra de um representante da Articulação do Semi-árido – ASA, que explicou o que é a organização e comentou sobre as novas políticas públicas para o semi-árido que estão em processo de elaboração e implementação.



Já partindo para o fechamento do curso, reunimos novamente os grupos de discussão para debatermos propostas mais encaminhativas, referentes à relação escola/associação. A questão discutida nos grupos de professores foi:

- O que as escolas esperam da Cáritas e da ASSUSBAC para o fortalecimento desta parceria.

Formou-se também um grupo composto por membros da ASSUSBAC e da Cáritas, para refletir sobre a questão:

- O que a Cáritas e a ASSUSBAC esperam das escolas para o fortalecimento da parceria:

Passados 20 minutos de reflexão, nos reunimos novamente na capela para que fossem expostas as expectativas de cada grupo, caminhando já para o fechamento do curso. Primeiro apresentaram os grupos dos professores que sugeriram:

- Mais cursos de capacitação através de uma parceria sistematizada com a associação e a Cáritas.
- Maior proximidade entre associação e escolas.
- Criação de espaços de diálogo que favoreçam um maior entendimento, por parte da escola, das ações da associação.
- Envolver as escolas nos projetos da associação e das organizações parceiras, como no caso do projeto de construção de cisternas.
- Elaboração de ações conjuntas entre escola, associação e Cáritas.
- Maior entendimento das cobranças que a escola sofre tanto por parte das famílias das comunidades quanto dos órgãos de fiscalização do ensino
- Apresentação da ASSUSBAC para os estudantes.
- Desenvolver atividades práticas com os estudantes envolvendo a associação e a Cáritas.



**Foto 12: Escolas, Assusbac e Cáritas expõem suas expectativas quanto à parceria.**

Fonte: Pesquisa de Campo novembro de 2008

Também foi elogiada a forma como o curso foi desenvolvido no segundo dia, permitindo maior interação entre os participantes, num ambiente mais descontraído, e buscando tirar, a partir dos conhecimentos apresentados, alguns encaminhamentos que possam evoluir para uma maior harmonia no relacionamento entre as escolas e as organizações que atuam na região.

O grupo formado pelos membros de ASSUSBAC e Cáritas levantou os seguintes aspectos:

- Desenvolver encontros educativos, campanhas e eventos junto com as escolas.
- Trabalhar com os estudantes a importância de sua própria identidade, abordando os problemas ambientais, a fauna e a flora da própria região.
- Promoção de feiras de cultura sobre o programa do Rio dos Cochos.
- Elaboração de visitas e aulas práticas com os estudantes, como forma de transpor o ambiente de sala de aula para uma maior inserção na realidade.
- Estabelecer um compromisso entre as organizações para a elaboração e participação efetiva em eventos.
- Compromisso dos educadores com o Programa de Revitalização do Rio dos Cochos.
- Maior participação das escolas nos eventos promovidos na região.
- Desenvolvimento de metodologias para discutir o Programa de Revitalização do Rio dos Cochos em sala de aula.
- Inserir o linguajar local na prática pedagógica.

### **3.2.2.3 Avaliação Geral do Curso**

De um modo geral pode se dizer que o curso foi muito bem conduzido. Embora alguns contratemplos como o atraso do ônibus dos professores no primeiro dia e os obstáculos impostos pela má condição das estradas, tenham alterado o cronograma proposto inicialmente. No entanto, as manobras bem pensadas pelos organizadores conseguiram resgatar os espaços mais importantes e permitiram que o curso atingisse o seu objetivo.

Percebeu-se que o envolvimento dos professores foi bem mais intenso no segundo dia. Cito aqui alguns dos aspectos que contribuíram:

- As apresentações em Power point foram mais interativas, havendo um maior estímulo para as manifestações dos professores.

- As dinâmicas de animação contribuíram para uma maior descontração do ambiente de debate.
- Os espaços de debate em grupo puderam acontecer dentro do tempo previsto.

Quanto à relação entre ASSUSBAC, Cáritas e Escolas, embora não possamos dizer que as parcerias estão formadas, houve maior aproximação quanto aos temas e o esclarecimento das dificuldades que cada grupo enfrenta para trabalharem juntos. Os professores se mostraram abertos para possíveis atividades que venham a ser trabalhadas nas escolas, seja por parte da ASSUSBAC ou das organizações parceiras.

Podemos dizer que o curso despertou o interesse dos professores no sentido de conhecer melhor as ações da ASSUSBAC, no entanto, isso não garante uma ação conjunta entre as duas organizações. Embora a ASSUSBAC tenha proposto o curso em 2007, não se sabe se no momento atual a associação busca uma abertura social, que caminharía para o incentivo à participação e envolvimento de professores e estudantes nos debates da associação.

O curso trouxe um clima de maior cordialidade entre ASSUSBAC e escolas, permitindo captar a expectativa de cada grupo com relação ao outro, caso venha ocorrer propostas de ações conjuntas. Ao mesmo tempo percebe-se certa tensão, entre as duas organizações, causada principalmente pelas cobranças de ambas as partes, no que se refere ao papel de cada uma delas no processo.

Para as escolas, a ASSUSBAC seria responsável por ministrar os cursos de capacitação aos professores além de elaborar palestras para os estudantes. Embora, a ASSUSBAC tenha o papel de divulgar o conhecimento desenvolvido dentro da associação, isso não isenta os professores da sua função profissional de articulador dos conhecimentos nas comunidades, ou seja, essa articulação deve acontecer não só em função das iniciativas da associação, mas também por iniciativa dos próprios professores, caso contrário as ações tornam-se isoladas e perdem parte do seu potencial educativo.

Para a ASSUSBAC, os professores são os responsáveis por estarem buscando estes conhecimentos, seja nos eventos que a associação organiza seja por meio da participação nas reuniões. Essa postura da ASSUSBAC deixa clara a falta de conhecimento, por parte da associação sobre as limitações de tempo dos professores, os quais são obrigados a cumprir uma grade curricular sob fiscalização da Superintendência de Ensino além de terem uma carga de trabalho pesada que limita o



tempo de participação em atividades extracurriculares. Outra observação importante é que não se sabe se a ASSUSBAC está realmente aberta para a participação de professores e estudantes, ou se esta postura está presente apenas no discurso da associação.

Diante deste contexto, conclui-se que a postura das universidades de atuarem apenas como mediadoras do debate entre escolas rurais, ASSUSBAC e Cáritas, buscando encaminhar as propostas e otimizar o tempo de debate, foi de fundamental importância pra que realmente houvesse um estreitamento das relações entre as organizações nessa primeira tentativa de diálogo. A consolidação e o fortalecimento destes espaços, como espaços de troca de conhecimentos e de encaminhamentos de ações, tornam-se fatores importantes, uma vez que, a partir daí tem-se: um fluxo mais intenso de informações entre as organizações e maior garantia de sustentabilidade do processo de construção do que se chamou, dentro do curso, de educação contextualizada.

### **3.3 Um Passo à frente: Semana da água e atividades combinadas**

Ao final das férias de dezembro/janeiro resolvi retomar as atividades nas escolas da sub-bacia. Sabendo que o início das aulas estava agendado para dia 02 de fevereiro, telefonei para Suely, diretora da escola de Sambaíba, para agendarmos uma reunião de planejamento das atividades referentes ao projeto no primeiro semestre de 2009. Segundo a diretora, a reunião de planejamento do semestre havia acontecido ao término do ano letivo de 2008, no entanto uma reunião pedagógica estava para ser agendada para o final do mês de fevereiro. Neste momento ela se comprometeu a repassar por email a data desta e das demais reuniões que viessem a ser agendadas.

Essa tentativa de contato com a diretoria da escola de Sambaíba possibilitou a identificação de um obstáculo que ainda não havia se manifestado no desenvolvimento da pesquisa. Falo da dificuldade de comunicação para o planejamento das atividades, que se tornou evidente quando eram passados quase um mês desde a data que falei com a diretora e ainda não havia recebido nenhuma resposta. Já descrente quanto à possibilidade de reunir com os professores ainda no mês de fevereiro, resolvi estar no início de março no evento de comemoração dos 10 anos do Núcleo PPJ, onde estariam presentes várias gerações de profissionais que passaram pelo grupo além de representantes das entidades parceiras, dentre elas a Cáritas e a ASSUSBAC. Mais que rever os amigos que construí no Núcleo PPJ, minha intenção, nesse encontro, era

também de me aproximar ainda mais dos representantes da Cáritas Diocesana de Januária e da ASSUSBAC tendo em vista que eles poderiam ser meus interlocutores durante o processo de pesquisa.

Como previsto, no decorrer do encontro pude firmar alguns compromissos com a Cáritas e a ASSUSBAC os quais culminaram na minha ida à Januária, junto com esse grupo, logo após o término do evento de comemoração dos 10 anos do Núcleo PPJ. Minha presença em Januária se fez importante, uma vez que, durante este período estaria eu participando do planejamento e desenvolvimento das atividades referentes à Semana da Água<sup>11</sup>, evento organizado por uma série de entidades envolvidas com o tema, sendo a Cáritas Diocesana de Januária uma delas. Mais que isso, estaria fortalecendo minha relação com as entidades para que juntos pudéssemos viabilizar a “ocupação das escolas” a partir da criação de um espaço de ação e troca de informações.

Embora a Semana da Água seja um evento aparentemente isolado quando se tenta pensar em uma maior articulação e continuidade do debate sobre os temas relacionados com as questões ambientais da região, naquele momento o evento representava uma boa oportunidade para fortalecer as relações entre as entidades que estão envolvidas no projeto, fator fundamental para a sustentabilidade das ações que venham a surgir. Mais que pensar em ações é preciso pensar na sustentabilidade das relações entre as organizações envolvidas, quando pretende-se uma transformação da realidade em questão. Foi com essa intenção que a Semana da Água entrou na programação da pesquisa, assim como outras atividades que decorreram do desenvolvimento do evento.

### **3.3.1 Agendamento das Atividades**

Partimos de Lavras às 7:00 horas e após 13 horas de viagem já era possível sentir os ares do Vale mineiro do São Francisco. A cidade de Januária se aproximava e a paisagem marcada por veredas, que se mostrava desde o entardecer, agora se tornava quase invisível diante da escuridão da noite norte mineira.

---

<sup>11</sup> A Semana da Água é um evento que tem se estabelecido dentro do calendário de mobilizações de várias entidades e movimentos sociais da região. Esse evento tem crescido em importância devido, principalmente, às discussões geradas a partir do Projeto de Transposição das Águas do Rio São Francisco idealizado pelo Ministério da Integração Nacional durante o primeiro e segundo mandatos do governo Lula. Participaram de alguma forma deste evento: SESC-MG LACES/J, Cáritas Diocesana de Januária, IFET, COPASA, IGAM, IEF, EMATER, Instituto Chico Mendes de Biodiversidade, CEIVA, UNIMONTES, Superintendência Regional de Ensino, Prefeitura Municipal de Januária, Secretaria Municipal de Educação, Polícia Militar de Meio Ambiente, Colônia de Pescadores – Z-2, ASSUSBAC, UFLA e UFMG.

Chegando a Januária partimos para a comunidade de São Bento, na sub-bacia do Rio dos Cochos onde deixamos Geraldinho e Aldair e voltamos para Januária ficando eu hospedado na casa dos pais de Wellington, Seu Valfredo e Dona Alzira, que me acolheram como filho.

No dia seguinte o roteiro pensado por Wellington envolvia as visitas primeiramente às escolas da sub-bacia do Rio dos Cochos (Sumidouro, Sambaíba, São Bento e Bom Jantar) e depois às escolas da cidade (Escola Estadual Onézio Bastos e Escola Estadual Princesa Januária). As chuvas já não estavam tão intensas como na última visita, apenas algumas pancadas esporádicas de chuva molhava a terra mas sem formar lamaçais. Após algum tempo, poeira e areia já prevaleciam em nosso caminho.

A proposta das visitas era convidar as escolas e agendar as atividades da Semana da Água. Aproveitando a oportunidade, agendei uma reunião de planejamento com a diretoria e os professores da escola de Sambaíba, para dias antes de realizarmos as atividades. A diretora manifestou um certo ar de surpresa com a nossa presença, o que me fez desconfiar que a escola ainda não havia incorporado a proposta de trabalho que propusemos ao término do curso *“Ciência e saber local para uma Educação Contextualizada no Rio dos Cochos”*. Sem dúvida esse seria um aspecto a ser trabalhado com muita ênfase na próxima reunião, uma vez que, o envolvimento da escola na elaboração e execução das atividades referentes ao projeto é de fundamental importância para que possamos atingir os objetivos propostos. Para que nossos esforços não sejam desperdiçados seria necessário que a escola abraçasse o projeto como uma atividade pertencente ao quadro curricular do semestre. E este era o desafio que eu conseguia perceber no momento.

Em conversa com a diretora pude comprovar a dificuldade dos professores e diretores em estabelecer a comunicação usando internet. Grande maioria dos professores não possuía email e a diretora confessou que não tinha o hábito de acessar o email com frequência. Diante deste obstáculo, concordamos em discutir também este assunto na reunião marcada para a semana seguinte.

Confirmado o agendamento das atividades nas escolas embarquei para Brasília no dia seguinte prometendo tornar a pisar nos solos generalistas na semana próxima, entre os dias 16 e 22 de março quando seriam realizadas as atividades referentes à Semana da Água.

### 3.3.2 Reunião com professores e diretoria da Escola de Sambaíba

Retornei a Januária dia 16 de março para participar da reunião que havíamos agendado com a Escola de Sambaíba e que precedia à Semana da Água. Ao chegar ao terminal rodoviário eram 7:00 da manhã, fui conduzido por Wellington até à casa de seus pais para um rápido café preparado com muito carinho por dona Alzira e partimos logo em seguida para a comunidade de Sambaíba onde nos reuniríamos com professores e diretores da escola.

Chegando à escola pude perceber que os professores manifestavam expectativas quanto à reunião sendo que a diretora veio ao meu encontro com uma receptividade não manifestada em nosso último encontro. Classifiquei como um gesto positivo a postura dos professores e da diretora. Parece que finalmente eles haviam despertado para o nosso propósito e isso renovou minha empolgação.

Após uma breve apresentação, iniciamos a reunião partindo da rememoração dos compromissos firmados durante o curso “*Ciência e saber local*”, para tanto utilizou-se de uma filmagem realizada durante o curso que registrou a passagem em que professores e membros da ASSUSBAC declaravam suas expectativas um em relação ao outro. Ao assistir o vídeo tanto os professores que não estavam presentes no curso puderam sintonizar-se com o que foi discutido naquele momento, como os professores que participaram do evento tiveram a oportunidade de resgatar na memória os compromissos firmados. Em seguida, eu e Wellington apresentamos a eles o projeto “(Re)Conhecimentos  *Gerais*: a Escola Rural e os Múltiplos Saberes do Povo  *Geralista*, Possibilidades e Limitações de Diálogo”, tentando fazer um resgate histórico da origem do projeto desde 2007, quando surgiu a demanda de um projeto voltado para as escolas – em uma reunião com vários membros das comunidades e organizações que participam do “Projeto de Recuperação do Rio dos Cochos” – até os compromissos firmados no curso “*Ciência e saber Local*”. Depois desses esclarecimentos partimos para o diálogo com os professores buscando identificar o grau de envolvimento que eles estavam dispostos a dedicar ao projeto.

A coordenadora pedagógica Lidiane se mostrou disposta em facilitar a ocorrência da aproximação entre a escola e as organizações, propondo a criação de um calendário de atividades que combinasse harmonicamente os eventos que a escola já havia incluído na sua programação e as possíveis atividades que poderiam surgir com o estabelecimento da parceria. Esta seria a forma de enfrentar as limitações que o currículo impõe aos professores na incorporação de atividades extracurriculares.

Considerando que a Semana da Água estava com a sua programação praticamente definida, ficou decidido que, nesse evento, os professores participariam como observadores e que para os próximos eventos eles se envolveriam efetivamente na elaboração e execução das atividades em parceria com as demais organizações. As atividades que entraram na programação da escola para o primeiro semestre foram:

- \* Cercamento de nascentes e atividades de educação ambiental relacionadas – 22 à 24 de abril.

- \* Celebração do dia das mães e atividades de divulgação do Grupo de Mulheres das comunidades – 13 à 15 de março.

- \* Semana do meio ambiente – 01 à 05 de junho.

- \* Avaliação das atividades desenvolvidas na escola no 1º semestre de 2009 – 16 à 17 de julho.



**Foto 13: Reunião com os professores na escola de Sambaíba.**

Fonte: Pesquisa de Campo março de 2009

O professor Emerson mencionou que já tentou várias vezes realizar uma aula de campo onde os estudantes estariam plantando mudas de árvores nativas, que compõem a

mata ciliar, às margens do rio e das nascentes, mas que devido à falta de apoio não conseguiu efetivar o projeto. Outros professores também manifestaram vontades de realizar atividades fora da escola e que talvez um projeto como o que estávamos tentando desenvolver poderia contribuir para que eles colocassem em prática, atividades que até então se mostravam de difícil execução.

Podemos dizer que avançamos muito nesta reunião quanto ao planejamento de atividades futuras, no entanto o que trouxe mais expectativas foi a iniciativa dos professores em expor suas propostas em reunião fazendo emergir exatamente o que o desenvolvimento do projeto exige: a participação não só na execução mas também na elaboração conjunta das ações futuras. Saímos da reunião com a esperança de que, nas próximas reuniões agendadas, os professores pudessem expressar ainda mais as suas tendências em estarem incorporando a realidade local e o diálogo com os parceiros, na sua prática pedagógica.

### **3.3.3 Semana da água: atividades nas escolas urbanas**

A programação da Semana da Água iniciou-se para nós, eu e Wellington, na terça-feira dia 17 de março com atividades de sensibilização sobre o tema, nas escolas urbanas. Embora o foco da pesquisa não seja as escolas urbanas, a minha participação junto com a Cáritas, nessas atividades, tornava-se importante no momento, se considerarmos que o trabalho em parceria representa uma via de mão dupla onde a troca de favores mútuos deixa de ser apenas um gesto de cortesia para se tornar também o elemento catalisador e fortalecedor da parceria, alimentando as relações de confiança entre os parceiros. Sendo assim, quando fui convidado pela Cáritas para ajudar nas atividades de sensibilização nas escolas urbanas, aceitei o convite sem hesitação, participando primeiro na Escola Estadual Onésio Bastos com estudantes de 1º à 4º séries e depois na Escola Estadual Princesa Januária com estudantes de 5º à 8º.

As atividades envolveram a apresentação de vídeos relacionados com o tema, seguidos de palestras interativas onde foram abordados os seguintes assuntos: Água no planeta; Dia da água; Usos da água; Mananciais superficiais; Rio São Francisco; Mata Ciliar; Assoreamento de Rios e Nascentes; Lixo e água; Atuação da Cáritas na região; e Projetos e Políticas Públicas para a convivência com o semi-árido. Utilizando de um conjunto de imagens projetadas e uma linguagem adaptada para cada público, conseguimos realizar o roteiro sem muitas dificuldades, o que acabou chamando atenção dos professores os quais chegaram a nos elogiar pela a iniciativa e pela

paciência com que nos dispusemos a dialogar com os estudantes, mesmo quando estes se mostravam um tanto quanto exaltados. Cabe também ressaltar o empenho dos diretores no sentido de disponibilizar todos os equipamentos disponíveis, para que nós realizássemos as atividades.

As ações nas escolas urbanas de Januária, durante Semana da Água, já compõem o calendário das escolas. Cada entidade, envolvida com o tema e participante do evento, fica responsável por realizar atividades de sensibilização em um determinado número de escolas. O fato novo ocorrido no ano de 2009 foi a inclusão de escolas rurais na programação, iniciativa defendida pelas organizações envolvidas no Projeto de Revitalização do rio dos Cochos, e justificada pelo histórico de mobilização das comunidades do lugar em prol da recuperação do rio. Foram incluídas na programação as escolas que representam os pólos da Educação Básica nas comunidades da sub-bacia do Rio dos Cochos: Escola do Sumidouro, Escola de Sambaíba, Escola de São Bento e Escola de Bom Jantar. Assim a Cáritas ficou responsável por realizar ações de sensibilização em seis escolas, sendo duas escolas urbanas além das quatro escolas da sub-bacia.

A extensão das atividades da Semana da Água para as escolas rurais tornou-se importante se considerarmos as especificidades, de cada território, no tratamento do tema. Isso faz com que o debate seja estendido às escolas rurais, considerando suas particularidades e evitando o discurso reducionista das companhias de saneamento que desconhecem os esforços das associações comunitárias rurais em conservar nascentes, córregos, veredas e rios da região.

#### **3.3.4 Semana da Água: Escola do Sumidouro**

As atividades nas escolas rurais iniciaram-se na quinta feira, 19 de março, e contaram com a presença de estudantes da UFMG – Campus de Montes Claros e da UFLA que se aliaram a nós com o objetivo de ampliar os temas a serem abordados e diversificar os espaços de sensibilização. Seguindo o curso do Rio dos Cochos, a primeira escola a sediar as atividades, foi a escola da comunidade de Sumidouro onde, uma turma multisseriada com 17 estudantes de 1º a 4º série nos esperava sob a orientação da professora Eunice.



**Foto 14: Escola de Sumidouro**

Fonte: Pesquisa de Campo Março de 2009

A atividade combinou vários momentos intercalando:

- \* Amostras de vídeos relacionados ao tema.
- \* Apresentação de slides acompanhada de diálogo explicativo.
- \* Reflexão sobre a quantidade de água do planeta e a quantidade de água disponível para uso e consumo humano a partir da analogia com um copo d'água e conta-gotas.
- \* Dinâmica de interação envolvendo cartazes com desenhos representando a agricultura convencional, o agroextrativismo e o ciclo da água.
- \* Leitura de um trecho do livro de Guimarães Rosa.
- \* Fala de membros da comunidade sobre a água, rio dos cochos , história e atualidades da região.

Os estudantes demonstraram interesse e participação durante o tempo em que estávamos na escola. A falta de conhecimento quanto à localização e em alguns casos sobre a própria existência do Rio dos Cochos era evidente entre a maioria dos estudantes, enquanto que poucos manifestavam algum comentário sobre o rio. A participação de Seu Geraldo, agricultor da comunidade de Sumidouro, foi muito importante para maior esclarecimento dos estudantes sobre a história do rio assim como das estratégias que têm sido desenvolvidas para a recuperação do rio. Pode se dizer que esse espaço foi um dos mais importantes, em que um velho agricultor falava da história



do lugar para as crianças da comunidade. Era como se naquele momento, o saber da prática política dos agricultores penetrasse por uma pequena brecha aberta na estrutura rígida dos conteúdos básicos curriculares, estabelecendo mesmo que temporariamente um vínculo entre a sala de aula e a realidade local.



**Foto 15: Seu Geraldo fala sobre o rio dos Cochos para os estudantes.**  
Fonte: Pesquisa de Campo março de 2009

A professora se mostrou pouco envolvida com o tema, quase que indiferente. Ao término das atividades ela pediu a palavra e dirigiu uma série de críticas, principalmente aos órgãos ambientais. Diante desse fato, as atividades que estavam voltadas principalmente para os estudantes, tornaram-se um diálogo de esclarecimento entre a equipe e a professora. Durante esta conversa que durou cerca de 25 minutos a professora manifestou sua opinião quanto ao tema, expressando enfaticamente a sua descrença quanto à possibilidade de recuperação do rio dos Cochos. Neste momento percebi que todos da equipe sentiram que o diálogo não estava enriquecendo as atividades, muito menos contribuindo para fortalecer a mensagem que propomos passar. Sendo assim encerramos a atividade.

Cabe lembrar que a Professora Eunice foi quem mais relutou em participar do curso de formação “Ciência e Saber Local”, o que me fez entender que ela não tinha muito conhecimento sobre os projetos da Cáritas e da ASSUSBAC e que havia alguma falha nas atividades de divulgação dos projetos por parte das organizações responsáveis, o que justificava a descrença da professora quanto ao projeto.

Quando caminhávamos para a escola de Sambaíba, comentamos com Wellington sobre o caso da professora Eunice e ele concordou que seria necessário maiores esclarecimentos da Cáritas e da ASSUSBAC sobre os projetos que estão em andamento.

### **3.3.5 Semana da Água: Escola de Sambaíba**

Chegando à escola de Sambaíba, fomos muito bem recebidos pela diretora e demais professores. Considerando que o número de estudantes em Sambaíba era maior que em Sumidouro, foi necessário dividirmos estes em três grupos: 1º ao 3º ano, 4º ao 6º e 7º ao 8º ano, sendo cada grupo acompanhado por no mínimo dois professores. Dividimos também a nossa equipe em três sendo que cada grupo ocupou uma sala. Ao término da apresentação, cada grupo de estudantes se deslocava para a sala seguinte e a apresentação era reiniciada com alguns ajustes para as especificidades da faixa etária do novo grupo. As atividades foram muito bem recebidas e a princípio parecia ter agradado os professores que ao fim das atividades elogiaram a equipe frisando a seriedade com que o trabalho havia sido conduzido e a linguagem que foi usada para passar as mensagens, segundo eles bem adaptada para o nível de escolaridade dos estudantes.

Dona Nenzinha e Dona Lurdinha ficaram responsáveis por contar aos estudantes a história do rio, da comunidade e da escola. Isso porque, a mãe de Dona Lurdinha fora a primeira professora da comunidade e ela, seguindo os exemplos da mãe, também lecionara durante um bom tempo, chegando a ser diretora da escola em determinado momento. São fatos que marcam a história da comunidade e que fazem ligação direta com as questões debatidas atualmente pelos membros da Associação: os impactos socioambientais causados pela redução na oferta de terras e recursos hídricos e a função da escola diante deste contexto.

Ao falar dos impactos na região Dona Lurdinha enfatizou a fartura de peixes, como piau e traíra, que outrora se via na sub-bacia e que em função do secamento do rio quase não se vê mais. Segundo dona Lurdinha, até jacaré era possível se avistar nas várzeas e veredas do lugar e hoje em dia é muito raro isso acontecer.



**Foto 16: Dona Lurdinha fala sobre frutos nativos para os estudantes.**

Fonte: Pesquisa de campo março de 2009

Ao contrário da escola de Sumidouro, os professores em Sambaíba se envolveram com o trabalho. Alguns chegaram a afirmar que estudantes que quase nunca se manifestam dentro da sala de aula, participaram muito da nossa discussão e que isso era um ponto muito positivo. Percebia-se nas falas dos professores certa vontade de abraçar tais atividades como método a ser usado na escola. O contato com a realidade durante o curso “Ciência e Saber Local” sem dúvida deixou marcas da necessidade de contextualizar a prática pedagógica na escola. É irracional olhar pela janela da sala de aula e não ver o sertão, torna-se angustiante ver a escola no meio do sertão e não ver o sertão dentro da sala de aula. No entanto, até o momento não podíamos afirmar o porquê isso não acontecia.

Voltamos para Januária onde passaríamos a noite. No dia seguinte seriam visitadas as outras duas escolas.

### **3.3.6 Semana da Água: São Bento**

No segundo dia de atividades partimos para a comunidade de São Bento numa manhã de muito sol em Januária. Em função das fortes chuvas que havia caído na região, como já é rotina, formou-se uma grande cratera na estrada que nos conduziria à

comunidade, o que nos forçou a pegar um caminho mais longo para chegarmos até a escola.

A escola de São Bento se assemelha muito com escola de Sumidouro. Uma única turma multiseriada onde concentra-se as séries de 1º à 4º, uma única professora e uma serviçal. Diferentemente da escola de Sumidouro, nesse caso, a professora não ocupa o cargo de diretora, uma vez que, a escola de São Bento é uma extensão da escola de Bom Jantar, ficando os encargos de direção concentrados na Escola de Bom Jantar.

A equipe se impressionou com o abandono da escola. Faltava água há mais de um mês e o repasse da verba da merenda estava atrasado há quase dois meses. A refeição dos estudantes se resumia a pequenos pedaços de rapadura doados por pessoas da comunidade. Este abandono se manifestou mais intensamente na hora do desenvolvimento das atividades, quando nos deparamos com uma extrema dificuldade de prender a atenção dos estudantes no tema que estávamos abordando. Eles pareciam estar em outro lugar e foram tentadas várias formas de fazê-los despertar para o tema e participar do debate. A estratégia que mais funcionou foi a exposição dos cartazes embora alguns pareciam realizar as atividades mecanicamente. Tentamos cantar a cantiga de roda “Peixe vivo” para desinibi-los e por incrível que pareça ninguém sabia cantar a música. Nem quando Adailton – membro da comunidade convidado para falar sobre o rio dos Cochos – apresentou seus comentários, falando sobre o rio que era grande e que hoje é um riachinho secando, os estudantes colocaram algum comentário.

A professora não se manifestou em nenhum momento e quando questionada pela apatia dos estudantes ela disse que eles eram muito tímidos por que vinham de famílias muito pobres.

Antecipamos as atividades e aproveitamos o tempo que restou para fazermos uma avaliação do ocorrido na escola de São Bento. Apesar da falta d’água, a serviçal não mediu esforços para conseguir um pouco de água. O suficiente para preparar um aguado<sup>12</sup> de limão para a equipe e os estudantes.

---

<sup>12</sup> Aguado é uma bebida, espécie de refresco de fruta, que embora carregue o nome da fruta (garapa de limão, garapa de laranja), leva mais água e açúcar no seu preparo do que a fruta em si. Segundo Jessier Quirino, o aguado é: “Como se trata de um planeta onde a língua é a mesma só que o sotaque é diferente... aí eles vem e diz assim: Mas o quê que é o aguado? O aguado é uma garapinha de limão, uma garapinha de laranja, um refresquinho ralo de uma fruta... aí eu vou e digo assim: Quer ver o bom? É o aguado quando leva açúcar, é ter a cuca açucarada num beijo roubado, é o pecado confessado ao mestre sereno, levar sereno num terreiro bem enluarado...” (Jessier Quirino: Bolero de Isabel).





**Foto 17: Adailton conversa sobre o rio com os estudantes da escola de São Bento.**

Fonte: Pesquisa de campo março de 2009

Sentia-se que a equipe estava decepcionada com o resultado da atividade. Todos concordavam com a necessidade de melhorarmos nossa metodologia, porém, era evidente que a postura da professora não cultivava o hábito de estimular o debate dentro da sala de aula e além de tudo tal comportamento por parte dos estudantes era justificado pela condição socioeconômica. A observação da professora revela mais um drama da educação rural em que seus estudantes não são estimulados a expressarem suas opiniões e posicionamentos simplesmente pelo fato de serem pobres. Eu particularmente não vejo forma mais eficaz de manter a ordem hierárquica das relações de poder na região.

Alguns membros da equipe da UFMG afirmaram que o caso da escola de São Bento já era conhecido por eles, uma vez que, em 2007 quando realizou-se na escola, atividades relacionadas com a semana do meio ambiente, a participação dos estudantes foi mínima. Aldair, agricultor da comunidade e membro da ASSUSBAC, afirmou que a escola sempre foi problemática. Concluímos que seria necessário inserirmos dinâmicas de recreação mais interativas para estimularmos o debate e conseguirmos vencer a barreira imposta pela dificuldade dos estudantes de expressarem suas opiniões quanto aos temas.

O que ficou claro nesse momento foi que, as escolas de 1º à 4º séries são as mais problemáticas da sub-bacia. Não só no que diz respeito à infraestrutura, mas também no envolvimento dos professores na problemática discutida na região, no interesse destes pela questão. Ficou explícita a demanda exigida pela realidade daquelas comunidades, por uma reformulação dos métodos de ensino, que possa formar sujeitos capacitados para atuar de forma mais ativa dentro da sua realidade, e não seres reprimidos pela sua condição socioeconômica e por isso incapazes de expressar seus sentimentos, suas indignações, suas indagações e opiniões. Métodos de ensino que estimulem a participação, a organização, o reconhecimento da sua identidade enquanto sujeitos transformadores da realidade a qual estão inseridos, realidade esta que é fruto de um histórico de opressão vivenciado por várias gerações de camponeses na região.

### **3.3.7 Semana da Água: Bom Jantar**

Almoçamos na cidade de Januária e retornamos às 14h00min para a escola de Bom Jantar onde seriam encerradas as atividades nas escolas rurais, referentes à Semana da Água. A escola de Bom Jantar é composta por turmas de 8º série, do ensino médio e da Educação de Jovens e Adultos – a EJA.

Chegando à escola fomos surpreendidos pela recepção que fora preparada para nós. Uma das professoras que havia participado do curso “Ciência e Saber Local” elaborou juntamente com seus estudantes vários trabalhos de redação e poesia envolvendo os temas do curso, e estes estavam expostos no pátio da escola. A escola parecia já estar no clima da discussão. Por se tratar de uma escola com um número maior de estudantes decidimos por usar a mesma metodologia usada na escola de Sambaíba, em que nossa equipe se dividia ocupando três salas e os estudantes divididos em três grupos se deslocavam de sala em sala.

O desenvolvimento das atividades na escola de Bom Jantar superou as expectativas. A participação dos estudantes foi bastante expressiva. Os professores e a diretora se mostraram totalmente abertos para debater o tema juntamente com a nossa equipe e os estudantes. Mais que isso, observamos que os estudantes já estavam cientes de algumas informações básicas para receberem a nossa intenção de passar uma mensagem com relação à água e o esgotamento dos recursos hídricos na região. Tal fato pode ser percebido quando foi apresentado um desenho relacionando a prática da agricultura convencional e redução da oferta de recursos hídricos e um estudante se

manifestou dizendo que a redução da vazão do rio era causada pelo desmatamento das margens seguido de aragem e gradagem próxima ao leito.

Gené, agricultor da comunidade, membro da ASSUSBAC e da Cáritas Diocesana de Januária ficou responsável por contar sua história como ex-funcionário de uma empresa reflorestadora e produtora de carvão – numa época de dificuldades financeiras, falta de incentivos e oportunidades para produzir – e a mudança de pensamento que o fez se aliar aos movimentos sociais da região para lutar pela revitalização do rio dos Cochos. O caso de Gene é bastante educativo, uma vez que, exemplifica a tomada de consciência por parte de um grupo, com relação aos malefícios causados por uma atividade produtiva insustentável, em termos socioambientais, implementada num passado recente na região. Mais que isso, o relato de Gené consegue apontar possibilidades e alternativas para a recuperação de uma relação mais sustentável entre a prática produtiva das comunidades e os recursos disponíveis para a reprodução social desses agricultores, relação ainda presente no conhecimento tradicional desses povos.



**Foto 18: Gené conta sua experiência aos estudantes.**

Fonte: Pesquisa de campo março de 2009

O desenvolvimento das atividades na escola de Bom Jantar revelou, quando comparado com as outras escolas, uma maior tendência desta escola em trabalhar em

parceria com as instituições envolvidas no Projeto de Revitalização do rio do Cochos. A empolgação dos professores, a participação dos estudantes, as iniciativas já presentes na escola e todo o clima receptivo à proposta das organizações parceiras apontaram para possibilidades de um bom relacionamento e uma boa interação em ações futuras.

O clima favorável permitiu que avançássemos ainda mais em nossos objetivos. Terminadas as atividades conseguimos realizar uma avaliação, com a participação dos professores. Todos elogiaram a forma como as atividades foram desenvolvidas e sugeriram uma atividade relacionada com a cultura negra e o autoconhecimento da negritude, como um novo tema para ser trabalhado, uma vez que, na escola, é marcante a predominância de estudantes negros.

Terminada a avaliação, fez-se a despedida da equipe ali mesmo. Uns seguiram para Montes Claros, outros para Lavras, alguns ficaram em Januária e eu embarquei num ônibus para Brasília, na bagagem anotações, dúvidas, conhecimentos frustrações e esperanças; mas uma ponta de certeza de que alguma coisa deixei por lá.

Ônibus famoso este, principalmente pelas doze horas de viagem, sendo boa parte delas percorrendo estradas de chão que cortam comunidades rurais e vilarejos do norte de Minas, até chegar a Goiás e depois no Distrito Federal. Diz-se que essa estrada era uma antiga rota de carros de boi, onde tropeiros com suas tralhas levavam coisas dali pra cá, daqui pra lá. Conseqüência das chamadas “picadas de Goiás”. O meio de transporte mudou, mas a tradição das coisas parece que não mudou muito. Tanto, que é comum ver motorista aceitando pedaço de bolo de puba, queijo, rapadura, leite, cachaça e até maniva de mandioca; isso em troca de um transporte até a comunidade mais próxima ou recompensando a entrega dos documentos para a aposentadoria de dona fulana dum arraial meia hora dali; isso quando ele e o cobrador não resolvem parar na casa d’algum agricultor precisado de favor que oferece um cafezinho acompanhado de um pão de queijo feito na hora, enquanto passageiro espera ansioso de chegar em casa; ou então quando no meio do sertão se avista um pé de pequi carregado. Aí, sem mais demora o ônibus pára e só se vê motorista, cobrador, passageiro; uma correria de gente catando pequi do chão e os maduros do pé. È... mudou o nome do carro, mas todo mundo ainda leva e traz as coisas de sempre, as coisas do sertão, as coisas da tradição. Eu também levo e trago coisas.



### **3.3.8 Uma avaliação geral da Semana da água nas escolas rurais**

A partir do desenvolvimento das atividades da Semana da Água, foi possível explicitar as especificidades das escolas ao longo da sub-bacia. Disparidades foram encontradas no que se refere ao envolvimento dos professores na problemática enfrentada pelos agricultores, também foi possível observar diferenças estruturais que limitam o desempenho das escolas no que diz respeito ao desenvolvimento do processo educativo. A escola de São Bento apresentou o caso mais dramático tanto no contexto estrutural quanto no entendimento e envolvimento da professora com os temas abordados. Também foi observada em São Bento, certa limitação por parte dos estudantes em se prenderem ao conteúdo apresentado, estes se mostraram demasiadamente retraídos e com dificuldades de expressar suas opiniões. A situação mais preocupante reside justamente nas justificativas para tal comportamento, condicionado segundo reflexão da professora, pela origem pobre dos estudantes. Embora a falta de renda das famílias dos estudantes possa ter influências no desenvolvimento intelectual e no grau de socialização destes, acredito eu que este fator não determina tal comportamento. Fatores de origem histórica podem ter relevante contribuição para essa reflexão. Um aprofundamento sobre as relações de poder que condicionaram a exclusão social que as comunidades no entorno de São Bento sofreram ao longo de sua história, destacando aqui as comunidades remanescentes de quilombos, poderia trazer um maior entendimento para o comportamento dos estudantes na escola.

### **3.4 Reunião de Planejamento dia 13 de abril**

Dia 13 de abril, segunda-feira retornei à Januária para o planejamento das atividades agendadas na última visita. Como a reunião estava marcada para as 9:00 horas tive que partir direto do terminal rodoviário para a comunidade de Sambaíba, uma vez que, o ônibus que tinha previsão de chegar por volta de 6:30 atrasou-se, desembarcando quase 8:00 horas da manhã em Januária.

Embora tenha me esforçado para estar na escola no horário marcado, o mesmo não aconteceu com a diretora e a especialista em educação, pessoas importantes para a reunião. Quando cheguei à escola, encontravam-se apenas alguns professores, e estes informaram que a diretora não compareceria naquele dia, em função de outros compromissos agendados, e a especialista em educação esquecera-se do compromisso firmado e deveria chegar no horário de costume, depois do almoço.

Senti-me frustrado com a ausência das duas profissionais, no entanto aproveitamos o momento e nos reunimos com os professores para planejar uma próxima atividade. Compareceram à reunião além de seis professores da escola, Wellington representante da Cáritas e Elenice representante da ASSUSBAC e do Grupo de Mulheres. Primeiramente tentamos fazer uma breve avaliação da semana da água e sobre o que poderia ser melhorado. Os professores elogiaram muito o evento e ninguém quis se manifestar quanto ao que poderia ser melhorado. Em face disso, eu me manifestei dizendo que talvez o evento poderia ter sido ainda melhor se os professores tivessem a oportunidade, naquele momento, de participar do planejamento e da execução das atividades. Assim iniciamos a reunião, enfatizando a participação dos professores nas próximas ações. Foi exposto novamente o calendário marcado no último encontro para que fosse reavaliado. Os professores resolveram manter as datas.

Eu e Wellington questionamos se além dos projetos já mencionados por eles, haviam outros que eles gostariam de desenvolver na escola. Foram sugeridas:

- Plantio de mudas de árvores
- Atividade de campo no “Projeto Minas em Destaque”<sup>13</sup>
- Lixo e gestão de resíduos
- Visita ao Horto Florestal do IEF
- Construção de horta comunitária na escola
- Olimpíada – Jogos Esportivos

A próxima atividade, segundo o calendário construído no último encontro era o acompanhamento das escolas nas atividades da Cáritas e da ASSUSBAC, de cercamento de nascentes e matas ciliares que ocorreria nos dias 24, 25 e 26 de abril. No entanto, segundo Wellington essa atividade teria sido adiada ficando marcado para esses dias apenas uma reunião com representantes da Emater e do IEF para definir o projeto de cercamento das áreas. Para esse dia ficou definido que seria de suma importância a presença de um representante da escola e que isso seria definido na véspera pelos professores da escola.

Diante deste contexto a próxima atividade passaria a ser a apresentação do Grupo de Mulheres no evento de celebração do Dia das Mães que ocorre todo ano na

---

<sup>13</sup> Programa instituído pelo projeto de lei 1.598/2001 que propõe que em todas as escolas da rede pública estadual de Minas Gerais, deverão ser promovidas junto aos alunos, eventos, palestras e ou atividades similares que visem dar maior destaque ao Estado de Minas Gerais na segunda quinzena do mês de abril, em que se comemora, no dia 21, o Dia do Estado de Minas Gerais (Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais).

escola. Elenice, representante da ASSUSBAC e do Grupo de Mulheres, explicou que o Grupo de Mulheres é uma organização que tem como um dos objetivos, incentivar a valorização dos produtos artesanais confeccionados pelas mulheres além de buscar financiamentos por meio da mobilização das mulheres na sub-bacia. Ficou decidido que haveria uma exposição dos produtos no dia da apresentação do grupo, concomitantemente com a celebração do Dia das Mães.

Foi relatado pelos professores, a vontade de realizarem alguma atividade voltada para o saber local da comunidade, durante o Projeto “Minas em Destaque” que aconteceria naquela mesma semana. O professor Emerson, sugeriu uma visita a uma Gruta do Curral de Pedras próxima à escola, fonte de muitas lendas na comunidade. Embora Wellington tenha dito que não seria possível a sua participação no evento, resolvi assumir a participação na atividade, como desafio à capacidade dos professores em organizar uma saída de campo com os estudantes. Passamos então a planejar tal atividade.

Decidimos lugar, transporte e horário. Eu e Wellington ficamos responsáveis por convidar Seu Ari e Seu Tião para dar uma aula de história sobre a gruta. Percebi que os professores não tinham o hábito de planejarem saídas de campo, uma vez que, não se preocuparam muito em definir os grupos de estudantes, o trabalho dos professores durante a atividade, o objetivo da visita e muito menos conhecer o local antes da visita, embora muitas vezes tenhamos alertado para tais observações.

Devido à ausência da diretora e da especialista em educação, nossa reunião terminou mais cedo do que imaginávamos. Deixamos os professores responsáveis por informar a diretora e a especialista de que voltaríamos no dia seguinte para conversar com elas sobre o que havia sido discutido.

Terminada a reunião, Wellington sugeriu que aproveitássemos o tempo e fôssemos à escola de Bom Jantar para sondarmos as expectativas dos professores de lá, quanto ao desenvolvimento de atividades relacionadas, na escola. Essa sugestão já fazia-se presente em minhas reflexões, e tinha raiz justamente na boa recepção e no feedback que tivemos por parte da comunidade escolar de Bom Jantar durante as atividades da semana da água. No entanto, até o momento, eu me mantinha parcimonioso quanto à possibilidade de incluir esta escola nas atividades agendadas, por temer sobrecarregar tanto os membros da ASSUSBAC quanto os parceiros da Cáritas. Como a iniciativa vinha de Wellington e ele argumentava que havia conversado com a escola depois da Semana da água e pôde visualizar tal possibilidade, considerei que ele

estava ciente da carga de trabalho que assumiríamos caso incluíssemos a escola. Aceitei a proposta.

Ao chegarmos à escola, estendemos um pouco mais a reunião dos professores, que já acontecia, para debatermos os assuntos que trazíamos. No decorrer da reunião foi apresentado o calendário da escola e decidimos que as atividades relacionadas ao cercamento de nascentes e mata ciliar entrariam no calendário da escola assim que fossem decididas as suas datas. Quanto à atividade do Dia das Mães as professoras sugeriram que fosse feita alguma atividade relacionada com “juventude e violência” considerando que esse debate era uma demanda da escola. A diretora da escola e Wellington combinaram de definir algum representante da Cáritas que trabalhasse com o tema para agendar uma palestra. A Semana do Meio Ambiente em junho já estava incluída no calendário da escola, assim sendo ficou firmada a parceria entre Cáritas, ASSUSBAC, escola e universidades na realização do evento.



**Foto 19: Reunião de planejamento das atividades na escola de Bom Jantar**

Fonte: Pesquisa de campo abril de 2009

Quando perguntados sobre projetos que eles tinham vontade de desenvolver foram citados:

- Desenvolvimento de uma horta na escola.
- Círculo de debate sobre violência na escola

- Apoio ao projeto iniciado pela professora Onilda que envolve “literatura e meio ambiente”

À primeira vista, a manifestação dos professores da escola de Bom Jantar estava direcionada para o fortalecimento das parcerias com as organizações, caberia a nós aguardarmos a próxima atividade para comprovarmos tal tendência. As propostas de projetos sugeridas pela escola foram registradas para serem debatidas futuramente entre os parceiros

Na terça-feira, dia 14 de abril retornei à escola de Sambaíba para avançarmos no planejamento da visita à Gruta do Curral de Pedras e repassar à diretoria o que havíamos debatido no dia anterior com os professores da escola. Nesse dia a diretoria se encontrava na escola e quando apresentei os pontos que haviam sido debatidos na reunião do dia anterior percebi certo tom de reprovação por parte da diretora que chegou a nos acusar de atropelar suas decisões. Em face desta situação busquei amenizar dizendo que as coisas ainda não estavam definidas e que aqueles pontos representavam encaminhamentos que deveriam passar pela diretoria para serem confirmados. Percebi que a diretora modificou por capricho o horário, aspectos do transporte dos estudantes e mais alguns poucos pontos do que decidimos na reunião passada. No entanto, ela não quis participar da visita muito menos opinar sobre a dinâmica de desenvolvimento da visita de campo. Esse fato deixou claro pra mim a centralização das decisões na escola. Nenhum professor se manifestou com relação à diretora. Ela realmente parece ser a “dona da bola”. E isso eu também precisava saber.

### **3.4.1 Minas em Destaque**

Como decidido na reunião com a diretora, a visita à gruta ficou marcada para as 14:30 horas. Em função da falta de transporte para a escola neste horário fui obrigado a pegar um ônibus às 8:00 horas da manhã para estar lá às 9:00 horas. Estive, durante todo o tempo que antecedeu a visita, na escola. Embora a maioria dos professores não se reprimisse com a minha presença pude perceber que a diretora e algumas professoras não se sentiam muito à vontade. A meu ver, eles pareciam cobrados de alguma coisa. A princípio pensei ser reflexo das cobranças feitas pela Superintendência de Ensino que historicamente tem sido representada como uma organização que fiscaliza e cobra alguma postura da escola, mas isso não parecia ser o único motivo do incomodo.

Em face do clima de cobrança que parecia estar instalado – o que não favorecia a pesquisa – resolvi puxar conversa com a diretora e os professores e pude notar alguma

inquietação. Perguntei sobre o Conselho Escolar e por quem ele é formado. Foi aí que eu comecei a entender uma das causas de porque pessoas de fora eram vistas de forma ameaçadora por um grupo de professores e pela diretoria.

O Conselho Escolar é formado por sete membros sendo três representantes de pais, dois professores, a especialista em educação e mais a diretora, a qual é presidente do conselho. A diretora me passou uma lista com os nomes dos membros. O tema também não era dos mais agradáveis, busquei não intensificar o clima tenso direcionando a conversa mais para a importância do conselho de forma geral e deixei de lado o debate sobre sua formação e legitimidade. Aquele momento, definitivamente não era o melhor para aprofundar em tais pontos.

Procurei me aproximar dos professores tornando o clima mais descontraído debatendo assuntos do cotidiano escolar. Após o almoço, o ambiente parecia mais agradável e quando chegou a hora da visita estávamos bem mais entrosados e descontraídos. Entramos no ônibus e partimos rumo à Gruta do Curral de Pedras, onde Seu Ari nos esperava.

As más condições das estradas exigiram que descêssemos do ônibus e terminássemos de chegar até o local da gruta a pé. Caminhamos cerca de 300 metros e chegamos a um terreno cercado com árvores altas. Seu Ari comentou que aquela área não estava sendo usada há 5 anos o que justificava o nível de preservação que a área se encontrava e dava evidências da rápida recuperação da vegetação do cerrado. Como Seu Tião não poderia estar presente no horário que ficou definido para fazermos a visita, seu filho Daniel, estudante do segundo grau da escola, se dispôs a estar comentando sobre a história do lugar. Entramos por uma trilha na mata e até então tudo corria bem. Chegamos ao local e era um pequeno despenhadeiro com pedras formando uma escada que dava acesso à entrada da gruta. Nesse momento, ficou evidente que faltou planejamento por parte dos professores antes da realização da atividade. Os estudantes se misturaram e se dispersaram muito no local, de forma que ficou difícil mantê-los concentrados no objetivo da visita, fato que foi confirmado quando o professor Emerson tentou fazer seus comentários sobre a vegetação e a formação geológica do lugar e foi impedido pelo barulho causado pela euforia dos estudantes. Temendo que o mesmo ocorresse durante a fala de seu Ari e Daniel, nos reunimos rapidamente e definimos que algumas turmas voltariam para a estrada enquanto os dois moradores do lugar falariam aos grupos que permanecessem. Parecia ser a atividade mais sensata no momento, uma

vez que, estávamos com 70 estudantes no local, e tornava-se perigoso a permanência de um grupo numeroso próximo às pedras.

Foi o que aconteceu, dividimos os estudantes em dois grupos ficando no local apenas os estudantes das turmas mais avançadas. Seu Ari, morador há 41 anos da comunidade de curral de pedras, começou a contar as histórias do lugar: segundo ele o dono do terreno, Seu Rosário, havia lhe dito que não tinha informação de quem destruiu o curral de pedras que dá nome à localidade e que fora construído pelos indígenas que habitaram a região, mas Joaquim Quente, marido de Dona Rosa, Pai de Ney, afirmou que fora mandado dos vizinhos, o finado Manassés, o Renato e a mulher dele, os dois falecidos, para fazer caieiras<sup>14</sup>. Isso aconteceu a mais de 40 anos e para tanto veio um moço do Barreiro – comunidade próxima – chamado Flaviano e começou, junto com os vizinhos, a fazer as caieiras com as pedras do curral. Fizeram uma, duas, na terceira ou quarta caieira eles acharam uma miniatura da caveira de um boi gruzerá, muito bonita e que parecia ser de ouro ou prata. Quando eles foram almoçar na casa de Seu Manassés, o fazendeiro pelejou para comprar a caveira encontrada por Flaviano, fazendo a ele diversas ofertas pela venda do achado. Segundo conta os antigos, antes da retirada desta caveira acontecia de uma tocha de fogo sair da gruta e sobrevoar o terreno indo em direção ao riacho, mas que depois da retirada da caveira não se viu mais a tocha de fogo. Segundo Seu Ari, os povos das comunidades vizinhas costumam falar: “*lá no morro do Seu Manassés tem um ouro...*” mas que ninguém sabe se realmente existe ouro dentro da gruta. Essa história parece ser uma fusão das lendas da “Mãe do Ouro” e “As Minas de Prata de Robério Dias” relatadas por estudiosos como Saul Martins (1964) e Diogo Vasconcelos (1974). Seu Ari acredita que o curral não deveria ter sido destruído por se tratar de uma memória da comunidade, mas argumenta que naquele tempo o estudo das coisas era diferente, não se valorizava essas histórias e que hoje parece que as pessoas estão procurando ver mais as coisas bonitas do mundo, como a mata que já havia sido destruída e que se refez.

Os professores perguntaram se havia dentro da gruta algum vestígio da civilização indígena que habitara a região. Seu Ari respondeu que panelas ou espécies de vasilhames nunca foram encontrados mas Daniel afirmou que com boa iluminação é possível ver marcas deixadas nas pedras dentro da gruta, em forma de desenho e pinturas mas que em alguns lugares são ainda inexplorados. Seu Ari complementou

---

<sup>14</sup> Forno onde se faz a cal.



dizendo que não se tem notícia da tal caveirinha encontrada com Flaviano. Pode ser que ele tenha vendido ou que ainda se encontre com ele.



**Foto 20: Seu Ari narra a história da gruta.**

Fonte: Pesquisa de campo abril de 2009

Voltamos para a estrada e ao encontramos os estudantes das séries iniciais, Seu Ari repediou as histórias que havia contado ao outro grupo anteriormente. Voltamos para o ônibus a caminho da escola onde os estudantes seriam liberados e faríamos uma pequena avaliação.

### **3.4.2 Avaliação da atividade na Gruta do Curral de pedras – Minas em destaque**

Na avaliação, foram evidenciados pela maioria dos professores, os problemas que enfrentamos durante o desenvolvimento das atividades. Alguns professores foram acusados de não se esforçarem no sentido de conter a euforia dos estudantes e que isso teria prejudicado o desenvolvimento das atividades. O professor Emerson ponderou dizendo que não via os problemas ocorridos durante a atividade como uma coisa totalmente ruim. Que aquilo indicava falta de planejamento e que poderia ser encarado como uma lição para que nas próximas atividades o espaço reservado ao planejamento seja mais valorizado. Tentei colocar a fala de Emerson no centro da discussão dizendo que, a gente poderia aprender com os erros para que a cada atividade melhorássemos



ainda mais tanto no planejamento como na execução, mas, fui surpreendido pela fala da diretora que cobrava resultados imediatos alegando que a superintendência de ensino cobrava relatórios da escola, referentes a essas atividades, e que não poderia ser relatada uma atividade que não tivesse resultados imediatos. Nesse momento houve uma polarização onde um grupo maior de professores apoiava os resultados imediatos da diretora e um grupo de dois professores apoiava timidamente a proposta de aprendizagem continuada sugerida por Emerson, embora este último não se manifestasse muito. O rico debate que foi gerado, não pode continuar por muito tempo, uma vez que, o ônibus que nos levaríamos para a cidade estava próximo de chegar e depois dele não haveria outro. Encerramos a discussão e no caminho do ponto de ônibus fui conversando com Emerson que se mostrava satisfeito com o resultado da atividade mesmo sabendo da desaprovação da diretora e do apoio incondicional da maioria dos professores. Ele disse: “aos poucos a gente vai aprendendo... a gente não tem o costume de fazer saídas de campo.”

Mais uma vez ficou evidenciado, o domínio da diretoria sobre os professores, agora justificado pela cobrança de resultados pela superintendência de ensino. O apoio ao pensamento do professor Emerson, no momento parecia me distanciar da diretoria e dos outros professores, mas sem dúvida a postura do professor se aproximava mais do objetivo das ações que havíamos planejado no início das atividades.

### **3.5 Atividade do dia das mães teve que ser cancelada**

Um fato importante que ainda não foi tratado nos meus escritos, é que tanto a Cáritas quanto a ASSUSBAC viveram no ano de 2009 um momento de intenso trabalho, uma vez que, o governo Lula tem apoiado com recursos a implementação de políticas públicas voltadas para a convivência com o semi-árido, sendo assim grande parte das organizações que atuam com projetos nessa área tem aproveitado o momento político para trabalharem no desenvolvimento de seus projetos. A Cáritas e a ASSUSBAC estão inseridas na Articulação do Semi-Árido a ASA, organização responsável por angariar recursos para a implementação de dois grandes programas de construção de cisternas de placas que funcionam como proposta alternativa de armazenamento de água para a convivência com o semi-árido, o Programa um Milhão de Cisternas – P1MC e o Programa uma água e duas terras – P1+2, o primeiro voltado para a construção de cisternas de placas para uso doméstico e o segundo voltado para o armazenamento de água para o consumo na produção agrícola.

Com as organizações empenhadas no desenvolvimento desses projetos o que ocorreu foi que no mês de maio houve uma sobrecarga de trabalho que inviabilizou a realização das atividades programadas para o dia das mães, que envolveria a apresentação dos trabalhos do grupo de mulheres para as escolas concomitantemente com as homenagens ao dia das mães. Considerando que os projetos inseridos nos programas da ASA envolvem grande investimento de recursos públicos com prazos definidos para serem usados na implementação das políticas públicas em questão, era de se esperar que as organizações envolvidas, priorizassem os projetos que naquele instante, eram mais viáveis devido ao momento político favorável, em detrimento das atividades voltadas para uma maior abertura social como é o caso das ações nas escolas.

Diante deste contexto, fui comunicado na primeira semana do mês de maio pela Cáritas e ASSUSBAC que as duas organizações não poderiam se empenhar de forma significativa na realização da atividade planejada para o dia das mães. Considerando que a ausência das duas organizações poderia comprometer o objetivo do evento decidimos comunicar à escola que a atividade seria cancelada, tendo o cuidado de deixar bem esclarecido o motivo de tal decisão.

O cancelamento da atividade agendada para o dia das mães ocorreu apenas na escola de Sambaíba, uma vez que, a escola de Bom Jantar já havia definido que realizaria, além das tradicionais homenagens ao dia das mães, apenas uma palestra sobre “Juventude e Violência”, tema considerado pertinente no cotidiano da escola. Ao receber a notícia do cancelamento das atividades programadas para o dia das mães, a diretora da escola de Sambaíba manifestou grande indignação. Segundo Wellington, principal interlocutor no processo de negociação com as escolas, a manifestação da diretoria representaria uma oportunidade ímpar de cobrar a ausência das organizações no evento, uma vez que, historicamente a escola que tem assumido o papel de instituição ausente nos eventos e por isso sempre foi muito cobrada. Por outro lado a cobrança das escolas pela presença das organizações pode ser visto como um indício da construção de uma nova relação entre as instituições, uma relação em que a escola tem se envolvido mais com os compromissos agendados.

### **3.6 Semana do Meio Ambiente**

Nos dias 03, 04 e 05 de junho realizou se na sub-bacia do rio dos Cochos as atividades programadas para a semana do meio ambiente. Para tanto, realizou-se novamente intensa articulação, entre as organizações envolvidas, para o planejamento

das ações. A Assusbac teve uma participação bastante tímida na realização das atividades, isso devido ao grande envolvimento de seus membros na execução dos projetos da Articulação do Semiárido – ASA que envolvem a construção de cisternas de placas para a captação de água da chuva. Em contraste com a pequena participação da Assusbac, foi observada uma grande participação da Cáritas, das universidades e principalmente das escolas.

As atividades da semana do meio ambiente foram marcadas pela realização de oficinas com os seguintes temas:

- \* Confecção de Biojóias (Pablo/UFLA & Wanessa/UFGM)
- \* Criação de Abelha sem ferrão (Thiago Meirelles/UFLA & Seu Louro/ASSUSBAC)
- \* Elementos básicos para a construção e sopro de pífanos (Bruno/-UNB & Amanda/ICA-UFGM)
- \* Conservação da natureza de bioindicadores (Deborah/UFLA & Baiano/PPJ)
- \* Construção e manejo de horta orgânica (Juramento/IFET-Inconfidentes e Malveira/Assusbac)
- \* Reaproveitamento de alimentos (Cristiane/UFGM e Janaína/UFGM)
- \* Recreação (Daniel/UFGM, Dáfine/UFGM, Pedro/UFGM)
- \* Criação de Suínos (Tiago/UFGM,)
- \* Criação de Caprinos (Geraldinho/Assusbac,
- \* Artesanato com garrafa pet (Márcia/Januária)
- \* Introdução à informática (Equipe UFGM)

As oficinas foram realizadas nas escolas das comunidades de Sumidouro, Sambaíba e Bom Jantar e além de professores e estudantes foram convidados também os moradores das comunidades. A ampla divulgação realizada pela Cáritas favoreceu o sucesso do evento que contou com aproximadamente 50 pessoas na escola de sumidouro, 100 pessoas na escola de Sambaíba e mais de 200 na escola de Bom Jantar. As inscrições eram realizadas nas escolas a partir das 8:00 horas, as oficinas começavam às 9:00 horas tinham uma pausa para o almoço às 12:00 horas e recomeçavam às 14:00 com término previsto para às 17:00 horas.

### **3.6.1 Semana do meio ambiente – Comunidade de Sumidouro**

A maratona de oficinas iniciou-se no dia 03/06 na comunidade de Sumidouro. A participação das comunidades de Cabeceira dos Cochos e Sumidouro não foi tão

expressiva embora a escola tenha se mostrado bastante receptiva. Segundo relatos da Cáritas e da Assusbac, desde o início das mobilizações das comunidades para a elaboração do Projeto de Revitalização do Rio dos Cochos a comunidade de Sumidouro tem se mantido pouco participativa – devido à descrença dos moradores quanto ao projeto, uma vez que, na comunidade o rio se encontra praticamente seco – em contraste com a comunidade de Cabeceira dos Cochos que sempre marca presença com um número relativamente maior de representantes.

Diante da presença reduzida de pessoas, o número de oficinas também foi reduzido. Como já era esperado que a comunidade não participasse com grande número de representantes, parte da equipe das universidades não ofereceu oficinas nesse dia, priorizando assim as escolas onde era esperado um número maior de estudantes e moradores das comunidades. As oficinas ofertadas à escola de Sumidouro foram:

- Artesanato com garrafa PET
- Criação de Bovinos e Suínos
- Recreação

Os participantes se mostraram muito interessados nos temas com exceção da professora que se recusou a participar das oficinas e se retirou da escola pouco depois do início das mesmas, deixando os estudantes sobre a tutela dosicineiros. Ao exemplo das outras atividades realizadas a professora da escola de Sumidouro não se rendeu á proposta do Projeto de Revitalização do Rio dos Cochos, no entanto, dessa vez, não se portou como opositora ao projeto. Mesmo não participando das oficinas concordou em ceder o dia de aula para a realização das mesmas.

Os estudantes representavam maioria entre os participantes. Maior parte deles participou da oficina de recreação e uns poucos da oficina de artesanato em garrafa PET. Os participantes da comunidade se dividiram entre a oficina de criação de suínos e artesanato em garrafa PET.

A oficina de recreação buscou trabalhar as já tradicionais brincadeiras infantis como: amarelinha, pula-corda, queimada, futebol, etc. Como era de se esperar, as crianças participaram intensamente das atividades que se estenderam até as 17:00 horas.

A atividade de artesanato em garrafa PET trabalhou principalmente com técnicas de corte, aquecimento e pintura do PET, objetivando, naquele momento, moldar o material para a montagem de vasos e flores para enfeites de decoração. Tudo isso utilizando como matéria prima o PET. Os participantes se mostraram bastante empolgados com o resultado da oficina e isso pode ser percebido nos olhos de Dona

Helena uma simpática moradora da comunidade de Sumidouro que além de nos presentear com a sua descontração e alegria também adorava contar as histórias do lugar, principalmente da escola onde ela também estudara. Segundo dona Helena, naqueles tempos a escola era lugar de medo, a palmatória era o principal instrumento de repressão e todos temiam a professora.



**Foto 21: Dona Helena (á esquerda) seu produto da oficina de artesanato em PET.**

Fonte: Pesquisa de campo junho de 2009

A oficina de criação de bovinos e suínos envolveu um grupo menor de pessoas formado somente por homens, todos agricultores das comunidades de Cabeceira dos Cochos e de Sumidouro. O debate priorizou a troca de experiência tanto entre agricultores e extensionistas como entre os próprios agricultores. Uma questão muito comum, levantada na oficina foi com relação à limitação da quantidade de terras para criação de gado que hoje em dia está reduzida a umas poucas vaquinhas pra produção de leite que é consumido pela própria família.

No que se refere à criação de porcos, a discussão foi mais densa e foram discutidos vários aspectos sobre o manejo dos animais como: castração, aleitamento, gestação, engorda, confinamento e raças regionais. A limitação que a falta de terra impõe aos criadores de gado justifica um maior interesse dos agricultores pela criação de suínos que não demanda tanto espaço.

Nos reunimos ao fim da tarde em uma das duas salas da escola de Sumidouro para uma avaliação junto com os participantes, estes elogiaram a iniciativa mas lamentaram a pouca participação da comunidade. Os estudantes que em outras ocasiões se mostravam muito tímidos desta vez falaram bastante sobre as atividades, principalmente as de recreação.

De um modo geral, o desenvolvimento das oficinas na escola de sumidouro não teve uma abrangência tão grande, uma vez que, tivemos poucos representantes das comunidades de Cabeceira dos Cochos e Sumidouro, mas pode-se dizer que foi eficiente no quesito organização se considerarmos que as oficinas foram espaços ricos em debates e reflexões. Não deve ser desconsiderada nessa análise, a ausência da professora, que dessa vez não manifestou qualquer opinião quanto às atividades e recusou em participar delas. Tal postura não demonstra avanço na relação entre o projeto e a escola, uma vez que, nesse momento a professora preferiu se ausentar da atividade ao invés de se declarar claramente ser contrária ao projeto como ocorreu nas atividades da Semana da Água, no mês de Março de 2008.

Eu, Wellington e Roberto voltamos para Januária onde faríamos as compras necessárias para a realização das oficinas no dia seguinte na comunidade de Sambaíba. Quando eram por volta das 22:30 chegamos a Sambaíba, onde passaríamos a noite em uma casa cedida por um dos membros da comunidade. Os últimos ajustes foram feitos pelas equipes e por volta das 00:00 horas grande maioria dos oficinairos já buscavam seus aposentos para descansar. Os dois dias posteriores seriam de intenso trabalho.

### **3.6.2 Semana do Meio Ambiente – Comunidade de Sambaíba**

No dia seguinte logo às 6:00 da manhã fomos para o Centro de Beneficiamento de Frutos do Cerrado, que ficava perto da casa em que pernoitamos em Sambaíba e onde seria servido o café da manhã. Os oficinairos com suas mochilas e tralhas aguardavam ansiosos pelas mais de 100 pessoas que eram esperadas na escola de Sambaíba.

Café da manhã tomado, fomos para a escola esperar o público e fazer os preparativos para as inscrições. Os estudantes foram chegando e se servindo de um café preparado na cantina da escola. Pais e mães também se aglomeravam meio desconfiados no pátio da escola. Após o café da manhã, começou as inscrições para as oficinas em filas organizadas no pátio da escola. Como o número de pessoas era maior que no dia anterior, foram oferecidas todas as oficinas propostas para o evento.

Por volta das 9:30 as pessoas já se encaminhavam para os locais onde ocorreriam as oficinas. Estando eu responsável pela oficina de construção de pífanos não pude acompanhar de perto as outras oficinas, o que por outro lado favoreceu maior aproximação entre eu e o grupo de estudantes e professores que se inscreveram na oficina que eu coordenaria.

Todos os inscritos eram estudantes da escola de Sambaíba, moradores do lugar ou de comunidades e assentamentos próximos. O professor Emerson se ofereceu a me ajudar no desenvolvimento da oficina e vez em quando algum professor curioso ou a diretora e até mesmo uma representante da Superintendência de Ensino que visitou a escola, se aproximava do grupo para acompanhar a oficina.



**Foto 22: Construção de pífanos**

Fonte: Pesquisa de campo junho de 2009

A oficina foi realizada embaixo da sombra de uma mangueira onde existem bancos de madeira usados geralmente para os estudantes lancharem na hora da merenda. Chamou-me muita atenção a dedicação dos 15 estudantes que motivados em aprender a construir o instrumento e tocá-lo, se mantiveram muito concentrados e atenciosos, variando momentos de descontração, risos e chacotas quando algum errava a execução das notas, com momentos de muito esforço, concentração e vontade de aprender.





**Foto 23: Tocando pífano.**

Fonte: Pesquisa de campo junho de 2009

O sucesso da oficina, no sentido de despertar o interesse pela arte da música, surpreendeu os professores e outrosicineiros que viram alguns de seus inscitos migrarem para a oficina de construção de pífanos. A fusão de música, artesanato e ambiente aliada à experiência do professor Emerson, que nos acompanhou durante toda a atividade, contribuiu muito com a oficina no seu objetivo de sensibilizar os estudantes para a observação do cotidiano das comunidades e do potencial que os recursos da natureza quando manipulados com carinho e cuidado, podem nos trazer resultados maravilhosos.

Foi comum durante a oficina, os estudantes assim que terminassem a confecção do seu instrumento e já cansados de treinarem exaustivamente a música “Asa Branca” de Luiz Gonzaga migrarem para a oficina de recreação – onde se concentravam maior parte de seus colegas – executando notas descontraídas e se gabando por ter construído o seu mais novo brinquedo. O pífano.

### **3.6.3 Avaliação das oficinas – Comunidade de Sambaíba**

Nestas última análise, fiz comentários com maior profundidade da oficina que coordenei, porque tive mais elementos para tirar tais conclusões. No entanto, pude perceber por meio dos relatos de outrosicineiros, que a arte aliada à discussão de



aspectos socioambientais trouxe bons resultados no desenvolvimento das oficinas. Tal observação foi também relatada na avaliação final do evento na escola de Sambaíba, onde todos os participantes e organizadores foram reunidos no pátio da escola. Nesse momento, os participantes representados pela professora Hercília evidenciaram o sucesso que as oficinas de artesanato com PET e de Biojóias obtiveram no sentido de proporcionar aos participantes a prática e o aprimoramento de suas habilidades artesanais.

Oficinas como de construção e manejo de hortaliças também foram muito procuradas principalmente pelos agricultores e durante a avaliação final, Dona Lurdinha, agricultora e ex-diretora da escola de Sambaíba, relatou a importância de saber usar os produtos da terra para controlar as pragas que atacam as hortaliças exibindo com satisfação a cartilha de manejo biológico de pragas e amostras de plantas da região que podem ser usadas no controle de pragas. A representante da Superintendência de Ensino comentou que tais iniciativas eram muito importantes porque além de estimular as pessoas das comunidades em aprender e desenvolver alternativas para os problemas enfrentados, também influencia os estudantes, incentivando-os a desenvolver seus potenciais artísticos. Ela concluiu dizendo que se sentia muito realizada em saber que as escolas das comunidades tinham essa parceria com as outras organizações, o que viabilizava a realização de tais eventos.

Outra oficina muito comentada na avaliação final foi a de Culinária Regional em que segundo relato de Dona Rosarinha além de poder trocar experiências pôde também aprender a utilizar alimentos comumente encontrados nas comunidades e reutilizar sobras. A jovem Janaína, que participou da oficina de informática, também elogiou a iniciativa e sugeriu que as parcerias continuassem para que novos eventos fossem realizados com mais cursos.

Com relação à oficina de introdução à informática, cabe ressaltar a importância da iniciativa de um grupo de estudantes da UFMG que decidiram coordenar tal oficina, uma vez que, a escola de Sambaíba possui 10 computadores que nunca foram usados por falta de profissionais minimamente capacitados para manipular os equipamentos. Apesar do reduzido número de computadores – se comparado com a demanda pela oficina – os relatos dos estudantes demonstraram grande satisfação. Para muitos era o primeiro contato com um computador.



**Foto 24: Janaína elogia a oficina de informática.**

Fonte: Pesquisa de campo junho de 2009

De um modo geral as oficinas da Semana do Meio Ambiente foram muito bem recebidas pela escola e principalmente pela comunidade de Sambaíba, o que reforça o interesse da diretoria em ceder o espaço para outros eventos e possivelmente envolver de forma mais participativa os profissionais da educação, no processo de elaboração desses eventos.

Encerrada a avaliação, partimos para o planejamento do dia seguinte que seria ainda mais trabalhoso, uma vez que, para a escola de Bom Jantar eram esperadas mais de 200 pessoas.

### **3.6.4 Semana do Meio Ambiente – Comunidade de Bom Jantar**

As reflexões sobre a semana do meio ambiente na escola de Bom Jantar era o ultimo momento da maratona de oficinas que marcou a semana do meio ambiente na sub-bacia do rio dos Cochós, essa etapa também se mostrava como a mais desafiadora por se tratar de um evento maior, com um número maior de participantes. Para alcançarmos nossos objetivos partimos ainda cedo de Sambaíba. Ao chegarmos à comunidade uma grande aglomeração de pessoas representadas por professores, pais, mães, estudantes e agricultores das comunidades do entorno, já nos esperavam para fazer suas inscrições.

Algumas oficinas que apresentavam maior demanda de inscritos esgotaram rapidamente as vagas e foi preciso ampliar o número de vagas para absorver o maior número possível de interessados. O número de participantes no evento superou as expectativas.

Ao término das inscrições – que duraram um tempo maior que nas outras escolas – iniciou-se uma apresentação do evento e das organizações que estavam participando. Em seguida os professores pediram um espaço para nos mostrarem uma surpresa que eles haviam preparado para as organizações parceiras da escola. Tratava-se uma representação teatral elaborada pelos alunos e professores da escola e que abordava basicamente o trabalho da ASA, da Cáritas e da Assusbac, no sentido de implementar políticas públicas de convivência com o semiárido, e a participação das escolas como órgão dinamizador dos debates sobre tais políticas. O roteiro da apresentação pode ser resumido assim:

Um casal de agricultores tipicamente trajados recebe a visita de professores da escola que indagam sobre a cisterna que eles estavam construindo. Após ouvir, do casal de agricultores, que se tratava de uma cisterna de placas adquirida a partir do programa PIMC da ASA, os professores lembravam o casal que a primeira reunião sobre o programa, havia sido realizada na escola buscando enfatizar a importância da escola para o desenvolvimento da comunidade. Em seguida os professores enfatizavam o compromisso deles, como profissionais da educação, em participar de todas as reuniões assim como os moradores.

O casal prossegue salientando os benefícios de ter água para uso na sua propriedade e completam dizendo que além de cursos de capacitação a ASA também favorece a ocorrência de cursos educativos para as comunidades através de parcerias com universidades e outras instituições.

Logo em seguida os professores começam a fazer perguntas e estabelece o seguinte diálogo com o casal:

- \_ Quanto armazena essa cisterna e pra quê vocês usam a água?
- \_ A cisterna comporta 16.000 litros d'água que é usada para beber, cozinhar e escovar os dentes o que dá pra usar o ano todo mesmo se não chover nada.
- \_ E quem construiu a cisterna? Foi você?
- \_ Não! Foi Cida, a Pedreira, ela construiu a cisterna dela e trabalhou tão bem que agora todo mundo chama a danada pra fazer cisternas.
- \_ Mas todo mundo ajudou, foi feito um grande multirão. Uma festa.

- \_ A gente também teve o cuidado de escolher o melhor lugar no terreiro para construir a cisterna longe da fossa e afastada da parede como o técnico nos ensinou.
- \_ Pode misturar água da chuva com água de poço?
- \_ Água da chuva não pode ser misturada com água nenhuma só de chuva mesmo.
- \_ Como vocês fazem para limpar a cisterna?
- \_ A gente limpa com cal virgem e a sobra da cal é jogada no entorno da cisterna para controlar a invasão de insetos. Com a cisterna pronta ou quando ela está seca a gente lava as paredes e o fundo com um litro de água sanitária em cinco litros d'água. É só pegar a vassoura e o balde e esfregar bem.
- \_ É professora... mas depois tem que tirar toda a água e secar com um pano limpo.
- \_ Essa limpeza tem que ser feita pelo menos uma vez por ano, quando a água acabar ou quando chegar novas águas.

Após as dicas de higienização das cisternas, os professores e o casal de agricultores se reconhecem como parceiros no enfrentamento dos problemas da comunidade e assim termina a representação teatral.



**Foto 25: Apresentação teatral – escola de Bom Jantar**  
Fonte: Pesquisa de campo junho de 2009

Sem dúvida a iniciativa da escola foi realmente surpreendente. Pelo breve histórico de nossas intervenções nas escolas da sub-bacia esperava-se que a escola de

Bom Jantar se manifestasse mais receptiva às iniciativas do projeto, no entanto, o que ocorreu superou as expectativas de todos. O empenho de professores e estudantes no sentido de elaborarem tal representação teatral deve ser reconhecido como um grande avanço nas propostas de criação de espaços de diálogo, uma vez que, a iniciativa emerge dentro da comunidade escolar de forma autônoma.

Ao término da representação, deu-se início às oficinas. Em função da grande demanda pela oficina de pífanos, não foi possível que cada participante confeccionasse seu próprio pífano. Sendo assim, alguns pífanos foram confeccionados na hora e eu apresentei os participantes que não puderam fazer o seu próprio instrumento com pífanos que eu havia construído em outra ocasião. Priorizei nessa oficina – em função do número elevado de participantes – os aspectos mais voltados para a execução do instrumento sem deixar, no entanto, de demonstrar alguns aspectos básicos da confecção de pífanos.

A oficina se desenvolveu relativamente bem apesar do número elevado de participantes (aproximadamente 30 participantes) o que favorecia momentos de dispersão dos estudantes. Pelo fato de se tratar de uma oficina de música, ela acabou atraindo jovens músicos das comunidades próximas que chegavam com seus instrumentos como cavaquinho, pandeiro e outros elementos de percussão. Paralelamente à oficina, acabou se instalando uma pequena banda de músicos locais. Embora tivessem a boa intenção de divulgarem seus talentos musicais, os sambas e pagodes executados contribuíram também para certa dispersão dos participantes da oficina proposta. Em face do ambiente de competição que se instalou entre a oficina e a banda, e respeitando acima de tudo a iniciativa dos músicos locais, a primeira parte da oficina foi focada nos aspectos práticos de execução de notas musicais no pífano e a confecção do mesmo. Sendo essas atividades, de cunho mais prático, elas poderiam ser realizadas concomitantemente com as apresentações da pequena banda de músicos locais. A mudança no plano da oficina foi feita levando em consideração o respeito à manifestação local e ao mesmo tempo considerando a importância de tal manifestação que além de representar uma possibilidade de divulgação dos músicos locais, também soava com certo tom de recepção aos visitantes, recepção às universidades.

Terminada a primeira parte da oficina nos encaminhamos para o almoço preparado pelas serviçais da escola e logo em seguida decidi junto com os participantes da oficina e os integrantes da banda local que se formara, que durante o desenvolvimento da segunda parte da oficina precisaríamos de um pouco mais de



silêncio para estabelecermos contato mais intenso com a sonoridade do instrumento e treinarmos a execução da canção de Luiz Gonzaga “Asa Branca”. Foi feito o convite para os integrantes da banda que participassem da oficina caso desejassem aprender algo sobre o instrumento em questão. Eles compreenderam o compromisso que havíamos firmado com os participantes da oficina e não se importaram quando nos dirigimos para outro local a fim de treinarmos a execução da música e do instrumento. A princípio a banda permaneceu tocando seus pagodes enquanto treinávamos a execução do instrumento, mas aos poucos eles foram se aproximando e ao término da oficina todos os integrantes da banda participavam também da oficina.

È importante frisar que aparentemente a atitude narrada nos parágrafos anteriores pode parecer demasiadamente cautelosa por parte de nós os organizadores da oficina, uma vez que, acabamos por ceder grande parte do tempo da oficina para a apresentação da banda, no entanto dois aspectos importantes nortearam nossa postura diante da situação. Um deles já fora citado e se refere justamente ao respeito às manifestações artísticas locais, afinal de contas o Projeto de Revitalização do Rio dos Cochos tem como um dos principais objetivos valorizar o conhecimento local, embora não exclua a possibilidade de troca de experiências e o contato com novas formas de conhecimento para a elaboração e reelaboração do conhecimento localizado.



**Foto 26: Oficina de Pifanos.**

Fonte: Pesquisa de Campo junho de 2009

O outro aspecto ainda não citado e que orientou nossa conduta diante dos acontecimentos, está relacionado com as relações sociais pré-estabelecidas entre as comunidades que fazem vizinhança com a comunidade de Bom Jantar. Sabe-se que o clima entre as comunidades vizinhas nem sempre é marcado por cordialidades. Isso ficou evidenciado durante as reuniões de planejamento das atividades referentes ao projeto na escola. Num primeiro momento, no mês de abril, quando definíamos as atividades do “Projeto Minas em Destaque” da Secretaria Estadual do Meio Ambiente foi sugerido pela comunidade escolar que a escola demandava de uma palestra sobre violência devido aos constantes casos de agressões entre os estudantes. Já durante o planejamento da Semana do Meio Ambiente, como se tratava de um evento que iria envolver além dos estudantes, também as famílias destes, a comunidade escolar chegou a mencionar a presença da Polícia Militar como forma de garantir a segurança do local. A proposta foi totalmente refutada tanto pela Cáritas como pela Assusbac e Universidades pelo fato de distorcer totalmente os propósitos do evento, que visava aproximar escola, comunidades e as organizações que participam do Projeto de Revitalização do Rio dos Cochós. Qualquer repressão policial poderia manchar para sempre a imagem do projeto assim como das organizações. Percebe-se nas comunidades que se avizinham da comunidade de Bom Jantar bastante heterogeneidade no que se refere a padrões culturais, fortalecidos e refortalecidos por conflitos históricos entre as comunidades, estes conflitos têm refletido elevado nível de violência entre os estudantes da escola. A grande presença de estudantes moradores de quilombos e assentamentos rurais é a própria expressão da configuração multiétnica da região e as hostilidades entre os estudantes reproduzem conflitos históricos entre as comunidades. Diante de um ambiente marcado por conflitos cabe ao pesquisador conduzir suas ações com o máximo de cautela para que os vários meses de planejamento não sejam pulverizados pela “erupção” de um conflito latente. Foi assim que tentamos conduzir nossa oficina, com o máximo de cautela.

A tensão expressada pela comunidade escolar durante o planejamento das atividades, referente aos conflitos entre as comunidades e manifestados pelos estudantes, remonta as dificuldades encontradas pela Assusbac no trabalho de expansão do Projeto de Revitalização do Rio dos Cochós até essas comunidades. Ao considerarmos esses aspectos, fica ainda mais evidente a importância da participação da escola como parceira no planejamento e elaboração de atividades que visam aproximar essas comunidades, afinal de contas a escola é o ponto de convergência dessas

comunidades, é onde os conflitos se reproduzem por meio das relações entre os estudantes, mas também é o lugar em que se busca concentrar esforços para resolver um problema comum, o secamento do Rio dos Cochós.

Apesar da desconfiança, principalmente por parte da comunidade escolar, da ocorrência de conflitos entre os participantes do evento, isso acabou não ocorrendo. O clima descontraído das oficinas, da representação teatral e da cerimônia de encerramento contribuiu para quebrar o clima de rivalidade entre os participantes, e a Semana do Meio Ambiente foi encerrada na escola de Bom Jantar sem o registro de nenhum incidente conflituoso.



**Foto 27: Encerramento da semana do meio ambiente em Bom Jantar.**

Fonte: Pesquisa de Campo junho de 2009

Embora a Semana do Meio Ambiente tenha sido um evento com organização e execução predominantemente das universidades, vale lembrar que isso reflete positivamente para a valorização da Cáritas e da Assusbac por parte das escolas e das comunidades. Isso equivale dizer que além dos objetivos contidos nas oficinas o evento também funcionou como importante divulgador do trabalho de construção de parcerias da Assusbac que mesmo vivendo um momento de sobrecarga de trabalho pode contar com as universidades no processo de mobilização das comunidades. A realização do evento, mesmo com uma participação menor das organizações parceiras, apresenta



pontos benéficos principalmente no que se refere à manutenção do desenvolvimento de atividades de mobilização na sub-bacia.

Ao término do evento realizou-se uma breve avaliação entre osicineiros. O aspecto mais comentado foi a grande demanda de inscritos para as oficinas de artesanato em detrimento da baixa procura pelas oficinas mais teóricas. As principais explicações se basearam na faixa etária dos participantes – predominantemente jovens e crianças que se apegam com facilidade a trabalhos práticos – e o fato das oficinas de artesanato ter como objetivo um produto final, o que motivaria os participantes. Foi tirada a sugestão de que as oficinas mais teóricas deveriam pensar em um produto final como prêmio para o participante.

Sem mais tempo para discussões partimos para Januária onde tomaria o ônibus na rodoviária às 19:00 horas, com destino à Brasília.

### **3.7 Festival de Convivência com o Semi-Árido – Comunidade Sambaíba.**

No mês de Setembro foi realizado, na comunidade de Sambaíba na sub-bacia do Rio dos Cochos, o Festival de Convivência com o Semi-Árido evento organizado pela Cáritas Diocesana de Januária e que tem como um dos objetivos a divulgação das estratégias desenvolvidas pelas comunidades da sub-bacia e comunidades vizinhas para a convivência com o semi-árido. O Festival também tem como objetivo divulgar os esforços da Cáritas e da Assusbac na busca pela implementação de políticas públicas que visam a convivência com o semi-árido. O evento acontece todos os anos sendo que em cada ano uma comunidade da região fica responsável por sediá-lo. Nessa ocasião, o Festival seria organizado em uma área ao lado do Centro de Beneficiamento de Frutos do Cerrado na comunidade de Sambaíba, em Januária. Ciente da necessidade de coletar informações para a minha pesquisa, que pudessem revelar os depoimentos dos envolvidos nas atividades até então realizadas, aproveitei a interatividade entre os grupos pesquisados – propiciada pelo evento – para realizar o levantamento de tais informações.

Cheguei a Januária uma semana antes da realização do evento. Considerei relevante a antecipação da viagem, uma vez que, estando os grupos pesquisados envolvidos com a elaboração do evento, eu me disponibilizaria a ajudá-los ao mesmo tempo em que buscava encontrar brechas nas agendas de alguns representantes dos grupos para coletar seus depoimentos.

Sendo assim, quando estive acompanhando os membros da Cáritas aproveitei para coletar informações das pessoas que estiveram mais envolvidas nas atividades desenvolvidas ao longo do ano. Estive também visitando as escolas e as residências de moradores das comunidades com o intuito de obter os seus depoimentos. No dia que antecedeu à realização do evento, participei de um mutirão para a construção das barracas que abrigariam os expositores do evento além do palco onde se realizariam as apresentações artísticas. O mutirão envolvia agricultores das comunidades da sub-bacia além de membros da Assusbac e da Cáritas. Primeiramente realizou-se uma destoca do local onde se realizaria o evento e foram usadas as varas retiradas do local para construção da armação das barracas onde ficariam os expositores. Em seguida foram cortadas folhas de buriti para a construção do telhado e ornamentação das barracas, estas se dispunham formando um semi-círculo com as extremidades direcionadas às laterais do palco. No centro foi reservada uma grande área para a movimentação dos participantes e para as apresentações de danças. Aproveitei os intervalos entre as tarefas para registrar os depoimentos de membros da Assusbac e agricultores da região. No capítulo seguinte faço a análise desses depoimentos, no entanto pretendo registrar primeiramente alguns aspectos do desenvolvimento do Festival de Convivência com o Semi-Árido.



**Foto 28: Barracas cobertas de palhas de buriti.**

Fonte: Pesquisa de campo setembro 2009

Chegamos na comunidade de Sambaíba por volta das 9:00 horas da manhã. Vim acompanhado de uma equipe da Cáritas que partira da cidade de Januária. Havia uma grande concentração de pessoas em frente ao palco onde ocorria a celebração de uma missa ministrada por um padre da região. Havia pessoas de várias comunidades do entorno. Terminada a missa, deu-se início às exposições dos produtos das várias organizações presentes.

Grande diversidade de produtos ocupavam as prateleiras das barracas. Mel, doces, pequi em conserva, cachaça, bolos, quitandas diversas. Algumas barracas serviam almoço – arroz com pequi, feijão tropeiro, carne de sol – outras expunham artesanatos – bordados, tapetes, esteiras. No palco os organizadores anunciavam os produtos assim como as atrações que estariam por vir.

Não demorou muito e começaram as apresentações artísticas. Primeiramente um grupo de jovens da Escola Estadual São José da comunidade de Tejuco apresentou uma coreografia dançante de uma música bastante tocada nas emissoras de rádio da região. Na seqüência um grupo de capoeira da mesma comunidade apresentou a sua arte prendendo a atenção do público, que observava admirado, os rápidos movimentos dos jogadores.



**Foto 29: Capoeira estudantes do Tijuco.**  
Fonte: Pesquisa de campo setembro de 2009

A festa continuou com as apresentações musicais. Um quarteto de jovens cantoras entoou músicas saldando o rio São Francisco alternando seu repertório com algumas canções de estilo gospel. Dando seqüência ao festival, ainda subiram no palco uma banda de forró e uma dupla caipira com um denso repertório de músicas de raiz.

Após uma pausa para o almoço inicio-se uma série de oficinas organizadas pelas universidades, Cáritas e Assusbac uma das oficinas envolvia uma palestra proferida por Antônio Inácio sindicalista que liderou o Sindicato Rural da região durante o período em que ocorreu o arrendamento das terras dos gerais para empresas reflorestadoras. Em função do imenso valor histórico dos relatos de Antônio Inácio, acompanhei essa oficina tendo o cuidado fazer o registro áudio visual de todos os seus depoimentos, sendo parte deles relatadas no capítulo 2 desse trabalho.

O encerramento do festival foi marcado pela manifestação cultural do grupo de mulheres da comunidade de Sambaíba conhecida como “O Terno das Ciganas”. Trata-se de uma manifestação popular que evidencia a miscigenação da cultura do povo dos gerais com traços da cultura dos povos ciganos que num passado recente disseminaram suas danças e cantigas pelos gerais.



**Foto 30: Terno das Ciganas.**

Fonte: Pesquisa de Campo Setembro de 2009

As mulheres vestem-se com saias rodadas e coloridas, enfeites nos cabelos e carregam um chocalho nas mãos enquanto os músicos usam camisas coloridas e chapéu

de palha, com fitas coloridas. Animada pelo choro da sanfona, a dança seguiu até o escurecer. O dourado proporcionado pelos últimos raios de sol do dia dava um toque especial às vestimentas coloridas das mulheres que dançavam e cantavam a cantiga:

“Chegou o terno das ciganas cantando, sempre alegres a cantar [...]”

A festa se estendeu noite a fora mas, como tinha que retornar para analisar as entrevistas coletadas, não pude permanecer até o fim. Vontade de ficar não faltou, mas, um ônibus com destino à Brasília partia do terminal rodoviário às 19 horas e eu deveria tomá-lo com uma bagagem carregada de informações.

A execução e o planejamento das atividades relatadas neste capítulo serviram de base para aprofundarmos na compreensão das possibilidades e limitações que caracterizam as tentativas em estabelecer espaços de interlocução entre escolas rurais e associações de agricultores. No próximo capítulo tentarei aprofundar na análise do caso por meio do confronto das percepções das agências pedagógicas atuantes na localidade, nesse momento é relevante ressaltar que as intervenções repercutiram de formas diferentes nas escolas revelando ao mesmo tempo obstáculos e possibilidades para subsidiar futuras ações.



## Capítulo IV

### RECONHECIMENTOS GERAIS

#### 4.1 Análise das entrevistas

Em face das informações coletadas durante a minha visita ao Festival de Convivência com o Semiárido, retomo a reafirmação identitária dos moradores da sub-bacia do rio dos Cochos, como questão geradora das reflexões sobre as atividades que foram desenvolvidas ao longo da pesquisa de campo. Durante a análise, busquei entrecruzar as percepções de agricultores, Assusbac, Cáritas e profissionais da educação, sobre os aspectos: o rio, as comunidades, o conhecimento, as parcerias, as intervenções, o futuro. Com o propósito de gerar reflexões quanto à reafirmação identitária do povo que habita a sub-bacia do rio dos Cochos e as possibilidades e limitações de diálogo com os diferentes saberes que permeiam as comunidades ribeirinhas, busquei uma abordagem crítica do confronto de intencionalidades que caracterizam o embate político instalado na região.

Na minha reflexão, tomo emprestado o termo *agências pedagógicas* utilizado por Brandão (1984) para designar os diferentes domínios do saber que cada instituição atuante no território expressa. É importante lembrar que as agências pedagógicas entrevistadas não abarcam a totalidade dos agentes pedagógicos responsáveis pelos processos formativos no território, no entanto, elas fornecem informações importantes para os objetivos do trabalho de pesquisa. As citações das falas dos entrevistados estão representadas por números para preservar a identidade dos mesmos.

O esforço em confrontar as diferentes visões das agências pedagógicas envolvidas nas intervenções teve como propósito contribuir para um maior entendimento das iniciativas sociais no campo – assim como as resistências – que visam intervir na educação formal em áreas rurais e reverter o uso da educação como mais um meio de controle social e perpetuação da hierarquia nas relações de poder no campo.

#### 4.2 O Rio

Que o rio dos cochos tem evidenciado ultimamente sérios impactos na região, nós já sabemos. Mas, o que será que as agências pedagógicas que participam de alguma forma da gestão dos conhecimentos na sub-bacia, pensam sobre o Rio? As diferentes

leituras do rio fornecem elementos para pensarmos as tendências de envolvimento, participação ou rejeição observadas nas atividades registradas no capítulo anterior?

Com o propósito de levantarmos as percepções com relação ao rio, perguntamos a alguns membros das comunidades que compareceram com maior comprometimento às atividades: a relação histórica, as perspectivas futuras e como eles viam as opiniões dos outros domínios do conhecimento inseridos na sub-bacia.

Entre os membros da comunidade o rio é visto como recurso insubstituível para a reprodução social. A ele está vinculada grande parte da cadeia de alimentos que permite a permanência dos povos na região. A construção de cisternas é vista como medidas paliativas, uma vez que, não se pode depender do uso da água de poços para a produção. Há crenças e descrenças quanto às possibilidades de revitalização do rio, alguns pensam que a construção de cisternas é a única alternativa que cabe ao homem sendo que salvar o rio “cabe a Deus”; outros acreditam que é possível desde que haja união e parceria. Estas afirmações são sempre colocadas em um tom de dúvida e às vezes chegam a ser contraditórias, revelando que embora não haja certeza das possibilidades de recuperação do rio, para os agricultores é importante manter um fio de esperança alimentado pela memória e pela fé em uma entidade divina: *“Pra mim pelo menos no pensamento ele ainda vive e quando chove bastante, corre um pouco de água ainda”* (pesquisa de campo, setembro de 2009, Entrevista n° 5). As causas dos impactos negativos sobre o rio são geralmente associadas ao desmatamento provocado pelas empresas e à falta de cooperação de alguns proprietários que tentam privatizar a água que passa por suas terras.

Os agricultores vêem a Assusbac e a Cáritas como organizações que buscam conhecimentos por meio de parcerias com universidades e outros órgãos para afirmarem e convencerem as comunidades de que existem formas de recuperar o rio. São organizações que acreditam no renascimento do rio. Quanto aos professores, os agricultores não acreditam que eles tenham qualquer perspectiva sobre o rio, uma vez que, estes na maioria das vezes estão só de passagem pelas escolas da sub-bacia e não pretendem conhecer o rio ou a importância dele para as comunidades. Na visão dos agricultores, os professores só estão na comunidade porque não conseguiram vaga nas escolas urbanas e por isso não assumem vínculos duradouros que lhes permitam aprofundar no conhecimento sobre o rio, sendo que na primeira oportunidade eles geralmente mudam para uma escola na cidade.

Para a Assusbac, o rio representa uma forma de recuperar a ligação entre as comunidades. Como um elo que unifica e serve de elemento fortalecedor da identidade dos povos da região.

*Pra essas comunidades eu vejo que o rio é um grande elo de ligação (sic) que... por exemplo, da região das primeiras comunidades pra cima quando uma pessoa sai de uma determinada região pra vir pra cá pra essas comunidades as pessoas dizem assim: “Eu estou indo para os Cochos...” por que se relaciona com o rio. Ninguém diz que vai pra Sambaíba, diz que vai pros Cochos. Não diz: ‘Eu vou lá pro Sumidouro...’ Se diz: ‘Eu vou pros Cochos...’ Então a gente percebe que ele tem uma força aí, um elo de ligação (sic) muito forte com as comunidades e entre as pessoas que vêm visitar as comunidades aqui. (Pesquisa de campo, setembro de 2009, Entrevista n° 7)*

Partindo de tal percepção, a Assusbac argumenta que o rio está segmentado e não morto, que as partes em que o rio se encontra seco são onde não existem águas superficiais, mas o rio está lá uma vez que existe água subterrânea. Usando o argumento de que o rio não está morto, a Assusbac busca justificar suas ações nas comunidades, tais como: construção de barraginhas, passagens molhadas nos pontos em que as estradas cortam o rio, cercamento de nascentes e matas ciliares, etc. Na opinião da Assusbac alguns proprietários de terra e pessoas da comunidade, utilizam da margem para algum tipo de produção e afirmam que o rio não existe, usando estes argumentos para se apropriarem dos pontos onde ainda existe brotamento de águas superficiais e para se eximirem de suas responsabilidades no trabalho de revitalização. Alguns professores também adotam este discurso como forma de negarem suas responsabilidades como articuladores dos conhecimentos na sub-bacia. A pressão por meio de cobranças das comunidades e das escolas, quanto aos resultados concretos das ações implementadas, levam a Assusbac a afirmar, mesmo que de forma ainda precipitada, que o processo de degradação do rio estagnou e esse seria o maior avanço do projeto de revitalização até então.

A forma como a Assusbac percebe o rio dos Cochos está bem próxima da percepção dos membros da Cáritas. A afirmação que diz ser o rio um elemento que unifica as comunidades se repete no discurso da Cáritas. No entanto, o que se objetiva



com esta unificação possui sutil diferença entre as duas organizações. Enquanto para a Assusbac, a unificação das comunidades tem como intencionalidade a reafirmação identitária dos povos do local, para a Cáritas a unificação é um meio que favorece a realização das ações predeterminadas no projeto de revitalização do rio. Embora muitas vezes tais percepções se confundam no discurso das duas organizações, na pesquisa realizada observei certa tendência para as interpretações relatadas.

Os professores que atuam na sub-bacia afirmam que conheciam o rio a partir do relato de terceiros e que o curso “Ciência e Saber local” foi a melhor oportunidade para que eles formassem uma opinião sobre o rio. Embora a maioria dos professores digam que o curso foi o primeiro contato do grupo com os temas debatidos sobre o rio, as percepções formadas com relação a este são variadas. Uns afirmam que o rio sofreu impactos negativos com o desmatamento, mas que ainda existe, embora fragmentado; outros dizem não saber o que causou a diminuição das suas águas e desconhecem a sua situação atual; e outros afirmam categoricamente que o rio não existe mais, uma vez que, não se sabe onde ele deságua e em quais pontos ele ainda está correndo, o que também se atribui a outros rios da região.

*[...] é um rio que não existe. É um rio que não tem. Eu sempre bato naquela tecla que eu acho difícil correr água, voltar a correr água. Só se for pra deus. [...] esse problema não é rio Cochós, esse problema está em todos os rios, em todos os riachos – porque aqui é riacho – que já existiam na época do rio dos cochós, todos eles existiam e já não existem mais. Secou! (Pesquisa de Campo, setembro de 2009, Entrevista n° 6)*

Existe uma tendência por parte de alguns professores em culpar a comunidade pelos danos causados ao rio, argumento utilizado para afirmar que a recuperação do rio “é necessidade deles” e por isso a escola não teria maiores responsabilidades nesse processo. A responsabilidade seria dos agricultores que destruíram um bem essencial para a sua reprodução social. Mesmo tendo a oportunidade de conhecer a Assusbac e o projeto de revitalização, os professores duvidam que a maioria dos agricultores acredite na recuperação do rio e atestam que se eles acreditassem já deveriam ter encontrado uma solução. Com relação à Assusbac/Cáritas, embora alguns considerem que estas organizações lutam por uma perspectiva de futuro, existe entre os professores a

desconfiança de que Assusbac/Cáritas sabem que rio não vai mais correr e que por isso até hoje não realizaram um trabalho sério pra recuperar o rio. Um trabalho que tivesse resultados palpáveis.

O intercruzamento das percepções sobre o rio das diferentes agências pedagógicas que atuam na sub-bacia forma um desenho que indica quatro formas diferentes de ver o rio, sendo que algumas destas percepções se manifestam mais como tendências que como uma categoria passível de delimitação. Os agricultores, que representam a comunidade na pesquisa, possuem uma visão do rio, como possibilidade de produção e sobrevivência no local sendo que as possibilidades de recuperar o rio dependem de Deus cabendo ao homem, criar condições para que isso aconteça, seja por meio da construção de cisternas, redução do uso das áreas de várzea, seja apenas pela paciência em esperar a vontade divina. Para a Assusbac, a principal função do rio vivo é reafirmar a identidade estabelecida entre os moradores históricos da sub-bacia ao longo de aproximadamente dois séculos de ocupação, o que convencionou chamar a região onde ficam as comunidades de “Cochos”, em referência à existência do rio. A Cáritas se baseia no discurso da Assusbac para alavancar outra forma de ver o rio, esta mais voltada para uma idéia de projeto em que, a partir do momento que o rio que dá nome àquelas comunidades está secando, este se torna também uma justificativa para implementação de uma série de ações. Já os professores se dividem em: os que tentam formar uma opinião sobre o rio dos Cochos – mas que são limitados pela falta de informação – e os que tentam não ver o rio – e que caem constantemente na contradição de sua existência ou inexistência.

### **4.3 As comunidades**

A interação das variadas intencionalidades na sub-bacia do rio dos Cochos tensionam as relações sociais estabelecidas entre as agências pedagógicas que detêm diferentes formas de saberes. Essa interação gera diferentes percepções sobre a conduta dos habitantes históricos da região assim como estes elaboram percepções sobre os agentes externos às comunidades e sobre o que eles pensam a respeito das comunidades. Tal fenômeno de espelhamento nos remete a alguns questionamentos: O que pensam professores, Cáritas e Assusbac sobre os habitantes históricos da sub-bacia do rio dos Cochos? Como os moradores da sub-bacia acham que são percebidos pelos agentes externos às comunidades? Qual a implicação da forma como se dá esse espelhamento no estabelecimento das relações sociais no território?

Os moradores antigos entrevistados pela pesquisa manifestaram identificação com a Cáritas e a Assusbac embora observações realizadas durante as atividades apontem alguns grupos que discordam parcialmente das propostas do projeto idealizado por estas instituições. Essas discordâncias são fundadas basicamente em dois fatores: o primeiro refere-se às tentativas de apropriação das áreas onde o rio dos Cochos ainda apresenta águas superficiais o que contrasta com a concepção do projeto, que admite serem essas águas, bem comum de todas as famílias que povoam a sub-bacia. “[...] alguns querem tirar água para consumir; outros só querem ter renda própria não pensam em comunidade e às vezes acontecem alguns atritos a respeito dessa questão aí.” (Pesquisa de campo, setembro de 2009, Entrevista n° 11).

O segundo fator envolve a má interpretação da relação que o projeto de revitalização estabelece com os órgãos ambientais, uma vez que, Cáritas e Assusbac possuem a conflitante tarefa de implementar suas ações conciliando: conhecimento tradicional e manejos ancestrais do território com a jurisprudência ambiental brasileira que orienta a fiscalização por parte dos órgãos ambientais. Essa relação conflituosa, porém necessária para que as ações do projeto estejam dentro dos princípios da legalidade, cria uma linha tênue na qual Cáritas e Assusbac tentam se equilibrar ao mesmo tempo em que buscam amenizar o “fogo cruzado” de acusações mútuas entre famílias de agricultores e órgãos ambientais. Inseridos nessa condição, não é difícil imaginar que freqüentemente Cáritas e Assusbac são vistas, equivocadamente, como apoiadores dos órgãos ambientais. Isso acontece principalmente quando alguma família se sente prejudicada por uma ação objetivada exclusivamente por um órgão ambiental, mas vincula esta ao projeto de revitalização coordenado pelas duas organizações.

Embora existam tais interpretações, na maioria das vezes Cáritas e Assusbac são muito bem aceitas nas comunidades em função, principalmente, do histórico de atuação dessas organizações na sub-bacia, que tem canalizado grande quantidade de políticas públicas para a convivência com o semiárido. O mesmo não acontece com os profissionais da educação que atuam nesse território: estes por vezes são vistos como pessoas que não têm o compromisso de “deixar algo na comunidade” e que encaram o ofício de professor como um trabalho temporário que não requer compromissos duradouros com as comunidades.

*[...] eles não vêm assim com aquela perspectiva de que eles vão trabalhar para deixar algo na comunidade. Eles vêm trabalhar para*

*a existência deles. A escola que está dando sustento pra eles. Eu vejo dessa forma. Agora, que eles fazem algum trabalho com as crianças, pras crianças ter uma consciência de que podem fazer um trabalho pra ainda ver esse rio correr? Eles não fazem isso. Eles vêm simplesmente aqui pra... achou uma escola pronta criada e eles usam essa escola pro bem comum deles. Não é bem comum da comunidade não. (Pesquisa de campo, setembro de 2009, Entrevista n° 5)*

Freqüentemente a percepção dos professores com relação às comunidades tem como princípio gerador a afirmação da culpabilidade dos agricultores com relação aos impactos socioambientais negativos sobre o rio, criando uma leitura generalizante dos habitantes históricos da sub-bacia. Esta visão implica uma carência de informações quanto aos eventos históricos que culminaram na redução da oferta de recursos hídricos na região, uma vez que, na leitura dos professores, os agricultores não valorizam seus recursos como deveriam e pensam que o rio “acabou”, deixando a cargo das organizações externas às comunidades a responsabilidade por conscientizá-los da necessidade de se preocuparem com a conservação dos seus meios de produção. Ao mesmo tempo os professores excluem a escola da comunidade e da participação nos processos de conscientização dos agricultores.

*Eu acho que deve trabalhar mais a comunidade. Os adultos. Em termos de orientação pra conservar pra ajudar pra conservar, pra ajudar e orientar para os pais orientarem as crianças. [...] é um problema deles, uma necessidade deles. (Pesquisa de campo, setembro de 2009, Entrevista n° 5)*

Este espelhamento forma a divisão entre agências pedagógicas internas formadas por associações comunitárias, agricultores e Assusbac e agências pedagógicas externas representadas por Cáritas, escolas e universidades. A maior tensão ocorre entre escolas e as agências pedagógicas internas sendo que Cáritas e universidades na maioria das vezes funcionam como mediadores no processo de negociação dos conflitos e aproximação das partes que se estranham mutuamente. Esse mapeamento das relações sociais estabelecidas na sub-bacia influenciou todo processo de intervenção e intermediação dos conflitos assim como determinou as percepções sobre a gestão dos conhecimentos no local, a repercussão das intervenções e as perspectivas de futuro.

#### 4.4 O conhecimento

As comunidades da sub-bacia do rio dos Cochós vivenciam atualmente, por meio das parcerias estabelecidas, um bombardeio de saberes que exigem uma interação dialógica entre eles para que confluem no sentido do resgate do rio como elemento identitário dessas comunidades. Considerando estes aspectos, buscamos durante a pesquisa explorar as percepções das agências pedagógicas que participaram das intervenções, quanto à relação entre os conhecimentos: tradicional, científico, prático-político-produtivo e escolarizado.

É consenso, entre as agências pedagógicas entrevistadas que atuam na sub-bacia, que os múltiplos saberes presentes no território devem ser trabalhados em conjunto, buscando atingir o objetivo de rearticular e mobilizar as comunidades para a revitalização do rio. No entanto, quando analisamos esse diálogo de um ponto de vista prático, uma série de leituras sobre diferentes domínios de conhecimentos emergem, ora conflituosamente e ora solidariamente.

Os agricultores do lugar contam que, embora o discurso dos professores aborde a perspectiva de diálogo entre os saberes, na prática isso não acontece, uma vez que, a escola é vista como uma instituição que “não dá ouvidos à comunidade e prepara os estudantes para saírem do lugar”. Para os agricultores a escola deveria repassar aos estudantes a história de degradação “do Gerais” e dos Cochós – pela qual seus habitantes históricos passaram – ressaltando os conhecimentos e a cultura local sem deixar de incentivá-los a buscar por conhecimentos e técnicas novas que venham a ser incorporados ao território. Nesse sentido, podemos perceber nas entrevistas que existe vontade por parte dos agricultores que a escola prepare os estudantes para cursarem faculdade ou algum curso técnico profissionalizante que permita que estes contribuam de forma significativa para o enfrentamento dos problemas socioambientais da sub-bacia.

*[...] teria que ser uma escola, junto com a comunidade. Junto como parceiro. O pessoal que trabalha pra dar uma força e criar isso aí como se fosse... estar educando os jovens... eles criarem o seu próprio poder aquisitivo aqui mesmo na comunidade. Por que agora está muito fácil. Como eles têm esse entreposto aí que está ampliado e que usam a poupa do pequi, eles poderiam criar fabriquetas e junto*

*com a comunidade e a própria Associação comunitária da localidade e a escola, e eles... até cursar faculdade. Porque o próprio município já tem faculdade. A própria cidade tem a faculdade que é uma faculdade no Cefet que educa o aluno pra trabalho do campo. (Pesquisa de campo, setembro de 2009, Entrevista n° 5)*

Os agricultores relatam que o fato de a escola não utilizar o saber local como elemento pedagógico se deve à necessidade de criar situações em que os agricultores manifestem seu conhecimento dentro das escolas, seja para os estudantes seja para os próprios professores. Segundo os moradores do lugar, a partir do momento em que os professores se sentem inaptos para abordar determinado assunto da realidade local dentro da sala de aula, não deveriam ignorá-lo ou abandoná-lo e sim convidar pessoas das comunidades, que dominam o assunto, para trabalharem juntos tais conhecimentos no ambiente escolar.

Embora nada impeça que os professores convidem, eventualmente, membros das comunidades para contribuírem com seus conhecimentos em alguma temática local, esse fato é totalmente refutado pelas escolas, uma vez que, consideram o saber dos agricultores muito importante na prática produtiva, mas que para escola ele não serve. Para os professores, as comunidades falham quando não comunicam à escola os temas relevantes a serem abordados na escola e que caso fossem comunicados, os professores incluiriam a demanda nos conteúdos.

*O que acontece é que a comunidade às vezes não traz o assunto que quer que a gente trabalhe. Porque se a comunidade trouxer nós adequamos no nosso planejamento. Sem qualquer erro. ( Pesquisa de campo, setembro de 2009, Entrevista n° 6)*

*O conhecimento dos agricultores é limitado. A gente que já tem uma graduação mais avançada, a gente já sente dificuldade, imagine eles? (Pesquisa de campo, setembro de 2009, Entrevista n° 9)*

*[...] por mais conhecimento que eles têm, mas tem professores daqui, que nasceu aqui e podem saber muito mais. (Pesquisa de campo, setembro de 2009, Entrevista n° 6)*

Ainda com relação aos agricultores, estes são considerados pelos professores como pessoas “resistentes a novos conhecimentos”, “cabeça fechada” ou “fracos em conhecimentos” e que por isso deveriam ser o foco principal das atividades e não a escola.

Alguns professores admitem que tentam inserir as questões da comunidade na sua grade curricular embora também afirmam conhecer pouco sobre o rio e as comunidades, ou seja, dos problemas que os moradores enfrentam. Na tentativa de responder às cobranças da comunidade e das instituições que atuam na sub-bacia, as escolas geralmente se apegam às atividades descontextualizadas predeterminadas pela Secretaria de Ensino do Estado, para argumentarem que já trabalham a realidade nas datas comemorativas, como é o caso comentado por um professor sobre a Semana do Folclore que ocorreria em uma semana de setembro, concorrendo com o Festival de Convivência com o Semiárido:

*Nós vamos trabalhar o folclore. Então, nós vamos ter uma comemoração na escola, um projeto que já está sendo colocado em prática e nós vamos trabalhar o rio Amazonas e vários temas que já estão divididos para todos os alunos apresentarem... com teatro, com dança, vai ter tudo de folclore, oficinas. (Pesquisa de campo, setembro de 2009, Entrevista nº 6)*

O currículo extenso e a falta de autonomia da escola na determinação dos conteúdos também são citados pelos professores como obstáculos para contextualização do ensino nas escolas da sub-bacia, mas há professores que admitem que os profissionais da educação normalmente são muito acomodados e acabam adotando passivamente os conteúdos sugeridos pela secretaria de educação, deixando de lado seu papel de articulador dos conhecimentos no território.

A Assusbac e a Cáritas são vistas pelas escolas como organizações que trazem informações e novos conhecimentos para a comunidade, enquanto estas organizações acusam os professores de serem formados para trabalharem unicamente com os conteúdos predeterminados, sem “dar ouvidos” às comunidades. Para estas organizações, os professores possuem muitas dificuldades em trabalhar com conteúdos que extrapolam os manuais predeterminados e se recusam conversar sobre conhecimentos com um agricultor.

*[...] eles (os professores) tem uma dificuldade tão grande de receber aquela inserção daquele novo produto que pode ser inserido na escola. É igual quando a gente vai e chega lá e começa a ler o beabá, eu acredito que é tão difícil pra eles quanto isso... quando a gente vai pela primeira vez ter o contato com os livros. [...] por serem educados nesse sistema, eles não dão muita importância.*  
(Pesquisa de campo, setembro de 2009, Entrevista n° 7)

Para a Cáritas, o fato de os professores se acharem graduados e pensarem que os agricultores não sabem ao menos conversar, faz com que os agricultores se sintam incomodados por não terem seus conhecimentos reconhecidos. A leitura da Cáritas sobre a relação entre os domínios de saberes está influenciada pela possibilidade de elaboração de estratégias alternativas de renda para os agricultores. Em função disso, freqüentemente o saber da escola aparece vinculado também com o saber científico divulgado pelas universidades. Porém, o que dá especificidade ao saber escolarizado é que enquanto as universidades reconhecem o saber da prática política e produtiva dos agricultores apoiando às mobilizações, as escolas tentam negar esse saber para afirmar a supremacia do dito “saber universal” que compõem os conteúdos básicos curriculares. O histórico de desenraizamento dos jovens da região tem gerado profundas críticas quanto à relevância do saber escolarizado para o resgate da identidade destes povos e como forma de se defender das acusações, a escola tem se fechado em si dando as costas para a comunidade.

#### **4.5 As parcerias**

O desenvolvimento das atividades relatadas no capítulo III deste trabalho permitiu que fizéssemos observações referentes às possibilidades de parcerias assim como as predisposições, expectativas, conflitos e limitações relacionadas à criação de espaços de interlocução entre as agências pedagógicas que atuam na região. Considerando que é necessário que sejam estabelecidas parcerias para que os saberes na sub-bacia fluam em uma direção que favoreça a reafirmação identitária dos seus habitantes históricos e que as instituições atuantes na região reconhecem essa necessidade, por que as parcerias ainda não estão consolidadas? Quais são os conflitos e



alianças que se estabelecem durante as tentativas de formar parcerias? Quais aspectos motivam o acirramento dos conflitos e/ou o fortalecimento das alianças?

As escolas são consideradas muito importantes pelos agricultores, que as vêem como uma conquista das comunidades e como uma esperança de mudança da realidade por meio da educação. Embora descontentes com a relação estabelecida atualmente entre as escolas rurais e as especificidades territoriais no campo, eles acreditam que a instituição tem potencial para alavancar o desenvolvimento local, desde que incorpore a realidade e adote as causas locais como elementos norteadores do projeto político pedagógico. As escolas, segundo os agricultores, possuíam grande identificação com as comunidades, uma vez que, a sua construção mobilizou os moradores em mutirões que aceleraram o término das obras. Nascidas em ambientes de parceria, as escolas sempre foram vistas como parte da comunidade por parte dos moradores, tanto que estes realizavam casamentos, batizados e varias festividades e manifestações culturais no estabelecimento. O distanciamento da realidade local, que as escolas vêm apresentando nos últimos 10 anos, tem causado questionamentos nas comunidades quanto à função da instituição para o contexto local. Na percepção dos agricultores, a escola deveria ser mais aberta para projetos comunitários como é o projeto de revitalização do rio dos Cochos. As universidades são entendidas neste contexto como mediadoras deste processo de conscientização, que visa maior aproximação entre escolas e comunidades e a criação de espaços de interlocução.

A concepção das escolas quanto às parcerias preestabelecidas variaram a ponto de ser necessário comentar separadamente. Em Sambaíba, as parcerias são vistas com desconfiança, uma vez que, existem questionamentos sobre: *“a quem a Assusbac estaria favorecendo? A organização consegue cumprir os compromissos assumidos?”* (Pesquisa de campo, setembro de 2009, Entrevista n° 6) Fundamentados nestes questionamentos, a escola quase sempre assume compromissos e freqüentemente desmarca encontros ou se comporta passivamente no desenvolvimento das atividades. Caracterizada por forte concentração do poder, a escola estabeleceu um histórico de conflitos entre a diretoria e as organizações parceiras, Cáritas e Assusbac. Os conflitos aparentemente são motivados por razões pessoais que extrapolam os objetivos desta pesquisa e que emergem quase sempre entre a coordenadoria do projeto de revitalização e a diretoria da escola. Fato importante para a pesquisa é que tal conflito causa tensão nas relações entre as organizações a ponto de terem que ser cancelados determinados eventos comunitários por proibição autoritária da diretoria ao uso, por parte da comunidade, da estrutura física

da escola. Outro fator que emerge do conflito é o fato de a diretoria se apegar a qualquer dado – por mais duvidoso que ele pareça – para justificar seu descrédito quanto ao projeto de revitalização. Dentre os elementos usados pela diretoria para desqualificar as atividades realizadas pelo projeto destacam-se: falta de consulta aos professores para a realização das atividades; ausência de resultados palpáveis com relação ao projeto; falta de representatividade do projeto nas comunidades; favorecimento político do projeto; depreciação do caráter transformador das atividades. A centralização do poder de decisão, na escola de Sambaíba, é notória, uma vez que, a diretoria recebe apoio dos professores nas suas manifestações de desacordo, mesmo quando estas são perceptivamente infundadas.

A escola de Bom Jantar revelou uma postura significativamente diferente da escola de Sambaíba o que proporcionou, por meio da comparação entre as escolas, reafirmar a origem dos conflitos nesta última. As parcerias na escola de Bom Jantar são vistas como uma forma de ajudar o professor a pensar na realidade das comunidades por meio do fornecimento de informações atualizadas sobre a sub-bacia. Em função disso, a diretoria da escola, mesmo admitindo sofrer forte cobrança por parte da superintendência de ensino para cumprirem o conteúdo básico com rigor, afirma que tenta inserir, na medida do possível, a parceria estabelecida no cronograma da escola considerando que é uma demanda tanto dos professores quanto dos estudantes. A diferença com relação à escola de Sambaíba é que em Bom Jantar as parcerias são vistas como necessidades das comunidades, enquanto que em Sambaíba a proposta de parceria é vista como favorecimento de um grupo organizado sendo que a escola exige a sua cota de favorecimento para aceitar a parceria, como questiona uma professora: “*O que a gente vai ganhar reunindo com a Assusbac?* (Pesquisa de campo, setembro de 2009, Entrevista n° 6)”

O conflito em Sambaíba configura muito mais uma disputa pelo poder na comunidade que uma discordância quanto às ações do projeto de revitalização. A escola, mesmo descontextualizada, ocupa hoje papel de destaque nas comunidades por ser o órgão responsável pelo controle de frequência escolar exigido pelo Programa Bolsa Escola e é comum ver os profissionais da educação dizerem que a comunidade só comparece à escola quando a pauta se trata de Bolsa Escola. Não é difícil perceber a dependência a que ficam submetidas estas famílias, diante da possível ameaça de perder o benefício.

O que se percebe é que, o projeto de revitalização busca criar na escola, outra necessidade que vai além do benefício do Programa Bolsa Escola, uma necessidade fundada na recuperação de um elemento natural que identifica os povos que moram na sub-bacia. Essa nova necessidade ameaça o controle da escola, uma vez que, não emerge na escola ou de alguma política educacional como é o caso do Programa Bolsa Escola e sim da comunidade organizada. Essa última análise vale para a escola de Sambaíba, pois se considerarmos a escola de Bom Jantar, o tom das relações muda significativamente.

Na escola de Bom Jantar, embora o tema “Programa Bolsa Escola” também tenha esse caráter chamativo das famílias, isso não dá poderes consideráveis à escola, uma vez que o histórico de conflitos e violência das comunidades vizinhas não permite que a escola possa ambicionar algum poder de controle sobre a comunidade usando apenas uma política pública de assistência estudantil. Ao contrário do que ocorre em Sambaíba, a escola vê nas parcerias uma forma de harmonizar as relações com as famílias dos estudantes, o que favoreceria inclusive o debate sobre a distribuição do benefício de assistência estudantil.

A crítica sobre as possibilidades e limitações no estabelecimento de parcerias entre as agências pedagógicas que atuam na sub-bacia, favorece o entendimento dos diferentes níveis de parceria que repercutiram ao longo das atividades. Enquanto na escola de Sambaíba a parceria ficou ameaçada pelo poder da escola na sub-bacia, em Bom Jantar a parceria foi recebida como oportunidade ímpar de aproximação entre escola e comunidade.

Na percepção de Cáritas e Assusbac a emergência de conflitos e rejeições às parcerias é natural por se tratar de um projeto que também trabalha a libertação das pessoas de um sistema de dominação. Para estas organizações, a parceria com as universidades é fundamental nesse sentido, considerando que a universidade goza na atualidade de grande prestígio, que se usado em favor da reafirmação identitária das comunidades, torna-se instrumento importante para a valorização e divulgação das intencionalidades e ações que caracterizam o projeto.

*[...] o sistema político da região que não dá muita importância quando vê uma sociedade civil organizando pra propor coisas novas pra melhorar a situação e muito mais ainda a capacidade de enxergar das famílias, propor a libertação das pessoas... porque*

*quando você coloca coisas novas isso quer dizer que você tá contribuindo pra que as pessoas comecem a ter suas próprias idéias, começa a colocar suas próprias idéias, e o sistema educacional hoje, ele não dá essa abertura. (Pesquisa de campo, setembro de 2009, Entrevista n° 7)*

*Os trabalhos que as universidades tem feito aqui nas comunidades isso é mais do que visível. O fato de vocês estarem aqui é pra nós um dos trabalhos que tem trazido uma visibilidade muito grande pras famílias... porque muitas vezes as famílias faziam do projeto uma coisa invisível, quero dizer que, estava acontecendo, mas elas faziam que não viam e faziam questão de não ver mesmo. (Pesquisa de campo, setembro de 2009, Entrevista n° 7)*

De fato a libertação dos povos da região passa pelo rompimento com as estruturas de poder que legitimam idéias alheias às intenções dos moradores históricos da sub-bacia ignorando seus conhecimentos em prol de políticas públicas que subordinam seu território a um espaço de governança.

#### **4.6 A repercussão**

As atividades realizadas na sub-bacia do rio dos Cochos reuniram as agências pedagógicas atuantes na região e proporcionaram a reflexão dessas quanto à efetividade, relevância e desenvolvimento de ações em prol da revitalização do rio. Com o intuito de registrar as impressões dos participantes, as entrevistas também objetivaram coletar as impressões sobre as metodologias utilizadas assim como o envolvimento dos participantes a fim de gerar uma análise crítica das intervenções realizadas. Considerando que as ações visaram criar espaços de interlocução entre as agências pedagógicas a partir de experiências interativas e colaborativas, após a realização destas alguns questionamentos tornam-se pertinentes no contexto da análise: Quais as manifestações e avaliações dos sujeitos envolvidos nas atividades? Que elementos justificam o envolvimento ou a passividade destes com relação às ações? Que fatores fundamentam as críticas e sugestões manifestadas pelos sujeitos?

Os membros das comunidades manifestaram normalmente grande euforia relacionada à realização das atividades. Na visão deles, além de proporcionar oportunidades de encontros e trocas de conhecimentos, as intervenções na escola

funcionam também como elemento estimulador da integração entre as comunidades resgatando a função social, da escola idealizada pelos moradores que a construíram. Cabe lembrar que as escolas da região foram construídas por meio de mutirões entre os moradores das comunidades, assim como a igreja, o centro de beneficiamento de frutos do cerrado e as casas. Uma herança do tempo em que grande parte do sistema produtivo também era gerido comunitariamente como é caso das tinguizadas, das desmanchas de mandioca e do manejo combinado das fitofisionomias “do Gerais”.

Outra observação importante vinda da comunidade se refere aos estudantes que segundo eles comentavam em casa sobre o que lhes foi falado nas atividades. Sobre os costumes antigos, a existência do rio com muita água e da riqueza no tempo em que “o Gerais” pertenceu às comunidades.

*Eles apuraram aquilo no momento. Acharam muito bom... o comentário dos alunos mesmos uns com os outros: ‘Ah! Antigamente quando num chegava nem carro aqui o riacho era cheio, tinha muita água, tinha muita fartura de fruta, goiaba, buriti, cana, tinha de tudo já hoje [...] Tem fruta que eles falam que nós nem conhecemos’. Então, eles comentam uns com os outros, que hoje a gente quer uma fruta tem que ir a Januária comprar e de primeira eu levava era daqui pra lá e hoje tem que comer racionado e pra trazer uma frutinha tem que ser de lá pra cá. [...] a gente sente que isso é bom pra gente e sempre a gente tem que passar aquilo para os novatos, pras escolas... pra uns e outros também irem ficando atentos desses assuntos. (Pesquisa de campo, setembro de 2009, Entrevista n° 2)*

Com relação aos professores, era esperado que as manifestações se expressassem de forma diferenciada, entre as escolas de Sambaíba e Bom Jantar, uma vez que, a parceria com o projeto já demonstrava divergências na percepção de seus objetivos.

A escola de Sambaíba foi taxativa na análise da repercussão das intervenções, considerando – com exceção para o curso “Ciência e Saber Local que teve grande aprovação por parte dos professores – que as ações foram mais proveitosas para os estudantes que para a escola em si, embora alguns professores também tenham elogiado a iniciativa assim como os métodos utilizados para a abordagem dos temas. Porém, a crítica mais intensa dirigida às atividades se referiu à participação dos professores na

elaboração das ações, estes discordaram do planejamento alegando que foram submetidos ao papel de espectadores e que não participaram do planejamento das ações.

De fato, os professores ficaram na condição de espectadores em alguns momentos, no entanto, tal comportamento não foi determinado pela maneira como foram planejadas as ações. Durante todo o período foram realizadas reuniões de planejamento, acompanhamento e avaliação, em que a pouca participação dos professores era freqüentemente justificada pela diretoria e atribuída à ausência de tempo para reuniões. Uma análise crítica da situação permite concluirmos que mais uma vez o argumento apresentado pelos professores encobre o temor da diretoria da escola em ceder autonomia aos professores para realizarem as atividades. Tal comportamento fica evidente quando analisamos a visita à gruta do “Curral de Pedras”. Naquela ocasião, tendo eu viajado 12 horas de Brasília à Januária e não encontrando nenhum membro da diretoria na escola, optei por reunir com os professores para aproveitarmos o tempo de planejamento da atividade, atitude totalmente reprovada pela diretoria que nos acusou de atropelar suas decisões. Contraditoriamente, quando questionados sobre a postura passiva dos professores nas ações, estes alegam que não tiveram espaço para planejar.

Para a diretoria da escola, os temas a serem trabalhados não deveriam passar pela Cáritas ou pela Assusbac, pois a comunidade que deveria escolhê-los para serem trabalhados pelos professores. Diante das afirmações, percebe-se claramente que a diretoria tenta justificar a inércia da escola com relação às questões socioambientais das comunidades, a partir da ausência de sugestões de temas por parte das mesmas comunidades que se dizem ignoradas pela escola, tentando assim esconder por trás deste argumento contraditório as razões pessoais<sup>15</sup> que determinam a não aceitação dos temas debatidos pelo projeto de revitalização, no ambiente escolar.

Não há dúvidas de que falta vontade política para que os temas tratados no projeto de revitalização do rio sejam debatidos na escola de Sambaíba, uma vez que, nada impede que os professores aproveitem as informações fornecidas durante as intervenções, para elaborarem seus próprios projetos de forma autônoma. Aliás, é isso que todos os parceiros do projeto almejam. Que os professores tenham iniciativa para

---

<sup>15</sup> Existe um conflito histórico entre a escola e as organizações envolvidas no Projeto de Revitalização do rio dos Cochós. A origem deste conflito está associada a um sentimento de desconfiança por parte da diretoria, que sentindo seu poder nas comunidades ameaçado alega que o projeto de revitalização visa beneficiar algumas famílias em detrimento de outras, no entanto evita conhecê-lo mais a fundo e negando o diálogo com os coordenadores do projeto. Sendo assim, por muitas vezes a falta de vontade política da diretoria da escola é questionada pelas organizações que atuam na sub-bacia que acusam a diretoria de negar apoio ao projeto de forma autoritária, negando o diálogo sem ao menos consultar a opinião dos outros professores da escola.

repensarem seus próprios métodos e buscarem informações que subsidiarão a inserção das demandas das comunidades na prática pedagógica. Não posso deixar de afirmar que é lamentável o estabelecimento de um impasse desse porte, justificado por razões meramente individuais, pondo em risco todo o esforço de uma coletividade que visa à defesa de questões comunitárias. Tais comportamentos nos fazem refletir sobre os processos de formação profissional dos trabalhadores da educação, que não dão subsídios a estes para incorporarem a sua função social dentro de um território.

O que causa maior perplexidade é como as manifestações assumem contextos tão diferentes em escolas separadas por poucos quilômetros. Na escola de Bom Jantar a repercussão das atividades seguiu o sentido inverso quando comparada à escola de Sambaíba, a começar pelas iniciativas que emergiram naturalmente entre os professores como foi o caso dos trabalhos de literatura e teatro expostos pelos estudantes. Na opinião dos professores que organizaram tais atividades, a escola se sentiu na responsabilidade de dar um retorno para as organizações sobre o que havia aprendido durante as intervenções.

*[...] eu achei que a gente tinha por obrigação de fazer alguma coisa no sentido de estar mostrando pra vocês que o que vocês nos mostraram teve um impacto bom e teve um retorno. Aí eu entrei em contato com Wellington e falei: “Wellington, a gente quer fazer alguma coisa.” Aí ele falou: “Fica a seu critério.” (Pesquisa de campo, setembro de 2009, Entrevista nº 9)*

Os professores da escola de Bom Jantar usaram de sua autonomia e criatividade, se inspirando nos temas expostos nos encontros, para abordarem as demandas trazidas pelo projeto e isso teve apoio da comunidade escolar como um todo. Eles também questionaram as dificuldades no cumprimento das tarefas agendadas por parte da Cáritas/Assusbac, mas ponderaram admitindo que estas dificuldades também são percebidas nas escolas.

Quanto ao comportamento passivo de alguns professores nas intervenções, os professores que tiveram maior participação disseram ser normal, uma vez que, muitos professores não se envolvem com os temas que lecionam; menos ainda com temas trazidos pela comunidade. Para os professores mais atuantes, não existe distinção entre

professor expectador e professor organizador, ora eles observam as informações fornecidas pelas organizações parceiras, ora organizam atividades de forma autônoma.

*Eu acho que a gente tem que fazer os dois na prática. Pra definir o que surte mais efeito na situação. Eu acho que assim vocês vêm e põem sua proposta e a gente fica lá e em outro momento com certeza a gente vai sempre deixar uma coisa boa; e a gente vê o que eles mais gostaram, no final a gente faz um levantamento. Até porque eu não sei te falar se nós somos expectadores ou organizadores. Podia tentar fazer das duas formas... (Pesquisa de campo, setembro de 2009, Entrevista n° 9)*

Na avaliação da Cáritas e da Assusbac, houve um grande avanço com relação à aproximação entre as escolas e o projeto de revitalização. A escola de Bom Jantar surpreendeu a todos com a forma que adotou o projeto em suas atividades. O fato de terem emergido conflitos durante o desenvolvimento das atividades, principalmente na escola de Sambaíba, não desqualifica as intervenções se considerarmos que antes destas não havia nenhum debate sobre as possibilidades de ação conjunta entre as agências pedagógicas. Diante deste contexto, as intervenções serviram como uma experiência que permitiu a elaboração de um diagnóstico prático e detalhado das possibilidades, limitações e divergências, no estabelecimento de parcerias com as escolas, que servirão como referência para orientar intervenções futuras. Cientes destas informações as demais agências pedagógicas poderão elaborar estratégias mais eficazes no sentido de evitar a tensão dos conflitos e priorizar as alianças.

Cáritas e Assusbac também reconhecem que houve falhas no acompanhamento das atividades e que isso deveria ser avaliado. A sobrecarga na agenda das organizações devido ao prazo para a execução das obras do Programa 1 Milhão de Cisternas - P1MC limitou significativamente o envolvimento da Assusbac nas intervenções, levantando questionamentos sobre a necessidade de focalizar mais as intervenções nas escolas. A Assusbac reconhece que embora as universidades e a Cáritas tenham assumido maiores responsabilidades nas intervenções, a participação predominante da organização local no processo dá mais legitimidade e representatividade às ações.

Quanto à atuação da Cáritas, as críticas se concentram nas estratégias de gestão de conflitos. Embora saibamos que a discordância por parte da escola de Sambaíba



quanto ao projeto de revitalização esteja fundada mais em questões de cunho particular que na ausência de espaços que envolvam a participação dos professores no planejamento das ações (como argumenta a diretoria), a coordenação do projeto deve evitar dar brechas para que a escola use o argumento de imposição ou falta de consentimento da escola para justificar sua discordância. Agindo desta forma, os argumentos da diretoria evidenciarão com muito mais clareza o seu caráter subjetivo.

A tensão existente entre Cáritas e a escola de Sambaíba, verificada nas vésperas do Festival de Convivência com o Semiárido e que culminou na proibição, por parte da diretoria, da realização de atividades no estabelecimento da escola, teve como “carro chefe” uma leve distração da coordenação do projeto que se esquecera de agendar com a escola, no início do semestre letivo, a realização do festival, em concordância com o calendário escolar. Em Sambaíba, a escola exige que o agendamento de atividades extracurriculares seja realizado no início do ano letivo, como aconteceu quando propus as atividades referentes a este trabalho de pesquisa. Diferentemente, a escola de Bom Jantar possui maior flexibilidade e receptividade às propostas que possam emergir eventualmente, ao longo do ano letivo.

È importante que a coordenação do projeto tenha sempre em mente esta diferenciação de tratamento na negociação com as escolas, para não cair na ingenuidade de imaginar que qualquer proposta adicional será incorporada sem nenhum contestamento pela escola de Sambaíba. Uma vez que, a escola cobra agendamentos burocráticos e ao mesmo tempo se diz vítima de exclusão no processo de planejamento das atividades, cabe à coordenação do projeto atender, na medida do possível, às exigências básicas da escola sem excluir a possibilidade de recuo nas negociações para evitar o acirramento dos conflitos.

O conflito entre Cáritas/Assusbac e a escola de Sambaíba é latente, ou seja, pode manter-se adormecido – como ocorreu nas primeiras intervenções – e vir a emergir a qualquer momento, caso as organizações propositoras do projeto de revitalização não criem mecanismos que amenizem as tensões nos processos de negociação. A adoção de estratégias para a gestão de conflitos é importante para que não se construam barreiras que venham a extinguir as possibilidades de negociação com as escolas.

#### **4.7 O futuro**

A mobilização estabelecida na sub-bacia do rio dos Cochos está invariavelmente influenciada pela construção de cenários futuros que cada agência pedagógica realiza a

partir de suas percepções e intencionalidades. Para refletirmos sobre a evolução das estratégias de intervenção torna-se importante o questionamento: Como as agências pedagógicas imaginam o futuro do projeto de revitalização e o estabelecimento de parcerias?

Os agricultores pensam o futuro do projeto de revitalização a partir de acordos estabelecidos entre homens, Deus e a natureza. Eles acreditam que os homens podem melhorar a situação por meio da elaboração de alternativas como a construção de cisternas e poços artesianos além do respeito às limitações impostas pela natureza, mas cabe a Deus resolvê-la por completo. Como colocam fé na contribuição divina, afirmam que futuramente o rio voltará a correr. Para eles os professores poderiam contribuir incentivando os estudantes das comunidades a cursarem faculdades, para que estes articulem os conhecimentos e busquem alternativas para a reprodução social do território, enquanto o rio não volta a correr normalmente.

*[...]deveriam criar algum ambiente na comunidade... por exemplo, se eles estudassem aqui agora, terminassem o ensino médio e quisessem cursar uma faculdade no Cefet, eu acredito que teria uma condução de acordo com as associações e faculdades eles poderiam estar encontrando um transporte que eles trabalhavam durante o dia e à noite tava cursando a faculdade... (Pesquisa de campo, setembro de 2009, Entrevista n° 5)*

Os professores se dividem entre os que acreditam na recuperação do rio e os que afirmam que a “tendência é acabar”. Os que acreditam, consideram que embora seja um trabalho demorado e de difícil execução devido às divergências de opiniões e a falta de incorporação da causa por alguns agentes que atuam na comunidade, é preciso manter a discussão para que o desejo não se extinga. “[...] Se em minoria já é difícil... já pensou se a gente desiste? Acabou o sonho. Acabou tudo...” (Pesquisa de campo, setembro de 2009, Entrevista n° 9).

O cenário construído pelos professores que não crêem na revitalização do rio é catastrófico. Para eles não há saída para o rio e “a tendência é a água ir cada vez mais acabando” em função da falta de adesão dos moradores à causa. Outros justificam o cenário catastrófico a partir da realidade observada durante o curso “Ciência e Saber Local” em que tiveram oportunidade de conhecer alguns trechos do rio: “*Pelo fato de*

*ter ido à nascente eu acho difícil da água tornar a cair lá no Baruzeiro porque a nascente é pouca. Eu acho que o trabalho deverá ser feito na nascente”* (Pesquisa de campo, setembro de 2009, Entrevista n° 6). As duas observações refletem falta de informações sobre o contexto da sub-bacia, isso porque: a nascente é um dos trechos ainda relativamente conservados da sub-bacia sendo que os maiores impactos sobre rio ocorreram nos seus afluentes que praticamente desapareceram; o argumento que utiliza da desunião dos moradores para justificar a catástrofe só é válido se desconsiderarmos as recentes iniciativas das comunidades em se mobilizarem em prol da causa – que deu origem ao projeto de revitalização – para adotarmos uma visão imediatista incompatível com qualquer projeto socioambiental.

A Cáritas e a Assusbac acreditam na parceria com as escolas e consideram que apesar de alguns profissionais da educação se mostrarem irredutíveis na sua postura contrária às ações do projeto, estes são passageiros e em breve sairão da comunidade dando lugar para pessoas com visões mais amplas, que aceitem o projeto como demanda das comunidades. É notável que a visão de futuro das associações adota uma escala de tempo mais ampla, o que permite admitir que toda ação terá uma repercussão no futuro, mas não necessariamente de forma imediata.

*Eu acredito que sim porque a escola e o pessoal que está hoje na escola muitas vezes são passageiros, estão ali e de repente vem outras pessoas pra cá que tem outra visão dentro do projeto. Então, eu sou otimista com relação a isso, eu acredito que as escolas vão dar sim esse respaldo... (Pesquisa de campo, setembro de 2009, Entrevista n° 7)*

A Assusbac considera que vencer a visão imediatista impregnada nas pessoas é um dos maiores desafios futuros na construção de uma leitura sobre o rio dos Cochos, que incorpore a sua totalidade, fazendo com que os moradores entendam o rio como um elemento natural que unifica as comunidades e estabelece relações sociais essenciais para a reafirmação da identidade de seus moradores históricos. Dentro deste contexto, a revitalização representa mais que fazer as águas do rio correrem novamente, representa a revitalização dos meios de reprodução social e da identidade dos moradores históricos da sub-bacia.

## **Considerações Finais**

De acordo com Milton Santos (1996), o fenômeno da globalização estabelece tensão simultaneamente divergente e complementar entre a razão global e a razão local. Enquanto o global busca a integração regional para facilitar a circulação do capital a partir da “desterritorialização”, no local emerge a reafirmação identitária e a “reterritorialização”. Estes dois movimentos quando confrontados e postos em interação permite-nos entender como o espaço se redefine na atualidade, caracterizado pela fragmentação dos territórios e a re-elaboração de identidades.

A desterritorialização, no exemplo do rio dos Cochos, acompanhou a desterritorialização “do Gerais” e se caracterizou pela submissão desses territórios à projetos nacionais financiados por agências multilaterais. A partir do momento em que estes territórios foram integrados a uma unidade fundamentada em um espaço de governança, seus habitantes históricos ficaram vulneráveis à imposição de idéias alheias que carregam consigo forte viés economicista, priorizando a circulação do capital em detrimento dos padrões econômicos locais. Tais idéias são incorporadas de forma ampla ao projeto de unidade nacional e se expressam nas políticas agrícolas, ambientais e educacionais causando impactos socioambientais negativos e desenraizadores dos povos da região pesquisada, gerando a necessidade de mobilização em torno de reafirmação identitária e da reterritorialização.

O reconhecimento da educação como elemento importante na gestão dos conhecimentos e conseqüentemente no processo de re-elaboração identitária dos habitantes históricos da região, representa grande avanço nos objetivos do Projeto de Revitalização do Rio dos Cochos. Embora as ações estejam em uma fase embrionária, em que a experimentação predomina sobre a consolidação de parcerias, elas se expressam como um fenômeno social importante para entendermos a forma com que as comunidades rurais têm reagido aos mecanismos de espoliação a que são submetidas historicamente.

A mobilização dos habitantes históricos da sub-bacia do rio dos Cochos em prol da contextualização da educação utiliza atualmente da tentativa de estabelecer espaços de interlocução entre as agências pedagógicas que participam dos processos de formação na localidade a fim de produzir um saber ambiental fundamentado no diálogo entre esses múltiplos saberes assim como Santos (2006) propõe na Ecologia de Saberes: um conjunto de epistemologias que contemplem a pluralidade e a diversidade visando uma nova globalização de caráter contra-hegemônico. Embora este discurso esteja

muito presente nas instituições pesquisadas, é evidente a predominância do saber científico em relação às outras formas de saber. O que confere particularidades às percepções das agências pedagógicas que atuam na sub-bacia é a forma com que esse conhecimento científico é incorporado no discurso dessas instituições.

Percebemos que o conhecimento científico pode ser um poderoso instrumento para o enfrentamento dos problemas socioambientais quando usado em concordância com o saber local, a exemplo da parceria estabelecida entre Cáritas, Assusbac e universidades. É através das devoluções das pesquisas realizadas na sub-bacia que o Projeto de revitalização do rio dos Cochos tem usufruído da legitimidade conferida ao conhecimento científico para dar visibilidade às iniciativas locais e resistir às críticas advindas dos proprietários que tentam se apropriar da água do rio assim como das escolas que defendem a qualquer custo o saber escolarizado.

O maior desafio na construção do diálogo entre os saberes na sub-bacia e provavelmente em todo o Brasil rural se concentra na escola, uma vez que esta usa o saber científico para legitimar um saber escolarizado que se afirma muito mais pela estrutura curricular determinada pelos conteúdos básicos, que por conceitos científicos. Quando ameaçada pelo saber local a escola chega a negar o próprio saber científico para defender o poder herdado historicamente pela instituição, como pôde ser observado, nas várias declarações de professores afirmando a inexistência do rio dos Cochos. Diante deste contexto, a escola passa a reproduzir idéias alheias às comunidades, que são justificadas por conteúdos elaborados em outro lugar e justificados por necessidades que fogem aos interesses dos agricultores. Essa reflexão nos leva a questionar os princípios que fundamentam a formação dos profissionais da educação na atualidade: será que estes profissionais estão sendo formados para entender as mudanças e os processos de reterritorialização no campo? Qual o papel do professor, enquanto agente do conhecimento nas comunidades, diante do esforço dos habitantes históricos para enfrentar problemas socioambientais por meio da reafirmação e re-elaboração de suas identidades? Devemos nos conformar com as limitações impostas aos profissionais da educação, reduzindo-os a meros agentes reprodutores de uma escola descontextualizada e mantenedora da hierarquia nas relações de poder no campo?

Embora estas perguntas tenham permeado os debates dos estudiosos da educação nas últimas décadas, é na fala dos agricultores que elas encontram as respostas mais convincentes. É no entendimento do agricultor que percebemos que a educação deveria acompanhar a evolução política e produtiva das comunidades para servir de

instrumento de resistência às investidas desenraizadoras das políticas nacionais. Nas mãos brancas de giz do professor é onde os moradores históricos confiam seus filhos e diante dessa responsabilidade, o educador não pode desconsiderar o seu papel como agente político nas comunidades. Este deve abraçar as demandas das comunidades como parte de seu compromisso com a educação, fazendo jorrar o saber do sertão pelas brechas criadas na rigidez dos Parâmetros Curriculares e encharcando a escola de realidade, como a boca das águas que vem no mês de março e satura a terra fazendo brotar as nascentes do rio, num descampado outrora empoeirado pela seca severa.

As conquistas das mobilizações sociais no campo, em prol da construção de uma educação que contemple a sustentabilidade em suas mais variadas dimensões, ainda enfrentam fortes resistências por parte do modelo convencional de educação. As Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo, embora representem uma importante conquista no sentido de pretender orientar a organização das escolas rurais, ainda carecem de espaços de experimentação e materialização. O que se vê na escola rural atualmente, mais que a perpetuação de um modelo urbano de educação, é a resistência em recriarem sua identidade a partir da inserção dos sujeitos sociais a quem estas pretendem servir. Para atender às exigências das políticas educacionais, as escolas no campo têm negado os princípios que deveriam fundamentar o seu papel e a sua existência.

Um dos princípios pedagógicos presentes nas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo e negados pela escola, aborda valorização dos diferentes saberes. Silva (2005) afirma que um dos princípios da escola no campo, é levar em conta os conhecimentos que os pais, os estudantes, as comunidades possuem e resgatá-los dentro da sala de aula, num diálogo permanente com os saberes produzidos nas diferentes áreas de conhecimento, incluindo as mobilizações sociais. No entanto, existe um esforço imenso por parte dos profissionais da educação em protegerem como um dogma, o saber escolarizado e descontextualizado. A idolatria ao saber escolarizado se apóia nas políticas educacionais, no dito “saber universal” e ultimamente também tem utilizado dos programas de assistência estudantil como o “Bolsa Escola” para se autoafirmar como “agência assistencialista”, elencando mais um argumento mantenedor de superioridade e poder. Valorizar os diferentes saberes significaria nesse contexto, socializar as tomadas de decisões por meio de mudanças nas relações de poder, e o que podemos observar na escola rural é justamente o desejo em manter estas relações, onde a escola se afirma como “entidade superior” às comunidades e as comunidades

continuam a exercer seu papel de laboratório de políticas nacionais homogeneizantes oriundas de idéias alheias.

As experiências de parceria entre as agências pedagógicas pesquisadas serviram para diagnosticar as possibilidades e limitações de diálogo entre os saberes e diante das informações coletadas percebe-se que o processo de consolidação das parcerias para a contextualização da educação, é conflituoso e marcado por constantes avanços e recuos. As instituições envolvidas devem utilizar dessas experiências para criarem condições em que os conflitos sejam encarados como elementos intrínsecos dos processos de mudança, valorizando mais os seus aspectos criadores e minimizando os elementos que desgastam as relações.

As dificuldades impostas à construção de uma educação que se identifique com as demandas dos povos do campo são desafiadoras, no entanto, as mobilizações das organizações sociais no campo têm encarado estes obstáculos com perseverança, alimentando uma perspectiva de futuro que às fazem crer na educação como potencial parceira das iniciativas locais. De fato, quando as agências pedagógicas locais compartilharem da idéia de que é impossível olhar o horizonte pela janela da escola, sem admirar o sertão, tornar-se-á angustiante e inaceitável ver a escola no meio do sertão e não ver o sertão dentro da escola. Esse é o desafio atual dos profissionais da educação inseridos no Brasil rural.

## **Bibliografia**

- ALENCAR, J. *As Minas de Prata* 3º volume, 7º Ed. São Paulo: Melhoramentos, (1962?).
- ALLUT, A. G. "Domesticando o mito da natureza selvagem". IN \_\_\_\_\_ DIEGUES, A.C. (org.) *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo: Hucitec, 2000.
- BARREIROS, C. Eduardo. *Episódios da Guerra dos Emboabas e sua Geografia*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1984.
- BRANDÃO, C. R. *Saber de classe e educação popular*. IN \_\_\_\_\_ *O ardil da ordem*. Campinas: Papirus, 1986.
- \_\_\_\_\_. *Casa de Escola: Cultura Camponesa e Educação Rural*. Campinas-SP: 2º Ed. Papirus, 1984.
- BRASIL. Constituição (1998). *Constituição da República Federativa do Brasil*, DF: Senado, 1988.
- BRASIL. *Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do Campo*. Resolução CEB/CNE. Brasília, DF: Ministério da Educação 2002.
- BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: Ministério da Educação, 1997.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Resolução Conama nº 302*, de 20 de março de 2002. Dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, n. 90, 13 maio 2002. Seção 1.
- BRASIL, *Parâmetros Curriculares Nacionais 5º a 8º séries – Temas Transversais*, Brasília: Ministério da Educação, 1997.
- BUARQUE DE HOLLANDA, S. *Caminhos e Fronteiras*. R.J., José Olímpio, 1957
- CALDART, R. S. (2008) *Por uma Educação do Campo: Campo – Políticas Públicas – Educação*. In: *Sobre Educação do Campo*. Santos, C. A. (Org). Coleção Por uma Educação do Campo, nº 7. Brasília: INCRA; MDA. 67 – 86 p.
- Cáritas Diocesana de Januária, Relatório 2002.
- Cáritas Diocesana de Januária, Relatório 2005.
- DIEGUES, A.C. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec/NUPAUB/USP, 2001.
- ELIADE, M. *Mito e Realidade*. São Paulo: Perspectiva, 2000.



- FERNANDES, B. M. (2002) *Por uma Educação do Campo: Educação do Campo: Identidade e Políticas públicas*. In: *Diretrizes de uma caminhada*. Kolling, E. J. et. al. (Orgs). Coleção Por uma Educação do Campo, n° 4. Brasília: Articulação Nacional Por uma Educação do Campo. 89 - 102 p.
- FERNANDES, B. M. (2008) *Por uma Educação do Campo: Campo – Políticas Públicas – Educação*. In: *Educação do campo e Território Camponês no Brasil*. Santos, C. A. (Org). Coleção Por uma Educação do Campo, n° 7. Brasília: INCRA; MDA. 39 - 66 p.
- GALEANO, E. *As Veias Abertas da América Latina*, 37° Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- GALIZONI, F.M. *A terra construída*. São Paulo. Dissertação (mestrado). FFLCH/USP, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Águas da vida – população rural, cultura e água em Minas Gerais*. Tese de doutorado. IFCH/Unicamp: Campinas, 2004.
- GEERTZ, C. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC editora, 1989.
- GIDDENS, A. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Ed. UNESP, 1991.
- GIL, A. C. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- GOMÉZ-POMPA, A. & KAUS, A. "Domesticando o mito da natureza selvagem." IN DIEGUES, A.C. (org.) *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo: Hucitec, 2000.
- LEITE, S. C. *Escola Rural: urbanização e políticas educacionais*. São Paulo: Cortez, 1999.
- LEEF, H. *Epistemologia Ambiental*. São Paulo: Cortez, 2002.
- MACEDO, E. F. *Os Temas Transversais nos Parâmetros Curriculares Nacionais*. Revista Química Nova na Escola, USP, n°8, novembro de 1998.
- MATURANA, H. *Cognição, ciência e vida cotidiana*. Belo Horizonte-MG: UFMG, 2001.
- MORAN, E. *Adaptabilidade humana*. São Paulo: Edusp, 1994.
- MARTINS. S. *Os Barranqueiros*. Belo Horizonte: UFMG, 1969.
- NOGUEIRA, M. C. R. *Gerais a dentro e a fora: identidade e territorialidade entre geraizeiros do Norte de Minas Gerais*. Tese de Doutorado. ICS/UNB. Brasília, 2009.
- PEREIRA, A.E. *Memorial Januária: Terra, Rios e Gente*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2004 – 640p.

- PRIGOGINE, I. *O fim das certezas: tempo, caos e as leis da natureza*. São Paulo: Editora da UNESP, 1996.
- REIS, E. S. *Educação do campo e desenvolvimento rural sustentável: avaliação de uma prática educativa*. Juazeiro-BA: Gráfica e Ed. Fransiscana, 2004.
- RIBEIRO, E. M. *Os costumes e a lei: normas de uso e conservação da água nas comunidades rurais dos semi-árido de Minas Gerais*. In Anais do III Encontro das Águas: IICA, Chile, 2001.
- SANTOS, M. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2006.
- SILVA, M. S. *Diretrizes Operacionais para Escolas do Campo: Rompendo o Silêncio das políticas educacionais*. IN \_\_\_\_\_ BAPTISTA, F. M. C. & BAPTISTA, N. Q. (org.) *Educação rural: sustentabilidade do campo* 2º ed.. Feira de Santana-BA: MOC; UEFS; SERTA, 2005.
- TASSINARI, A. M. I. *Escola indígena: novos horizontes teóricos, novas fronteiras de educação*. In: *Antropologia, história e educação*. São Paulo: Global, 2001.
- THIOLLENT, M. *Metodologia da Pesquisa-Ação: Coleção temas básicos de pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986.
- TERRIEN, J. & DAMACENO, M. N. (coords). *Educação e escola no campo*. São Paulo: Papyrus, 1993.
- TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.
- VASCONCELOS, D. L. A. P. *História Média de Minas Gerais* 2º volume, 3º Ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.
- VASCONCELOS, S. *Bandeirismo*. Belo Horizonte: Oliveira Costa, 1944.
- VENDRAMINI, C. R. *A escola diante do multifacetado espaço rural*. Perspectiva (Florianópolis), Florianópolis: v. 21, n. n.1, p. 145-166, 2004.

## ANEXO I

### ROTEIRO DE ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADO

#### Rio dos Cochos

Setembro de 2009

#### Professores:

1 – Durante o primeiro semestre tivemos a oportunidade de conhecer um pouco mais sobre o Rio dos Cochos. Gostaria de saber se existe algum problema com o rio e se há quais são? (explorar os problemas citados buscando explicitar a relação e a visão do professor com relação ao rio)

2 – Sendo você um professor da escola, como você percebe o Rio dos Cochos no cotidiano da comunidade? E a ASSUSBAC? E é isso que você acha que ele é?

3 – Pra você o conhecimento dos agricultores sobre a gestão dos recursos da região pode ajudar a salvar o rio e melhorar as condições de vida dos moradores ou somente o conhecimento ensinado nas escolas e universidades pode trazer isso? Porque?

4 – Vc acredita no projeto de revitalização do rio? Porque? Como?

5 – O que dificulta a aproximação da escola dos temas discutidos pela associação e a inserção dos mesmos na prática pedagógica?

6 – O que pode ser aproveitado das atividades realizadas no último semestre?

7 – O que faltou às atividades para que estas fossem ainda mais proveitosas?

8 – Como você vê a repercussão das atividades na escola?

**Assusbac:**

1 – Que problemas acontecem com Rio dos Cochos? (explorar os problemas citados buscando explicitar a relação e a visão do agricultor com relação ao rio)

2 – Sendo você um representante da associação, gostaria de saber o que você acha que o Rio representa para as comunidades, para os agricultores da assusbac e para os professores? E é isso que você acha que ele é?

3 – Pra você o conhecimento dos agricultores sobre a gestão dos recursos da região pode ajudar a salvar o rio e melhorar as condições de vida dos moradores ou somente o conhecimento ensinado nas escolas e universidades pode trazer isso? Porque? (explorar a resposta)

4 – Vc acredita na escola como parceira do projeto de revitalização? Porque? Como?

5 – O que dificulta a inserção dos temas discutidos pela associação na prática pedagógica da escola?

6 – O que pôde ser aproveitado das atividades realizadas?

7 – O que faltou para que as atividades fossem ainda mais proveitosas?

8 – Como você vê a repercussão das atividades nas comunidades?

**Cáritas:**

- 1 – Que problemas acontecem com o Rio dos Cochos? (explorar os problemas citados buscando explicitar a relação e a visão do membro da cáritas com relação ao rio)
- 2 – Sendo você um representante da Cáritas, gostaria de saber o que você acha que o Rio representa para as comunidades, para os agricultores da assusbac e para os professores? E é isso que você acha que ele é?
- 3 – Pra você o conhecimento dos agricultores sobre a gestão dos recursos da região pode ajudar a salvar o rio e melhorar as condições de vida dos moradores ou somente o conhecimento ensinado nas escolas e universidades pode trazer isso? Porque? (explorar a resposta buscando a visão do entrevistado sobre a relação entre os saberes)
- 4 – Partindo do que pôde ser observado nas atividades, você acredita na parceria entre a escola e a associação? Por quê?
- 5 – O que dificulta ou favorece o diálogo entre os conhecimentos que cada uma das instituições divulga?
- 6 – O que pode ser aproveitado a partir dessa experiência para que sejam propostas outras atividades?
- 7 – O que faltou às atividades para que estas fossem ainda mais proveitosas?
- 8 – Como você vê a repercussão das atividades tanto nas escolas como na assusbac?